



Filipe Miguel de Andrade Campos

MORTE EM COIMBRA (1750-1777)

Da investigação histórica à didatização

Relatório de Estágio de Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário: Investigação e Ensino, orientado pela Doutora Sara Marisa da Graça Dias do Carmo Trindade e coorientado pela Doutora Maria Antónia Lopes, apresentado ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Imagem da capa: Pietro Longhi, *Os últimos instantes*. c.1755. (domínio público):
<http://catholicism.about.com/od/thesacraments/> (acessível em 6 de março de 2017).

Faculdade de Letras

MORTE EM COIMBRA (1750-1777)

Uma experiência pedagógica

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Relatório de estágio
Título	MORTE EM COIMBRA (1750-1775): da investigação histórica à didatização.
Autor	Filipe Miguel de Andrade Campos
Orientadora	Doutora Sara Marisa da Graça Dias do Carmo Trindade
Coorientadora	Doutora Maria Antónia Lopes
Júri	Presidente: Doutora Ana Alexandra Ribeiro Luís Vogais: 1. Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro 2. Doutora Sara Marisa da Graça Dias do Carmo Trindade
Identificação do Curso	Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário
Área científica	História
Especialidade/Ramo	Didática da História
Data da defesa	7-7-2017
Classificação	18 valores



Sumário

1. Introdução	11
1.1. Contextualização do relatório	11
1.2. Enquadramento da abordagem teórica ao ensino	11
1.3. O estágio e suas valências	13
1.4. A morte: da historiografia à didatização	13
2. Das teorias à prática.....	19
2.1. Questões acerca do ensino na atualidade	19
2.2. O papel dos professores.....	23
2.3. O ensino da História	27
2.4. Caracterização do Estágio Pedagógico	31
2.4.1. A escola – Colégio da Rainha Santa Isabel.....	31
2.4.2. As turmas – 9ºH e 10ºF	33
2.4.3. Atividades e dinâmicas do núcleo de estágio	34
3. Morte em Coimbra. Mortalidade no reinado de D. José e as atitudes perante a morte. 1750-1777.	37
3.1. Da historiografia.....	37
3.1.1. A mortalidade.....	37
3.1.2. A distinção na vida e na morte.....	41
3.1.3. As instituições da cidade e a morte	48
3.1.4. A prática testamentária	52
3.2. ...à didatização.....	57
3.2.1. Planificação da aula	57
3.2.2. Concretização da aula	61
3.2.3. Resultados práticos	62
4. Conclusão.....	65
Anexos.....	71
Anexo I - Plano Individual de Formação	73
Anexo II – Gráficos e tabelas	77
Anexo III – Planificação e recursos da aula	87
Fontes e Bibliografia	108

Agradecimentos

Primeiramente, quero expressar um agradecimento total a toda a minha família, mormente aos meus pais, Ana Paula Ramos Andrade e Luís Jorge dos Santos Campos, pelo culminar desta fase de estudos no ensino superior, iniciada em 2012. Fico eternamente grato pelo investimento que em mim fizeram e pelo apoio que nunca se demitiram de me dar nas mais multifacetadas valências. Agradecimento particular ao meu tio e padrinho de batismo, José Carlos Andrade, professor de História, pelo seu apoio incondicional de cariz académico e pessoal. E à minha tia e madrinha de batismo, Maria Manuela Ramos Andrade, um agradecimento pelo seu apoio incondicional, carinho e capacidade de escuta e atenção que sempre demonstrou ter para comigo.

Dirijo-me cordialmente, também, com uma palavra de particular saudação e afeto, em forma de reconhecimento e agradecimento pelo conhecimento transmitido e contributo vital para a minha formação académica e humana, dedicação, atenção, profissionalismo, rigor e disponibilidade à minha orientadora de relatório de estágio, Doutora Sara Marisa da Graça Dias do Carmo Trindade, e à minha coorientadora, Doutora Maria Antónia Silva Figueiredo Lopes. Da mesma forma, dirijo-me às minhas professoras universitárias, Doutora Maria José Azevedo Santos e Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro. Agradeço ao Doutor Saúl António Gomes Coelho Silva e à Doutora Leontina Domingos Ventura Duarte Ferreira por terem viabilizado e estimulado o início desta investigação historiográfica. Deixo também um agradecimento à Doutora Ana Isabel Ribeiro, na qualidade de coordenadora deste mestrado.

No entanto, incontornável e merecido agradecimento e louvor neste projeto tem a Senhora Doutora Ana Cristina Cardoso Santos Bartolomeu de Araújo pelo testemunho que me deixa de rigor, exemplo e, acima de tudo, o gosto e a dedicação que adquiri a esta temática da morte, que desde o primeiro dia aprendi e trabalhei com esta docente. Manifesto o meu sincero sentimento de gratidão académico e pessoal.

Uma palavra cordial de saudação e agradecimento ao Colégio da Rainha Santa Isabel, de Coimbra, por me ter acolhido no meu ano de estágio, na pessoa da sua Diretora de Supervisão Geral, Irmã Maria da Glória de Campos Cordeiro, que sempre foi tão atenciosa, disponível e carinhosa. Agradecimento igual dirijo aos membros da Direção do Colégio e a todo o corpo docente, particularmente à Professora Alexandra Sá Marques, bem como à Província Portuguesa das Irmãs de São José de Cluny, na pessoa da sua Madre Provincial, Irmã Fátima Machado.

Agradeço de forma incondicional ao meu orientador de estágio, Professor Paulo Alexandre Bandarra Lavoura, e ao meu colega, Hélder Filipe da Silva Brandão, pelo companheirismo, cooperação, dedicação e apoio, neste ano de estágio de 2016-2017.

Deixo uma palavra de gratidão à Professora Paula Alexandra Pessoa Tavares dos Santos pela sua disponibilidade e cuidado ao traduzir o resumo deste relatório para abstract.

Uma palavra de agradecimento merecida para o Dinis Alexandre Toscano Dionísio pela atenção, empenho, entrega, disponibilidade e presença que sempre demonstrou por mim em todos os momentos. Não esqueço o companheirismo diário e a amizade duradoura do Rui André Gonçalves Cardoso que merece também um agradecimento dirigido desta forma particular. Da mesma forma agradeço ao Henrique Ramos Torres, pelo cuidado e interesse manifestados.

Agradeço aos meus grandes amigos e amigas, Luís Miguel Santos Aires, Diana Rita Carvalho Soares, Ana Filipa Luís da Silva Borges Rodrigues e Sara Isabel Garrote Carvalho pela sua presença, paciência, atenção, capacidade de escuta e apoio incondicional em todos os momentos.

Resumo

O trabalho que se apresenta resulta duma investigação com duas valências: pedagógico-didática e científica. Procurámos tomar conhecimento da abordagem teórica feita ao ensino hoje. Para esta reflexão, utilizámos muito do que aprendemos no nosso ano de estágio no Colégio da Rainha Santa Isabel, de Coimbra, que caracterizámos. Conjugámos estes conhecimentos com a didatização da temática da morte, nas escolas. A propósito desta propusemos uma abordagem deste tema, na sala de aula, que passou pela leitura e análise de fontes históricas, debate e utilização de vários recursos. Procedemos à discussão de resultados e elaboração de outras propostas, que a investigação científica complementou. A morte em Coimbra constitui um novo olhar sobre a interpretação feita aos registos de óbito da cidade, compreendidos entre 1750 e 1777. Através da consulta destas fontes, alcançámos a definição dos traços e tendências demográficas, atitudes e comportamentos perante a morte que caracterizaram parte da sociedade coimbrã setecentista.

Palavras-chave: estágio pedagógico-didático, morte, ensino, século XVIII, sociedade.

Abstract

The work that is presented results from an investigation with two main strong points: pedagogical-didactic and scientific. We sought to acknowledge the theoretical approach to teaching today. For this reflection, we used much of what we have learned in our year of internship at Colégio da Rainha Santa Isabel, in Coimbra, which we have characterized. We conjugated this knowledge with the didactic experience of the theme of death in schools. In this regard, we proposed an approach to this theme in the classroom, which included reading and analyzing historical sources, discussing and using various resources. We proceeded with the discussion of results, drafting other proposals, supplemented by the scientific research. Death in Coimbra constitutes a new look at the interpretation of death records of the city, between 1750 and 1777. Through consultation of these sources, we reached the definition of demographic traits and trends, attitudes and behavior towards death that characterized part of the Eighteenth-century Coimbra society.

Keywords: pedagogical-didactic internship, death, teaching, eighteenth century, society.

I. Introdução

I.1. Contextualização do relatório

O presente trabalho assume a categorização de um relatório de estágio, onde se procurará proceder a uma abordagem da temática do ensino, conjugada com as atividades que decorreram ao longo deste ano letivo de 2016-2017, no núcleo de estágio de História do Colégio da Rainha Santa Isabel, de Coimbra. Para concretizar essa abordagem temática do ensino, será feita a articulação do tratamento de um tema historiográfico, cientificamente trabalhado, com a posterior didatização e aplicação à prática letiva.

I.2. Enquadramento da abordagem teórica ao ensino

Falar de educação, nos nossos dias, é algo banal e recorrente. A massificação do ensino e a relevância que a educação conquistou a partir da segunda metade do século XX fez com que a nossa sociedade, tal como a conhecemos, e a maioria do Ocidente, permitissem e estimulassem a admissão deste tema no nosso quotidiano.

Hoje, todos nos achamos capazes de falar acerca do papel da escola, da pertinência dos *rankings*, da função do professor, da indisciplina na sala de aula, do que deve constar nos currículos, da avaliação e dos exames, dos trabalhos de casa, dos manuais escolares, entre muitos outros temas. Cremos estar em condições para afirmar que nunca a educação foi um tema social tão badalado como é, nos nossos dias. Não raras vezes, verificamos a ocorrência de casos que demonstram grande ignorância acerca do tema e que, surpreendentemente, se erguem como vozes arrogantes e prepotentes ao ponto de se acharem no direito de, nalguns casos, dizerem aos professores, os únicos profissionais da educação, o que devem ou não fazer no exercício da sua atividade profissional.

Os professores são os primeiros a terem uma palavra acerca da temática, indubitavelmente. São eles que dedicam a sua vida profissional, e muitas vezes também a vida pessoal, à educação. São estes que estão diariamente nas escolas e que contactam com os alunos nas salas de aula. São eles que cuidam do ensino e da transmissão de conhecimentos às novas gerações, convertendo os currículos em aulas e em conhecimento perceptível e alcançável pelos discentes. É aos professores que a sociedade deve reconhecer, em primeiro lugar, a aptidão para o ensino e competência para a resolução dos problemas da escola do século XXI.

Entre as disciplinas que têm lugar nos currículos, está presente a História. Esta realidade verifica-se não só em Portugal, mas também em muitos outros países. No entanto, nem todos os países veem a abordagem histórica sob a mesma perspetiva.

Assim, propomos uma reflexão que parte do geral, isto é, das questões que consideramos de fundo e mais importantes - como a escola, os vários agentes educativos, os professores e as suas funções – e que culmina no cerne da questão que nos é mais afeta: o ensino da História. Devido à diversidade e bibliografia infindável que existe, não nos deparámos com tarefa fácil quando chegou a altura de selecionar autores credíveis e significativos. Assim, para as questões gerais recorreremos a nomes conhecidos que, com frequência, vêm a terreiro, e que nos apresentam um vasto currículo na área e uma visão geral acerca da educação. É o caso do ex-Ministro da Educação e atual Presidente do Conselho de Educação, David Justino, bem como do ex-Ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, tendo-se recorrido a bibliografia de quando ainda não o era, entre outros.

Fernando Savater tem dado um contributo singular na reflexão de questões ligadas ao papel dos vários agentes educativos, desde professores a pais e a alunos. Merece, por esta razão, destaque na nossa reflexão, apesar de não ser português¹.

No que respeita à temática da função e importância do professor e à sua ação, poderemos destacar nomes como Maria do Céu Roldão, José Morgado, João Paulo Avelãs Nunes, Maria Helena Damião, Paulo Guinote, entre outros. No discorrer do trabalho teremos oportunidade de nos confrontarmos com as linhas e especificidade do seu pensamento.

No ensino da História é justo destacarmos com primazia Isabel Barca, Olga Magalhães, Sara Trindade, Gabriel Mithá Ribeiro e, novamente, Maria do Céu Roldão e João Paulo Avelãs Nunes.

Desta forma, começaremos por abordar, ainda que de leve feição e genérica, alguns dos temas essenciais que dominam o debate em torno da educação. Iniciaremos com uma reflexão, fundamentada tanto quanto nos for alcançável fazer, acerca de como deve ser o ensino, hoje, e a sua utilidade na nossa sociedade contemporânea. Não descuraremos de atender ao papel dos vários agentes educativos. Não nos demitiremos de usar a nossa argumentação e espírito crítico recorrendo à experiência adquirida ao longo deste ano, no estágio, e à experiência de vastos anos enquanto discentes.

¹ Aproveitamos o momento para ressaltar que não é interesse nosso fecharmo-nos no caso português, pelo que, sempre que for oportuno, recorreremos a partilhas e experiências que nos são oferecidas do exterior e que nós, humildemente, aceitaremos como forma de enriquecer a nossa reflexão.

Dedicaremos particular atenção à utilidade que o ensino tem e procuraremos discernir com clareza a relevância do desempenho dos docentes e a sua importância na educação das novas gerações.

Consideramos ainda importante e imperativo fazer uma incursão às várias formas de ensinar História e proceder a uma reflexão acerca da necessidade e da utilidade do ensino da História.

1.3. O estágio e suas valências

De seguida, dedicaremos a nossa atenção a todas as dinâmicas levadas a cabo no decorrer deste estágio curricular. Tanto quanto nos for possível, procuraremos evidenciar toda a nossa vivência, fruto deste ano letivo.

Neste sentido, caracterizaremos o carisma educativo do Colégio da Rainha Santa Isabel, de Coimbra, prezada instituição detentora da administração de um ensino de excelência, que nos acolheu neste ano letivo que agora finda. Recorreremos à experiência pessoal e ao regulamento interno do referido Colégio para elaborarmos este capítulo.

Procederemos à caracterização das duas turmas, 9ºH e 10ºF², às quais lecionámos conteúdos programáticos, enquanto professores estagiários. Dispostos, como ferramentas de trabalho, de questionários³ respondidos pelos alunos destas turmas que nos auxiliarão a traçar o seu perfil, bem como da experiência letiva vivida.

Será pertinente ainda proceder a uma avaliação geral da forma como decorreu o ano letivo e as suas atividades, confrontado o Plano Individual de Formação com a implementação do mesmo.

1.4. A morte: da historiografia à didatização

Reservámos a última parte deste relatório para discorrer acerca do tema científico escolhido - a morte – e respetiva didatização. A morte sempre esteve presente no quotidiano das sociedades. E as sociedades manifestaram-se perante esta, até hoje, de várias formas. As atitudes e comportamentos que estão, atualmente, adjacentes às práticas da

² Designação fictícia das turmas de modo a preservar o direito à privacidade dos elementos que constituem as mesmas.

³ Os referidos questionários não foram elaborados por nós mas sim pelo Colégio que os distribuiu aos discentes, no início do ano letivo. As direções das respetivas turmas tiveram a gentileza de nos ceder esse material de trabalho.

morte, pouco ou nada têm a ver com as que nos propomos apresentar neste estudo. A morte, que hoje é *tabu*, foi para a sociedade barroca vista como um ritual de passagem para uma vida definitiva, profundamente ligada às crenças, doutrina e rituais católicos, e enredada de aparato e presença viva.

A investigação científica agora trazida à luz tem, pois, como fim estudar os comportamentos dos vivos perante a morte, uma vez que só o ser vivente consegue agir e, conseqüentemente, produzir atos. Os defuntos, pela sua inércia e pelo que representaram enquanto peregrinos no mundo dos homens, não provocam mais do que sentimentos e evocação de memórias nos que ficam.

Os registos de óbito são um meio imprescindível para alcançar um conhecimento mais profundo acerca do tema, auxiliando-nos fundamentalmente em questões sociais, religiosas, culturais e demográficas. Será esta a nossa principal fonte de trabalho. Estes registos acarretam indubitavelmente um fator surpresa pois a forma como se lida com a morte não é uniforme, quer do lado dos párocos quer do lado dos paroquianos. Assim, de freguesia para freguesia poderemos encontrar realidades sempre distintas, mas dificilmente discordantes.

O período selecionado para esta investigação compreende o reinado de D. José, isto é, entre os anos de 1750 e 1777. Temos como objetivo procurar perceber qual é o comportamento dum cidade inteira, perante a morte, neste período, ao qual estão associadas grandes mudanças políticas, sociais, económicas e culturais que bem caracterizaram o reinado de D. José, sob a forte influência e governação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Destacamos as grandes alterações ao nível da legislação testamentária que o referido governante desencadeou.

Para isto, é fundamental percebermos como era Coimbra, neste período, inserindo-a na realidade portuguesa que abordaremos tenuemente. Por esta razão, lemos na íntegra a Memória paroquial de Coimbra de 1758. Além desta fonte, analisámos e confrontámos 2165 registos de óbito de todas as freguesias urbanas de Coimbra⁴, o que corresponde à totalidade dos registos pertencentes aos anos de 1750, 1755, 1760, 1765, 1770 e 1775. Estas freguesias tinham sob a sua alçada uma zona periférica considerável da cidade, que hoje se insere, maioritariamente, na malha urbana. Os registos de óbito destas zonas não foram retirados da investigação. Excluídos, por omissão de fonte, estão sim os registos de óbito dos religiosos que habitavam os mosteiros, conventos e colégios da cidade.

⁴ A saber: Santa Cruz, Santa Justa, São Cristóvão, São João de Almedina, São Pedro, São Tiago, Salvador, São Bartolomeu e Sé.

Introduzida na historiografia pela mão de Philippe Ariès, na década de setenta do século XX, a história da morte insere-se nos estudos da história das mentalidades. O autor propôs quatro formas de ver a morte, repartidas cronologicamente, desde os tempos medievos, recorrendo a fontes qualitativas como a arte, a literatura, e outras formas de expressão humana, numa grelha de atitudes do homem perante a morte. Definiu a morte na Idade Média como morte domesticada; seguiu-se a morte de si próprio, na Idade Moderna; a morte do outro, no tempo do romantismo; e, atualmente, a morte interdita⁵.

Mas permitirão as mentalidades submeter-se a tempos históricos definidos? Michel Vovelle pareceu discordar! Este destacou-se como o segundo grande historiador do tema. Vovelle defende que as mentalidades gozam de uma autonomia muito ampla no que respeita às demais ordens da vida, inserindo-as, contudo, nas estruturas sociais e económicas. Ariès, por sua vez, privilegia a história das mentalidades mais ao nível do pensamento e expressões formalizadas⁶.

Relativamente à história das mentalidades, uns associam-na à história social, outros acusam-na de ser vaga e de se submeter a uma imobilidade quase total cujos lentos avanços só são permitidos por um «vaporoso inconsciente coletivo e não pela vontade e liberdade humanas», como afirma Fernando Martinez Gil⁷.

Pierre Chaunu, autor também de estudos sobre a morte, versando mais sobre os temas demográficos e sociais, não se demitiu de estudar também testamentos.⁸ O mesmo fez François Lebrun, na sua tese de doutoramento⁹. Mas é a Michel Vovelle que se atribui a primeira síntese global do tema¹⁰. Vemos, deste modo, o peso da historiografia francesa no trato da questão da História da Morte que a historiografia portuguesa estuda, uma vez que à semelhança da primeira, tende a aplicar o método quantitativo à história das mentalidades.

Para a historiografia portuguesa, no estudo da história da morte, destacamos Ana Cristina Araújo, João Lourenço Roque e Fernando Catroga. Embora devamos referir que o último versa sobre a morte no século XIX, atendendo às questões da edificação do Portugal cemiterial que, como todos sabemos, se encontra à margem do período cronológico selecionado nesta investigação. Destacamos, ainda, Maria Antónia Lopes e Isabel dos Guimarães Sá diretamente associadas às temáticas da assistência social e da ação das

⁵ ARIÈS, Philippe – *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Editorial Teorema, 2010.

⁶ MARTINEZ GIL, Fernando – *Muerte y sociedade en la Españã de los Austrias*. Madrid: Siglo XXI de Españã Editores, 1993, pp. 4-5.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 9.

⁸ CHAUNU, Pierre – *La mort à Paris, XVIe, XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris: Fayard, 1978.

⁹ LEBRUN, François – *Les hommes et la mort en Anjou aux XVII et XVIII siècles*. Paris: La Haye, 1971.

¹⁰ VOVELLE, Michel – *La mort et L'Occident de 1300 à nos jours*. Gallimard, 1983.

Misericórdias, tão importantes para compreender a morte no Antigo Regime, e por esta razão, de abordagem incontornável.

É relevante referir que o estudo da morte se tem centrado no século XVIII e na atualidade. Os séculos XV e XVI constituem praticamente um vazio. Obviamente que os estudos sobre a morte, na atualidade, já não utilizam como fonte os testamentos, uma vez que estes já não constituem uma prática comum da nossa sociedade contemporânea. Quanto aos trabalhos que visam a sociedade portuguesa moderna, estes têm-se centrado em torno de estudos referentes a variadas regiões geográficas do país, construindo uma “história da morte à escala regional”, que mais tarde poderão ser confrontados uns com os outros.

Teremos também presente a questão demográfica, bem mais difundida e abordada em estudos. Destacamos, para o caso português, os trabalhos desenvolvidos por Norberta Amorim, José Vicente Serrão, Teresa Ferreira Rodrigues, António de Oliveira, entre outros. Os seus contributos têm trazido para a luz do dia a evolução da população portuguesa, desde a Idade Média, com todos os períodos de crescimento e de depressão, característico da história da demografia portuguesa e europeia.

Esta investigação procurará aferir a distribuição da população pelas freguesias de Coimbra. Contabilizaremos o número de óbitos registados nas referidas freguesias da cidade. Procederemos à determinação e explicação da evolução no decorrer da época selecionada (anos), bem como à determinação e explicação da distribuição sazonal (meses). Aqui, teremos o cuidado de cruzar os nossos dados com os disponibilizados por Teresa Rodrigues, alcançando uma visão daquilo que seria o comportamento da mortalidade sazonal padronizado no contexto setecentista português. Procuraremos perceber qual a dimensão da mortalidade infantojuvenil, até aos doze anos, bem como a taxa de celibato definitivo.

Aferiremos como eram administrados os sacramentos e em que condições. Através da análise feita, traçaremos um comportamento padrão que define aquilo que consideramos serem as práticas de inumações na cidade, levadas a cabo pelos párocos. Procuraremos perceber o tratamento dado pelos párocos aos defuntos das diferentes ordens da sociedade coimbrã, atendendo que estamos a estudar uma sociedade que se organiza de forma hierarquizada em ordens, praticamente cristalizadas, onde a mobilidade e ascensão sociais são incomuns.

Dado ao papel central que detinham, nesta época, as instituições de assistência social, é incontornável perceber a importância da ação das casas religiosas, Misericórdia e irmandades da cidade na assistência à morte. Atenderemos, ainda, tanto quanto nos for possível, ao destino que se dava aos que faleciam nos hospitais, nas prisões e nos recolhimentos.

Finalmente, assinalaremos a prática testamentária registada e tentaremos perceber o impacto da legislação pombalina - particularmente da lei de 9 de setembro de 1769 - na redação das últimas vontades da população coimbrã.

No que concerne à didatização do tema, iniciamos a nossa exposição indicando em que anos de escolaridade e respetivos programas de História podemos abordar a temática da morte. É comum estudarmos esta questão na antiguidade, quando estudamos as grandes civilizações como é o caso do Egito. Na Idade Média, a propósito do grande surto da peste negra, contactamos com a morte, tenuemente, para não voltarmos a falar do assunto até à edificação do Portugal cemiterial e à oposição velada da revolta da Maria da Fonte. Isto significa que a morte é alvo de abordagem, sempre breve, no 7º e 8º anos do 3º ciclo de Ensino Básico¹¹. Também, no Ensino Secundário, podemos abordar este assunto no 10º ano dos programas de História A e B e no programa de História A do 10º e 11º anos¹².

Será oportuno tomarmos consciência do que se diz acerca da lecionação deste tipo de temáticas nas escolas, uma vez que o assunto não é consensual. Conjugação educação com a temática da morte sob uma abordagem histórica constitui um aliciante desafio, pois lançamos numa maré turbulenta que nos conduz entre a crítica, a interpelação e a curiosidade pela busca do desconhecido. Obviamente, que se trata dum tema que envolve a esfera privada e que, por isso, nunca deve ser abordado de forma banal, mas antes com especial atenção. É este desafio que nos propomos abraçar, convictos de que chegaremos a conclusões interessantes que evidenciarão o trabalho ao longo deste ano de estágio.

Nós abordaremos a morte no Antigo Regime, menos tratada nos programas, fundamental para compreender a mudança que ocorre no século XIX e, no caso português, para compreender os levantamentos populares contra a construção dos cemitérios. Apesar de não o referir de forma explícita, é possível abordar a morte barroca em estreita observância com o programa de História. Todas estas matérias são passíveis de abordagem,

¹¹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - *Programa de História. Plano de organização do ensino-aprendizagem*. Lisboa: Departamento da Educação Básica, vol. II, 1999.

¹² MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – *Programa de História A*. Lisboa: Departamento do Ensino Secundário, 2002. Et MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – *Programa de História B*. Lisboa: Departamento do Ensino Secundário, 2001.

novamente, no Ensino Secundário, enquadrando estas na devida contextualização histórica presente nos programas. Atendendo que no programa de História A os conteúdos são um aprofundamento dos conteúdos já lecionados no 3º ciclo, enquanto no programa de História B essa abordagem, ainda que semelhante, começa apenas no século XV.

No presente trabalho, valorizaremos a história local que introduzimos na nossa investigação e na nossa aula de forma propositada e incontornável. Desta forma, respondemos a um apelo expresso, feito pelos programas de História, que nos convidam a abordar, sempre que possível e oportuno, a História local a que pertencem os nossos discentes. Sendo Coimbra uma cidade com amplos registos vocacionados ao tema que vamos abordar, não nos demitimos de responder a este apelo. Também não esquecemos a questão testamentária, uma vez que lecionámos estes conteúdos a uma turma de ciências socioeconómicas. Temos de ressaltar que não analisámos testamentos, mas apenas as referências que são feitas e estes, quer nos registos de óbito quer na legislação da altura.

Explanaremos a planificação da aula, refletindo e justificando as nossas estratégias e escolhas tomadas no decorrer da elaboração desta. Será interessante aferirmos as estratégias previstas a serem concretizadas na aula, em particular, as dinâmicas de pendor prático.

Num segundo momento, teremos oportunidade de avaliar a nossa prestação enquanto professores, na leção das referidas temáticas, a reação da turma às várias tarefas e momentos relevantes da concretização da aula. Aqui, evidenciaremos o que correu bem e o que correu mal, no decorrer da aula. Procederemos, também, a uma reflexão que procurará fazer-nos entender o que poderia ter corrido melhor e que outras estratégias não utilizadas poderiam ter otimizado a aula.

Se se insiste tanto que os alunos devem ser os construtores da sua aprendizagem, achámos conveniente colocar em práticas as estratégias da “aula oficina”, convidando os alunos a alcançar o conhecimento através da análise de fontes historiográficas. Por fim, naturalmente, apresentaremos os resultados desta aula, usando as tarefas que foram solicitadas no decorrer desta, para fundamentarmos toda a nossa argumentação.

2. Das teorias à prática

2.1. Questões acerca do ensino na atualidade

Nos nossos dias, já quase ninguém questiona a importância que a educação tem no contexto atual da sociedade. Educação que não se separa de instrução, antes apresentam-se como duas realidades que se complementam. A primeira, tem a ver com a formação do “ser” dos indivíduos, tendo particular importância o legado dos valores morais e humanos. A segunda, tem por finalidade a transmissão de conhecimentos e o estímulo à aquisição de competências¹³.

Apesar disto, parece que hoje só a instrução conta¹⁴. A transmissão de valores, se assim podemos definir, parece estar esquecida e com pouca vontade de ser assumida por qualquer agente educativo. Destacamos aqui que esta tarefa cabe, em primeira instância, aos pais. São eles os responsáveis pela educação dos seus filhos e os primeiros agentes a estimular uma integração sã destes na sociedade. Ora, para que isto aconteça é vital que as novas gerações captem e retenham formas de estar e de ser que lhes permitam conviver, harmoniosamente, no seu meio. Fernando Savater corrobora esta linha de pensamento relativa à importância do papel dos pais, afirmando que “a sua presença (ou a sua ausência), a sua atenção (ou desatenção), o seu baixo ou elevado nível cultural e o seu melhor ou pior exemplo configuram um legado, educativamente falando, muito mais relevante que os próprios genes”¹⁵.

Os pais não se podem demitir de serem educadores, sob pena de condenarem os seus filhos ao fracasso. Os pais têm de dar o exemplo. Numa palavra, têm de se resignar a ser adultos¹⁶. Queremos, desta forma, destacar em primeiro plano a importância da família no processo de educação de qualquer criança.

A escola é a instituição, por excelência, que tem o dever de instruir e de criar a simbiose entre a educação e os conhecimentos que transmite. A escola age pela ação dos professores, inserida num meio que constitui sempre uma realidade muito concreta. A estes dedicaremos o capítulo seguinte. Para já falemos apenas da escola, em traços gerais, e de alguns problemas com que se depara hoje.

¹³ SAVATER, Fernando; CASTILLO, Ricardo Moreno; CRATO, Nuno; DAMIÃO, Helena – *O valor de educar, o valor de instruir*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2010, p. 16.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 19.

¹⁵ SAVATER, Fernando – *O valor de educar*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006, p. 158.

¹⁶ SAVATER; CASTILLO; CRATO; DAMIÃO – *O valor de educar, o valor de instruir*, cit., pp. 20-23.

Para que a escola consiga ter uma função eficaz, é necessário que quem se propõe a aprender, ou seja os discentes, estejam verdadeiramente dispostos a aprender. No entanto, isto não significa que se ensine só aquilo que os alunos gostam. A escola deve criar as condições para a formação das novas gerações, apresentando-se com credibilidade e como instituição transmissora de cultura, tanto em meios de maior literacia como de menor, indiferenciadamente. Não se deve subestimar o potencial que existe dentro de todos e de cada discente, isto é, a escola deve formar para uma abertura permanente de horizontes e não o contrário¹⁷.

A escola também deve ter um papel relevante no desenvolvimento da aprendizagem sócio emocional dos seus alunos. Dorothy Espelage assegura que, quando esta dinâmica é implementada, os discentes tornam-se mais seguros nas suas ações e criam vínculos mais fortes com a escola e com a vida académica¹⁸.

A formação humana e intelectual devem caminhar de mãos dadas. Kant afirmava que a educação do homem tinha de abranger a disciplina, a cultura, a civilidade e a moralização. No entanto, a educação das crianças não se esgota nestas valências. O principal é que aprendam a pensar, a compreender o mundo que as envolve e a desenvolver a capacidade de espírito crítico¹⁹.

Através desta visão, cada indivíduo em formação deve absorver um conjunto de atitudes e formas de ser, estar e fazer que permitirão o seu ingresso pleno na sociedade. É por isso que o facto de aprender ao lado de outros indivíduos constitui uma vantagem para a compreensão de valores tão importantes como o respeito pelo outro, a tolerância, a liberdade, a disciplina, a igualdade e a fraternidade.

Estão lançadas as bases para uma escola inclusiva. Clarificamos que, no nosso entender, educação inclusiva refere-se a todos os alunos que frequentam as escolas, e não apenas aos alunos com necessidades educativas especiais. A inclusão é o reconhecimento e o respeito pela “diversidade e o direito de sermos nós próprios numa comunidade aberta, partilhada e democrática”²⁰. Este conceito diverge de integração que apenas prevê a adaptação dos alunos a uma escola ou turma e às suas dinâmicas próprias. O respeito pela

¹⁷ CRATO, Nuno – *O “eduquês” em discurso direto. Uma crítica da Pedagogia Romântica e Construtivista*. Lisboa: Gradiva, 2006, pp. 30-32.

¹⁸ ESPELAGE, Dorothy L.; LOPES, João A. – *Indisciplina na escola*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013, p. 19.

¹⁹ KANT, Immanuel – *Sobre a Pedagogia*. Lisboa: edições 70, 2012, pp. 19-20. Cf. MARTINS, Guilherme d’Oliveira (coord.) – *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação, 2017.

²⁰ ARMSTRONG, Felicity; RODRIGUES, David – *A inclusão nas escolas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014, p. 15.

diversidade, a promoção dos valores inclusivos e a relação com a comunidade local são fatores vitais para a concretização deste projeto²¹.

Mas há que ponderar mais fatores nesta nossa reflexão. Para além do papel dos professores, é necessário existirem currículos capazes de impor metas para que os alunos atinjam, progressivamente, conhecimentos que se vão complexificando. Estas metas, no entanto, não devem condicionar a aprendizagem para além destas, abrindo caminho para que cada discente aprenda o máximo que as suas capacidades lhe permitam.

Temos de admitir que a razão de existir da sala de aula é só uma: o saber. A transmissão deste constitui a missão do professor e o direito dos alunos, como afirma Paulo Guinote. Desta forma, professor e aluno nunca estão em pé de igualdade na sala de aula. Partindo do princípio que os alunos estão na escola para aprender, o professor está investido de autoridade, que lhe é conferida pelo saber²².

À medida que os alunos retêm conhecimentos, conseguirão compreender e terão capacidade para desenvolver competências. Não há aquisição de competências sem apreensão prévia de conhecimentos. Destaque-se, neste processo, a importância da memorização, para a qual disciplinas como a História podem dar um contributo inestimável. Da mesma forma, quanto mais se aprende, mais capacidade se adquire para se continuar a aprender. Esta tarefa exige não só motivação como exigência²³. Discordamos, por isso, de qualquer tese que ponha em causa o princípio destas práticas no ensino.

Os trabalhos de casa são importantes no processo de aprendizagem pois ajudam o aluno a assimilar conteúdos, a formular questões e a perceber as suas dúvidas. Estes devem ser alvo de particular atenção por parte dos docentes, sendo importante proceder sempre à sua correção no espaço da aula, bem como ao esclarecimento de dúvidas que estes trabalhos suscitarem aos alunos. Os pais podem ajudar os filhos na realização destas tarefas extra-aula, mas caberá sempre ao aluno a sua realização e ao professor a sua correção e consequente esclarecimento de dúvidas, sempre que estas existam.

Juntamente com estes, as fichas formativas realizadas na aula ou em casa, bem como uma série de outras atividades, contribuem decisivamente para a implementação de um modelo de avaliação contínua onde os discentes podem ser confrontados com as suas hesitações. Desta forma, consolidam, permanentemente, os seus conhecimentos com vista a

²¹ ARMSTRONG; RODRIGUES – *A inclusão nas escolas*, cit., pp. 14-18.

²² GUINOTE, Paulo – *Educação e Liberdade de Escolha*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014, pp. 23-27.

²³ SAVATER; CASTILLO; CRATO; DAMIÃO – *O valor de educar, o valor de instruir*, cit., pp. 52-54 et 66-70. Cf. CRATO – *O “eduquês” em discurso direto. Uma crítica da Pedagogia Romântica e Construtivista*, cit., pp. 57-63.

alcançarem melhores resultados nas avaliações sumativas. Reconhecemos que nem sempre é possível implementar esta metodologia de avaliação por uma questão de gestão do tempo de que cada docente dispõe para cumprir o programa da disciplina que leciona.

A avaliação deve aferir se os discentes vão alcançando e superando os vários objetivos com que se vão deparando. Constituem, por isso, um desafio aliciante a ser ultrapassado²⁴. É este o objetivo da avaliação e, por isso, justifica-se a indispensabilidade da realização de exames. Estes constituem uma forma de apreciação externa que complementa os vários instrumentos de avaliação a que os docentes recorrem na sala de aula²⁵.

É muito importante manter sempre as expectativas elevadas e, como já referimos, uma aprendizagem organizada por metas, constituindo um constante estímulo neste processo. A escola deve zelar, igualmente, pela observância dos direitos e responsabilidades dos alunos, bem como pela formação permanente e bem-estar dos docentes. Deve existir uma cooperação respeitadora entre escola e família. A escola não deve invadir o espaço que é do foro íntimo da família; nem à família compete intrometer-se no trabalho dos professores ou pôr em causa o bom funcionamento da escola²⁶.

Já vimos que às escolas compete a tarefa de ensinar e de promover as capacidades intelectuais e humanas de quem as frequenta. Estas foram criadas com o intuito de dotarem as novas gerações de ferramentas para enfrentarem os muitos desafios da vida, num mundo que é cada vez mais competitivo²⁷. Para que cada escola funcione bem é necessário que esta tenha uma liderança estável, firme e capaz de responder às mais variadas solicitações, determinação na elaboração de projetos comuns com objetivos partilhados, competente gestão do projeto educativo, bem como a criação e manutenção de um ambiente favorável à aprendizagem²⁸. Neste contexto, David Justino assegura que um dos fatores de peso neste processo é a estabilidade e qualificação do corpo docente. A existência de um corpo docente estabilizado e identificado com o projeto educativo da sua escola conduz à obtenção de melhores resultados²⁹.

²⁴ CRATO – *O “eduquês” em discurso direto. Uma crítica da Pedagogia Romântica e Construtivista*, cit., p. 47.

²⁵ JUSTINO, David – *No silêncio todos somos iguais*. Lisboa: Gradiva, 2005, p. 16.

²⁶ MORGADO, José – *A qualidade na educação. Um desafio para os professores*. Lisboa: Editorial Presença, 2004, pp. 15-17.

²⁷ SAVATER; CASTILLO; CRATO; DAMIÃO – *O valor de educar, o valor de instruir*, cit., p. 65.

²⁸ JUSTINO – *No silêncio todos somos iguais*, cit., p. 28.

²⁹ *Idem, ibidem*, p. 61.

O tipo de educação que oferecemos hoje refletir-se-á posteriormente. A ação da escola deve nortear-se sempre por dois parâmetros: a vida profissional que tenciona proporcionar e o tipo de cidadania que pretende exigir³⁰.

Para que haja cidadania é necessário que seja considerada a civilidade. David Justino define este conceito como “o conjunto de normas de convivência entre os diferentes membros de uma sociedade organizada”³¹. Não podemos abdicar de coisas tão importantes quanto esta, na formação das novas gerações. Ao ritmo e forma com que as sociedades estão a mudar, impõe-se redobrada atenção à questão da cidadania. Esta renova-se com a sociedade mas nunca pode deixar de estar assente numa civilidade que, cada vez mais, deve ser responsável e livre³².

À escola deve competir um auxílio determinante na construção de uma educação, verdadeiramente, humana e científica. Deve a sua ação conduzir os discentes para uma educação universalizante³³. Devemos educar com a perspetiva de futuro sempre no nosso horizonte de programação e ação, tendo sempre presente a nossa identidade nacional e europeia, acima de tudo.

2.2. O papel dos professores

Os professores têm um papel central no processo de aprendizagem dos discentes. São eles que ensinam e a eles cabe a função de assegurar a transmissão de conteúdos, bem como o de promover os valores que norteiam a nossa sociedade. Sempre que o professor se demite desta tarefa central da sua profissão, a educação e o sistema de ensino perdem qualidade e degradam-se³⁴.

Tendo isto em conta, parece-nos importante destacar, também, que os docentes não negoceiam a aprendizagem com os alunos. Tal situação poderia levar os discentes a aprenderem apenas o que quisessem, pondo em causa a função da escola, tornando-se esta numa instituição limitadora de conhecimento e traindo o seu carisma universalizante e democrático. Os alunos fechar-se-iam sobre si mesmos, pouco aprenderiam e não atingiriam os níveis de desenvolvimento físico, intelectual e psíquico que teriam a capacidade de

³⁰ JUSTINO – *Difícil é educá-los*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2010, p. 93.

³¹ *Idem, ibidem*, p. 100.

³² *Idem, ibidem*, pp. 100-102.

³³ SAVATER – *O valor de educar*, cit., p. 163.

³⁴ JUSTINO – *Difícil é educá-los*, cit., p. 81.

alcançar quando são encaminhados para metas com expectativas mais elevadas³⁵. Pelo contrário, deve o docente abordar as temáticas que constam das metas, conduzindo os alunos e mostrando como essas mesmas temáticas serão importantes para a sua vida futura.

Esta questão leva-nos a abordar o currículo. Esta palavra vem do latim *curriculum*, que significa carreira. O currículo é o caminho que a escola oferece para a formação dos seus discentes. Precisamos ter em atenção que este constitui pelo menos três realidades, distintas, que não podem ser confundidas. Primeiramente, existe um currículo formal, isto é, o documento que determina o que se deve aprender. Num segundo momento, o professor interpreta e trabalha o currículo de forma a ensinar os conteúdos nele enunciados. É o currículo que se ensina e que é comunicado pelos professores. Finalmente, deparamo-nos com o currículo que se aprende, ou seja, aquele que os alunos conseguem aprender pela prática letiva. Concluímos que o currículo passa por várias fases de transformação, desde que é concebido até aos resultados a que é capaz de conduzir³⁶.

Aos professores cabe gerir os currículos da forma mais eficaz e dinâmica que conseguirem, no tempo que lhes é dado. Estes constituem um elemento determinante na sala de aula e na escola, uma vez que o professor serve para ensinar e é esta a sua função específica. É o exercício desta atividade que o distingue das outras profissões³⁷. Eles são os responsáveis pela mediação entre o conhecimento e o aluno. Para isto, criam dinâmicas que levam os alunos a apreenderem o saber que se pretende que seja dominado³⁸.

Ao professor também compete a manutenção da disciplina quer nos espaços da escola quer na sala de aula. A indisciplina é definida, por João Lopes, “como o comportamento ou comportamentos que colidem com o vetor primário da aula, que é o ensino”³⁹, e que faz com que o professor tenha de interromper o processo de aprendizagem para corrigir tais ações. Continua o mesmo autor afirmando que “a indisciplina constitui pois uma quebra das ações de gestão que o professor implementou previamente e que tinham como objetivo permitir a aprendizagem dos alunos”⁴⁰. A indisciplina é um problema atual que mina o ambiente de aprendizagem na sala de aula. Contra esta se investe um combate constante, por parte dos professores.

³⁵ CRATO – *O “eduquês” em discurso direto. Uma crítica da Pedagogia Romântica e Construtivista*, cit., p. 97.

³⁶ DAMIÃO, Maria Helena – *Pré, inter e pós acção. Planificação e avaliação em pedagogia*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1996, pp. 45. 52-53.

³⁷ ROLDÃO, Maria do Céu – *Estratégias de ensino: o saber e o agir do professor*. Gaia: Fundação Manuel Leão, 2009, pp. 39-42.

³⁸ GASPARG, Maria Ivone; ROLDÃO, Maria do Céu – *Elementos de Desenvolvimento Curricular*. Lisboa: Universidade Aberta, 2007, p. 110.

³⁹ ESPELAGE; LOPES – *Indisciplina na escola*, cit., p. 42.

⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 42.

Para procurar minimizar este flagelo, João Lopes entende que todas as dinâmicas de aprendizagem implementadas na sala de aula devem ser orientadas da melhor maneira possível, o que obriga a uma preparação prévia rigorosa da parte do professor. Para além disto, quando se verificam as primeiras dificuldades, o professor deve intervir de imediato sem vacilar⁴¹.

O professor tem de ser um cientista com formação superior na área que ensina⁴². A docência é porventura das profissões mais intelectuais que existe. Desta forma, o professor tem de ser um apaixonado pelo conhecimento e, por isso, ainda que conscientes de quão difícil poderá ser, entendemos que deve ter a obrigação natural de ir atualizando o seu saber, permanentemente, investindo na sua formação e mantendo contacto com as universidades, instituições por excelência vocacionadas para a busca do conhecimento científico.

No seguimento desta ideia, e na linha de pensamento de João Paulo Avelãs Nunes, o professor deve estar em formação permanente, durante toda a sua vida ativa de trabalho. Numa primeira fase, a formação inicial, com dois anos de frequência de mestrado, sendo o segundo ano de estágio. Na segunda fase, os professores devem apostar na sua formação permanente, quer inscrevendo-se em formações disponibilizadas pelas universidades, quer em investigação realizada por autoiniciativa. Estas investigações podem culminar na publicação de artigos em revistas científicas ou até em publicações de livros⁴³.

O Estado não deve prescindir nem descuidar da formação inicial dos docentes, bem como da seleção dos candidatos à docência⁴⁴. Esta formação inicial deve versar duas componentes fundamentais: científica e didática. Uma não se deve sobrepor à outra. Para além disso, antes de ser admitido no mestrado de ensino, o candidato deve submeter-se à realização de um exame de português, dando provas de que domina os conteúdos básicos da sua língua materna. Todos os professores são professores de português! A arte de bem falar, de saber não dar erros ortográficos ou gramaticais e de saber corrigir, na sala de aula e nos momentos de avaliação, constituem um dever imprescindível perante o qual nenhum docente deve desmobilizar.

⁴¹ ESPELAGE; LOPES – *Indisciplina na escola*, cit., p. 57.

⁴² NUNES, João Paulo Avelãs; RIBEIRO, Ana Isabel Sampaio – “A didática da História e o perfil do professor de História”. *Revista portuguesa de História*, t. XXXIX, 2007, p. 99.

⁴³ NUNES, João Paulo Avelãs – “Ensino da História e exercício da cidadania”. *O Ensino da História*, III Série, n.º 15, Outubro de 1999, p. 18.

⁴⁴ JUSTINO – *Difícil é educá-los*, cit., p. 81.

Para que todas estas questões funcionem devidamente, consideramos também importante que nas escolas haja um clima de colaboração livre e voluntária entre todos os professores. Deve ser instituído um verdadeiro ambiente de cooperação, aniquilando qualquer forma de colegialidade artificial, isto é, de qualquer tipo de imposição ao trabalho em grupo⁴⁵. Esta realidade deve verificar-se no contexto de trabalho de ciclos, de departamentos e de disciplinas.

Em suma, o papel do professor é, nos nossos dias, fundamental para a construção da sociedade de amanhã. Aos professores cabe a tarefa solene de instruir as novas gerações e a obrigação de as preparar de forma dedicada e atenta para uma vida autónoma, livre e totalmente integrada numa sociedade democrática, como é a nossa, de forma permanente e ativa. O Professor é, por isso, uma peça-chave da nossa sociedade. Apesar disto, esta profissão sofre hoje de uma desvalorização progressiva por parte dos agentes sociais. Porque se verifica tal realidade? A sociedade já não tem apreço pelos docentes, como outrora? Ou será que foram os docentes que se demitiram da sua função fundamental de instruir, autocondenando-se à degradação da sua própria imagem e ação?

Num tempo em que vivemos numa sociedade plural, com múltiplos valores e formas de pensar, a escola e os professores têm a necessidade de se recolocarem e de assumirem o seu papel. No entanto, estes não podem substituir o papel dos pais, nem da sociedade e demais agentes educativos. Os professores devem reger-se por um código de normas deontológicas e de conduta universais e comuns, para que, desta forma, ajam a uma só voz e deem uma resposta firme aos desafios que se lhes colocam.

O docente vive a sua atividade profissional enquadrada por legislação e por normas institucionais que expressam uma forma de estar em sociedade. A carência de normas deontológicas, nesta profissão, leva-nos à criação de conflitos entre pares, pois este défice conduz a uma forma de agir profissionalmente de forma individual e isolada. As normas deontológicas devem prevalecer em qualquer profissão, para mediar a ação dos seus agentes. É lamentável que a docência não tenha um código de conduta deontológico, dada a importância que esta profissão tem na nossa sociedade. A deontologia deve ser o crivo por onde passa toda a legislação e tudo o que envolve o quotidiano de um professor⁴⁶.

João Paulo Avelãs Nunes defende a criação de dois tipos de deontologia: deontologia geral e deontologia específica. A primeira reverte para as práticas culturais vigentes na

⁴⁵ MORGADO – *A qualidade na educação. Um desafio para os professores*, cit., p. 43.

⁴⁶ NUNES, João Paulo Avelãs - “Deontologia, desempenho profissional e utilidade social”. *O Ensino da História*, III Série, nº 32, Julho de 2008, p. 21.

sociedade em que nos inserimos e os padrões civilizacionais e graus de funcionamento da escola. Destaca-se a importância das ciências da educação nesta tarefa. A segunda, a deontologia específica segue, no caso do professor de História, às normas da historiografia, investigação e didática da História. Estas normas deveriam orientar a avaliação dos professores, método necessário em qualquer profissão para que progrida e se torne mais eficaz. No entanto, esta avaliação não deve estar refém do código⁴⁷.

Hoje é clara a necessidade de avaliar o exercício da atividade docente. A sua ausência tem contribuído, em parte, para a conservação da falta de qualidade da atividade dos professores⁴⁸. Por todas as razões já explanadas, esta tendência tem de ser contrariada. A avaliação é uma forma credível de o fazer. São, contudo, discutíveis os moldes em que esta deve ser feita.

2.3. O ensino da História

À historiografia deve caber a função de apresentar uma visão da realidade, tanto quanto for possível, promovendo o debate entre os alunos e dando-lhes sempre instrumentos científicos para manterem uma discussão salutar acerca dos incontáveis temas que a história estuda, relacionando-os sempre com a atualidade.

A História pode ser abordada de várias formas. Cada país, fiel ao seu contexto sociopolítico procura lidar com esta ciência humana de uma forma própria. O Reino Unido vê a História como uma disciplina autónoma com lugar nos seus currículos. Para os ingleses, a História constitui um saber específico, apesar de estar desvinculado de caráter obrigatório dos programas muito cedo. Na Espanha, a História está inserida na área das ciências sociais, reduzindo a sua capacidade de investigação. No entanto, no ensino secundário, há uma disciplina obrigatória, de um ano, sobre a História de Espanha. A França associa a História à Geografia, elaborando uma investigação educacional centrada em questões genéricas, sem se focar na especificidade da disciplina de História. Esta disciplina tem caráter obrigatório durante toda a escolaridade não superior⁴⁹.

⁴⁷ NUNES - "Deontologia, desempenho profissional e utilidade social", pp. 21-23.

⁴⁸ JUSTINO – *Difícil é educá-los*, cit., p. 81.

⁴⁹ MAGALHÃES, Olga – *Conceções de História e do Ensino da História*. Lisboa: Edições Colibri, 2002, pp. 82-87. Cf. TRINDADE, Sara – *O passado na ponta dos dedos: o mobile learning no ensino da História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário*. Coimbra: FLUC, tese defendida no âmbito de doutoramento em Letras - História, 2015, pp. 65-97.

Em Portugal, os estudos centrados nos saberes disciplinares concretos e no pensamento dos alunos estão a dar os primeiros passos, afirma Olga Magalhães. Atualmente, estão em curso uma série de estudos que procuram aferir a cognição histórica e a perceção que os alunos portugueses têm acerca da História. Nota-se um entusiasmo dos jovens no processo da aprendizagem da História, mas também um evidente desconforto no tratamento de temas mais atuais. A forma como vemos a História, enquanto sociedade, está profundamente unida à forma como a trabalhamos pedagogicamente⁵⁰.

Há muitas formas de estudarmos História e de a ensinarmos nas salas de aula. Isabel Barca, por exemplo, defende o recurso ao estudo das fontes históricas em aula. Chamou a este tipo de lecionação Aula Oficina. Desta forma, procura-se proporcionar uma aprendizagem que abrange e leva à confrontação de várias perspetivas acerca do passado e que dispensa os alunos da tradicional explicação única. Sintetizando, a abordagem das fontes mostra-nos a regra e a exceção da vida dos homens e mulheres do passado, fazendo realçar a beleza da História enquanto ciência social e humana que é⁵¹. Abordaremos esta questão de forma mais profunda, quando tratarmos da aplicação didática do nosso tema. No entanto, deixamos já aqui um exemplo de implementação desta dinâmica de aula.

Num estudo realizado por Mariana Lagarto e Isabel Barca, foi-nos apresentada outra visão acerca do ensino da História, numa sala de aula de 3º ciclo, inserido na perspetiva construtivista. Uma docente que integrava este estudo afirmou que promovia a regular atividade de escrita na sala de aula. Quanto à gestão do tempo distribuído em aula, 24% era usado pela professora para esclarecer ideias menos robustas e para orientar o trabalho de síntese que os alunos tinham de realizar. Os restantes 76% de percentagem de tempo era consagrado aos alunos para estes interpretarem fontes, discutirem e elaborarem respostas. No fim, procedia-se à correção destas. Esta professora procurava promover uma aula dinâmica, onde os alunos são desafiados a construir o seu próprio conhecimento histórico, salvaguardando a orientação supervisão constantes da docente⁵².

Por outro lado, o docente não deve hesitar perante a exigência e a implementação de métodos que sempre deram provas de serem eficazes. O professor de História não deve rejeitar a utilização do método expositivo nas suas aulas. No entanto, o método transmissivo

⁵⁰ MAGALHÃES – *Conceções de História e do Ensino da História*, cit., pp. 88-89.

⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 90. Cf. BARCA, Isabel – “Aula oficina: do projeto à avaliação”. *Atas das quartas jornadas de educação histórica*, 2004.

⁵² LAGARTO, Mariana; BARCA, Isabel – “O ensino da História no 3º ciclo: os professores entre as ideias e as práticas”. *Educação Histórica: Perspetivas de Investigação Nacional e Internacional (XV Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)*, 2016, pp. 45-46.

pode e deve aliar-se ao método construtivista, estando o docente em constante diálogo com os alunos, à medida que vai lecionando as matérias, convidando à elaboração de esquemas síntese, no quadro, e recorrendo às novas tecnologias para o auxiliar na sua tarefa.

Outra tendência que a História pode contrariar é a de recuperar a “memorização” das novas gerações. Tem havido uma tendencial rejeição da prática de memorizar, no ensino, que deve ser contrariada, na visão de Gabriel Mithá Ribeiro. A História não é só memorizar e decorar, mas é essencial que nos primeiros anos (principalmente no 1º e 2º ciclos) os alunos retenham datas, locais, factos, acontecimentos e conceitos importantes para que, uma vez alicerçado esse conhecimento, se possa proceder à leção de matérias que sem estas bases não se compreenderão⁵³.

Gabriel Mithá Ribeiro propõe um modelo de ensino na sala de aula que passa por uma primeira parte de exposição de matéria, ao qual se pode chamar monólogo do docente e que é essencial, pois introduz os discentes nos conteúdos programáticos que se propõe que estes retenham, compreendam e dominem. Mais ou menos expositivo, o docente deve reservar tempo na aula para um segundo momento: o diálogo entre este e os alunos. Num último momento, promover-se-ia a leitura, a escrita, resposta a questões escritas, realização de exercícios, exploração de fontes ou documentos⁵⁴.

Na nossa opinião, o professor de História deve dedicar-se, no exercício da sua atividade, à investigação historiográfica e documental. Para além disto, deve procurar ensinar História, levando os alunos a consolidarem muitas aptidões de âmbito pessoal, profissional e cívico. Toda a sua atividade deve proporcionar a “igualdade de oportunidades”, o “desenvolvimento sustentável” e “o aprofundamento da vivência democrática”, adequando-se ao nível etário e ao contexto sociocultural dos estudantes; acompanhado, simultaneamente, por um esforço permanente de atualização e de grande exigência cognitiva da ciência⁵⁵.

Para que estes objetivos sejam alcançados, a disciplina de História deve integrar a educação patrimonial no seu currículo. Através da abordagem à História local, o professor deve apelar à consciencialização dos seus alunos para a necessidade da preservação patrimonial e do respeito pelos vestígios e heranças dos nossos antepassados. Significa isto que o docente deve estar inteirado do conhecimento das tradições, monumentos e História

⁵³ RIBEIRO, Gabriel Mithá – *O Ensino da História*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012, pp. 68-75.

⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 70.

⁵⁵ NUNES, João Paulo Avelãs – “A “boa propaganda”, a “má propaganda” e o ensino da história”. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIX, 2007, pp. 169-170.

do local onde se encontra a lecionar. Não nos esqueçamos que, ao abordar estes assuntos afetos aos alunos, o docente nunca deve invadir a esfera da vida privada dos alunos, preservando a esfera pessoal e familiar de cada um da exposição em sala de aula⁵⁶.

No processo de ensino-aprendizagem, vários são os recursos a que os docentes podem recorrer de forma a tornarem mais eficiente a sua lecionação. Primeiramente, destaca-se o auxílio imprescindível do manual escolar. Apesar da importância que é atribuída ao manual, muitas vezes visto como um guião de trabalho, este não invalida a utilização de outros recursos. Aliás, ressaltamos que o manual só cumpre a sua função se estiver em concordância com a realidade escolar onde é adotado. Este não é senão mais do que uma interpretação ou proposta de observância do programa da disciplina, não tendo por isso de ser compreendido como um espartilho de conteúdos para professores e alunos. Jörn Rüsen considera que um bom manual tem de obedecer a quatro características: formato claro, estrutura didática clara, relação produtiva com o aluno e uma relação com a dinâmica verificada na sala de aula⁵⁷.

Quanto ao manual de História, especificamente, este tem de revelar utilidade na aprendizagem significativa da História, na interpretação histórica e na orientação cronológica da História. Através dos manuais podemos dispor do recurso a textos explicativos, imagens, gráficos, tabelas, esquemas, frisos cronológicos, fragmentos de fontes históricas que contribuem decisivamente para uma boa abordagem das matérias⁵⁸.

Outro recurso que está ao nosso alcance e se tem revelado uma mais valia no ensino da História são as novas tecnologias. Estas, para além de estarem completamente integradas no nosso quotidiano, constituem um meio muito útil de acesso a informação e recursos apelativos que podem estimular o gosto pela aprendizagem, por parte dos alunos. Vários estudos têm vindo a ser concretizados com a finalidade de comprovar o que estamos a afirmar. Sara Trindade, Joaquim Ramos de Carvalho e Ana Amélia Carvalho concluíram que o uso das novas tecnologias, inseridas em dinâmicas de estratégias pedagógicas, permitiram maior empenhamento dos discentes no decorrer das aulas e maior aquisição de conteúdos lecionados. Para além disto, os discentes foram capazes de otimizar competências no que

⁵⁶ PINTO, Helena – “Educação histórica e patrimonial”. *Educação Histórica: Perspetivas de Investigação Nacional e Internacional (XV Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)*, 2016, pp. 29-31.

⁵⁷ AFONSO, Isabel – “O manual escolar em educação histórica: conceções de alunos do ensino secundário”. *Educação Histórica: Perspetivas de Investigação Nacional e Internacional (XV Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)*, 2016, p. 12.

⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 12.

concerne à construção do conhecimento histórico, análise e interpretação de fontes, bem como da comunicação na disciplina de História⁵⁹.

Destacamos, ainda, o uso dos filmes que se têm revelado um recurso de aprendizagem eficaz, em História. Tiago dos Santos Reigada defende que o filme promove o trabalho com as fontes históricas, auxilia na seleção de informação pertinente e evidencia o reconhecimento da utilidade do saber histórico⁶⁰.

Quando um professor seleciona um filme, com a finalidade de este ser visualizado pelos alunos, deve prestar devida atenção à forma como é retratado o passado onde se desenrola a ação, a sua relação com o aspeto social e o envolvimento emocional e moral que o filme acarreta. Através da comunicação da imagem, o filme tem de ser rigoroso quanto à reconstituição histórica, permitindo o acesso fidedigno no que concerne ao tempo, espaço e contexto da ação. Esta fusão de elementos oferece aos alunos uma visão mais dinâmica da História. Assim, o professor passa a dispor de um conjunto de informação adicional que pode otimizar a comunicação oral e a comunicação escrita elaborada pelos alunos. Há que ter espírito de abertura face à utilização destes novos materiais didáticos, tendo em conta o seu potencial e utilidade para o exercício da nossa profissão⁶¹.

2.4. Caracterização do Estágio Pedagógico

2.4.1. A escola – Colégio da Rainha Santa Isabel

O nosso ano de estágio 2016/2017 decorreu no Colégio da Rainha Santa Isabel, em Coimbra. Com posição proeminente na frente da cidade e vista privilegiada sobre esta, o edifício encontra-se na rua do Brasil, nº 41, e inscreve-se na União das Freguesias de Coimbra. Com condições excelentes de promoção do conhecimento, estamos perante uma instituição de ensino de excelência desta cidade. Evidenciamos o bom ambiente de trabalho e de convivência profissional entre todos.

O Colégio é pertença da Província Portuguesa da Congregação de São José de Cluny e está votado ao serviço da educação de todos os níveis de escolaridade, desde o ensino pré-escolar ao ensino Secundário. Tem por base uma pedagogia muito própria – denominada

⁵⁹ TRINDADE, Sara; CARVALHO, Joaquim Ramos de; CARVALHO, Ana Amélia – “O uso de *tablets* e do *Itunes U* na aprendizagem em História”. *Educação Histórica: Perspetivas de Investigação Nacional e Internacional (XV Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)*, 2016, pp. 91-108.

⁶⁰ REIGADA, Tiago dos Santos – “Ensinar com a sétima arte – o espaço do cinema na didática da História”. *Educação Histórica: Perspetivas de Investigação Nacional e Internacional (XV Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)*, 2016, p. 82.

⁶¹ *Idem, ibidem*, pp. 82-88.

de pedagogia Cluny – que se alicerça na pessoa, na personalidade, na visão educativa e na vida da fundadora da Congregação, Ana Maria Javouhey⁶².

Esta pedagogia está em constante discernimento, promovendo o desenvolvimento dos seus alunos aos níveis religioso, científico, artístico e escolar. O Ideário do Colégio afirma, inequivocamente, que esta pedagogia “não é neutra: busca fundamentalmente a Vontade de Deus e a felicidade da Humanidade”⁶³.

Com efeito, a oferta educativa deste é muito própria, respondendo ao seu Ideário. O investimento na vertente religiosa é notório, dispondo o Colégio dum Conselho de Pastoral responsável pela dinamização de todas as atividades deste âmbito. É estabelecido um plano de atividades muito denso que envolve a participação de toda a comunidade educativa ao longo do ano letivo.

O Colégio promove a dimensão artística através da sua escola de dança, do ensino da música, das línguas e de algumas valências desportivas de forma mais aprofundada, para os que assim desejarem. Destaca-se, ainda, a importância atribuída ao tema cultural, que é trabalhado ao longo do ano em todas as turmas e que culmina com uma “mostra cultural”. Nesta divulga-se à comunidade educativa o resultado do tratamento do referido tema, feito pelos alunos e professores.

O Colégio é dotado de todas as infraestruturas e materiais necessários para promover um ensino de qualidade. Todas as salas de aula dispõem de projetor e tela, juntamente com os restantes materiais tradicionais e de aquecimento. O pavilhão tem extensão suficiente para decorrerem três aulas de educação física em simultâneo, tendo este espaço capacidade para múltiplas funções. Existe, também, um auditório e uma sala de audiovisuais e salas para as demais atividades consagradas à promoção artística, já mencionadas. Não podemos deixar de referir a existência de uma biblioteca, laboratórios de biologia e de ciências físico-químicas, sala de música e sala de informática. O Colégio dispõe ainda dos espaços de lazer necessários para uma sã convivência dos alunos, nos tempos previstos: recreio e bar. O recreio dos alunos do ensino pré-escolar é separado do dos restantes ciclos de escolaridade.

⁶² COLÉGIO DA RAINHA SANTA ISABEL – *Ideário, Projeto Educativo e Regulamento Interno*, 2015, p. 7.

⁶³ *Idem, ibidem*, p. 7.

2.4.2. As turmas – 9ºH e 10ºF

Durante o ano de estágio, demos aulas a duas turmas de níveis diferentes, 9º ano e 10º ano. Ao 9ºH lecionámos quinze tempos letivos. Esta turma é composta por trinta alunos⁶⁴, dezoito rapazes e doze raparigas, inscrevendo-se num estrato socioeconómico médio alto. As idades dos elementos da turma estão compreendidas entre os treze e os catorze anos. Oito afirmaram que a História era uma das suas disciplinas favoritas. Dois admitiram ser uma das disciplinas com mais dificuldades. Há apenas um elemento novo nesta turma que vem de outra escola e duas retenções registadas em anos transatos. Dois alunos têm PEI⁶⁵, estando o seu condicionamento à aprendizagem registado como dislexia.

Considerámos pertinente expor a preferência que os alunos das nossas turmas têm quanto à dinâmica a ser adotada em sala de aula. Cada aluno podia dar mais do que uma resposta. Cinco consideram que as aulas expositivas são o meio mais eficaz para aprenderem. Quatro preferem fazer fichas de trabalho. Dezoito alunos gostam mais de aprender através da realização de trabalhos de grupo. Três consideram que a pesquisa é mais viável no processo de aprendizagem. Oito defendem as aulas debate. Por fim, vinte discentes preferem aprender através do recurso a material audiovisual.

A turma do 10ºF é do Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas, pelo que a disciplina lecionada foi História B. A esta lecionámos vinte e três tempos letivos. É composta por nove elementos⁶⁶, cinco rapazes e quatro raparigas, pertencendo estes a um estrato socioeconómico médio alto. As suas idades compreendem-se entre os treze⁶⁷ e os dezasseis anos. Sete alunos admitem que a História é a sua disciplina preferida. Nenhum menciona esta disciplina como sendo uma das que tem maiores dificuldades. Há um novo elemento nesta turma que transitou de outra escola. Não há retenções registadas em anos transatos, nem alunos com necessidades educativas especiais.

Quanto à preferência de dinamização na sala de aula, três alunos optam por aulas expositivas. Nenhum aluno selecionou fichas de trabalho ou pesquisa. Seis preferem trabalhos de grupo, enquanto que quatro consideram trabalhos de pares. Dois alunos mencionam as aulas debate como sendo mais profícuas à aprendizagem. Sete alunos preferem aulas com recurso a materiais audiovisuais.

⁶⁴ Apenas vinte e oito alunos desta turma responderam aos questionários.

⁶⁵ Plano Educativo Individual.

⁶⁶ No início do ano, a turma era composta por onze elementos. No entanto, no decorrer do primeiro período dois alunos desvincularam-se desta disciplina.

⁶⁷ Trata-se de um aluno considerado sobredotado, não havendo qualquer referência a diferenciação pedagógica no plano de turma.

No que concerne à dinâmica das duas turmas verificámos comportamentos totalmente opostos. A turma de 9º ano é muito agitada e tem muitas dificuldades de concentração. Este fator condiciona em larga escala a adoção de dinâmicas interessantes de serem implementadas. São exemplo disso trabalhos de grupo, debates ou jogos didáticos. Apesar disto procurámos aplicar algumas dinâmicas deste género na aula, embora não tenhamos alcançado os resultados pretendidos. Não obstante, reconhecemos que alguns elementos desta turma são bem-comportados e têm manifestamente vontade de aprender.

A turma de 10º ano é muito disciplinada e atenta. Os alunos, geralmente, estão calados e não intervêm durante a aula, a não ser que seja solicitada a sua participação. Exceção apenas para um aluno que intervém muito, mas também que tem muitas dificuldades em respeitar a dinâmica da aula. Várias dinâmicas de aprendizagem construtivista são muito aprazíveis neste contexto, como a análise de fontes históricas, individualmente ou em grupos.

2.4.3. Atividades e dinâmicas do núcleo de estágio

Começamos este subcapítulo por indicar a composição do Núcleo de Estágio de História do Colégio da Rainha Santa Isabel, no ano letivo de 2016-2017. Este é composto por um professor orientador, Paulo Alexandre Bandarra de Lavoura, e por dois professores estagiários, Filipe Miguel de Andrade Campos e Hélder Filipe da Silva Gomes Brandão.

O ano de estágio revelou ser muito intenso, quanto à sua dinâmica e atividades. No início do ano letivo redigimos um Plano Individual de Formação⁶⁸ com a finalidade de planificarmos a nossa participação nos eventos do Colégio. Para isto, recorreremos ao Plano Anual de Atividades deste, ao Plano de Atividades do Departamento de Ciências Humanas e Sociais e a algumas atividades que decidimos promover através do Núcleo de Estágio.

Começámos por fazer a planificação anual de aulas a lecionar, tendo sofrido esta algumas alterações, no decorrer do ano letivo, devido à participação em atividades ou a situações pontuais não previstas. Adotámos várias formas de avaliação formativa, conjugada com um estilo de aprendizagem construtivista: fichas formativas, trabalhos de casa, elaboração de esquemas síntese, exploração de fontes históricas, pequenos trabalhos elaborados na aula, promoção da participação dos alunos, entre outras. Procurámos utilizar todos os recursos necessários, na sala de aula, para a implementação destas dinâmicas e para

⁶⁸ Consultar o anexo I.

o êxito das mesmas. Destacamos o recurso às tecnologias como o uso frequente do *PowerPoint* e a projeção de excertos de filmes e de registos áudio.

Foi-nos possível proceder à elaboração de alguns enunciados de testes sumativos, e respetivos critérios de correção, e de os corrigir, com a devida solicitação prévia do professor orientador. Comprometemo-nos a dar apoio extra-aula às turmas que acompanhámos. Foi-nos solicitado apoio extra-aula por duas diretoras de turma do 8º ano, pedido ao qual acedemos. Perante este novo desafio, o professor orientador passou a assumir, por inteiro, o apoio à turma de 9º ano. Quanto à turma de 10º ano, decidimos intercalar a sua orientação de forma rotativa.

Com a devida autorização da direção do Colégio, foi-nos possível tomar parte nas reuniões de avaliação intercalar e de avaliação de final de período, destituídos de qualquer poder de intervenção.

Quanto às atividades promovidas pelo Colégio, ao nível social, pedagógico, cultural e pastoral, e pelo Departamento, previmos a organização de duas visitas de estudo. Ambas foram canceladas devido à participação destas turmas noutras visitas de estudo. Nos âmbitos social e cultural cumprimos com tudo o que nos comprometemos⁶⁹. Inclusivamente, foi requerida a nossa presença na reunião do conselho cultural para preparar a semana cultural. No âmbito da pastoral, tudo o que havíamos previsto concretizámos em presença e participação, sempre que solicitada, à exceção do encontro de reflexão do 10º ano e das “Horas com Jesus” por motivos de sobreposição de atividades e indisponibilidade.

Toda a nossa ação visou a promoção de um bom ambiente entre os elementos do Núcleo de Estágio e a comunidade educativa do Colégio da Rainha Santa Isabel. Para completar esta forma de estar, desde o início do ano que nos disponibilizámos para auxiliar em todas as dinâmicas diárias do Colégio. Procurámos promover sempre a formação humana e cristã dos discentes que nos foram confiados, bem como a educação para o saber ser, saber estar e saber fazer.

As atividades que partiram da iniciativa do Núcleo de Estágio foram as seguintes: elaboração de uma lista de filmes com História, para estar ao dispor de todos na biblioteca do Colégio; organização das Olimpíadas de História; programação da atividade *simulação de investimentos na bolsa*; participação no concurso da UNESCO, subordinado ao tema *Humanidades*; organização de visitas de estudo ao Museu Nacional Machado de Castro e a

⁶⁹ Consultar o anexo I.

outras zonas da cidade e a realização de uma conferência sobre *Refugiados e Migrações*, que se realizou durante a semana cultural do Colégio.

Todas as atividades que mencionámos até agora foram preparadas por todos os elementos do núcleo. Apenas as aulas foram planificadas e lecionadas de forma totalmente individual, submetendo-se à avaliação posterior dos elementos do núcleo.

De todas estas atividades previstas, apenas não concretizámos a atividade *simulação de investimentos na bolsa* na turma de 9º ano. Tal dinâmica foi implementada unicamente na turma de 10º ano. Como já havíamos previsto, no concurso da UNESCO participou a turma de 10º ano.

A conferência sobre os *Refugiados e as Migrações*, destinada às turmas de 9º ano e às turmas de secundário de ciências socioeconómicas, humanidades e artes, foi inserida no âmbito das atividades da semana cultural do Colégio e teve como conferencista convidada a Professora Doutora Maria de Fátima Grilo Velez de Castro. Após a conferência os alunos visualizaram o filme “A boa mentira”, alusivo ao tema da referida conferência. Foi importante trazer este tema a debate como forma de despertar a consciência dos alunos para questões da atualidade. As restantes atividades foram preparadas com a devida antecedência, o que permitiu que decorressem apazivelmente e que se tivessem obtido os resultados esperados.

Em suma, podemos afirmar que este ano foi profícuo, no que concerne ao estágio, uma vez que conseguimos implementar praticamente tudo o que havíamos planificado. Isto só foi possível através de uma boa coordenação e dum funcionamento pleno do Núcleo de Estágio, que ficam aqui provados que existiram.

3. Morte em Coimbra. Mortalidade no reinado de D. José e as atitudes perante a morte. 1750-1777.

3.1. Da historiografia...

3.1.1. A mortalidade

Ao iniciar a segunda metade da centúria, Portugal entrara num novo reinado e numa nova política de governação. O rei D. José ascendera ao trono e escolhera para seu secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra um homem a quem viria a atribuir uma autoridade quase ilimitada: Sebastião José de Carvalho e Melo⁷⁰. Este, mais conhecido como Marquês de Pombal, marcou a sua governação pela criação e implementação de inúmera legislação e de reformas relevantes - entre as quais se destacou a reforma da Universidade de Coimbra de 1772⁷¹ - que determinaram a mudança de rumo do reinado em muitas matérias.

Economicamente, o reino não viveu um período favorável. A crise de fundos para o Estado, as dificuldades encontradas na baixa produção e a crise do comércio contribuíram ativamente para a instabilidade económica que foi iniciada por um período de oscilação entre 1759 e 1761, agravada pela quebra das remessas do ouro vindo do Brasil, do açúcar, dos diamantes e de outros produtos coloniais que não compensaram o défice da metrópole. O problema da concorrência dos vinhos, da crise dos trigos e das pescas, entre outros fatores, bem como a ocorrência de catástrofes como o terramoto de 1755 que devastou Lisboa e forçou a sua reconstrução, o incêndio na Alfândega de Lisboa, em 1764, e a guerra de 1762, acentuaram ainda mais essa crise, tendo lesado fortemente a capacidade económica do reino⁷².

O tema da demografia é complexo de abordar, neste período, devido à falta de estudos de âmbito nacional. Apesar de condicionado por esta razão, José Vicente Serrão concluiu que o século XVIII português inscreveu duas tendências demográficas distintas. A partir da década de trinta em diante, a população portuguesa terá crescido ainda que registando um ritmo lento. Na segunda metade da centúria, Portugal terá acompanhado o crescimento populacional europeu numa posição intermédia, superior ao da Alemanha,

⁷⁰ MAXWELL, Kenneth – *O Marquês de Pombal*. Lisboa: Editorial Presença, 2ª ed., 2004, p. 20.

⁷¹ ARAÚJO, Ana Cristina (coord.) – *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, p. 11. Cf. ARAÚJO, Ana Cristina – *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 55.

⁷² MACEDO, Jorge Borges – *A situação económica no tempo de Pombal*. Lisboa: Gradiva, 3ª edi., 1989, pp. 119-122.

Espanha, Itália e Holanda⁷³. Em 1732 contar-se-iam 2 milhões de almas lusas. Em 1758, a população já estaria estabilizada em 2,5 milhões de pessoas, tendo alcançado, em 1780, os 3 milhões. Desde o terramoto, Lisboa terá mantido a sua população que, em 1780, ainda seria de 150 mil habitantes. Já o Porto duplicou os seus habitantes de 20 mil pessoas, em 1732, para 40 mil pessoas, em 1787⁷⁴.

Não se verificaram alterações relevantes no sistema demográfico pois os modelos de fecundidade, nupcialidade e mortalidade mantiveram-se. Em toda a Europa ocidental, o casamento era tardio, com exceção nos estratos mais elevados da sociedade, reduzindo o período de fecundidade da mulher no matrimónio⁷⁵.

O celibato definitivo era uma realidade expressiva no Antigo Regime. Por este conceito entende-se pessoas com cinquenta ou mais anos de idade que faleciam solteiras. Na cidade o celibato definitivo era mais comum do que no campo, devido à existência de eclesiásticos, concentração de casas religiosas e criados. A realidade destes últimos era, frequentemente, de um celibato prolongado e não definitivo⁷⁶.

Calcular o celibato definitivo pode revelar-se complexo pela falta de fontes. Para este cálculo ser feito, os párocos teriam de ter assentado a idade de todos os paroquianos falecidos. A partir daí é possível contar os indivíduos que morriam solteiros com cinquenta anos de vida ou mais. Na amostra analisada apenas os párocos de Santa Cruz registaram esta informação que não era obrigatória. Assim, aferimos que a taxa de celibato definitivo em Santa Cruz foi instável ao longo destes vinte e sete anos. Em 1750, verificou-se 0% de celibatados definitos. No entanto, em 1755, representaram 18,2%, tendo diminuído, em 1760, para 5,3%. O ano mais expressivo foi o de 1770, tendo os celibatários atingido os 27,8% de óbitos, nesta freguesia. Em 1765 e 1775 a taxa de celibato definitivo situou-se nos 18,6% e nos 25% respetivamente⁷⁷. No total da série, 6,7% dos óbitos registados em Santa Cruz correspondem ao número de celibatários definitivos. Em dados absolutos, para os seis anos analisados, morreram nove indivíduos do sexo feminino e seis do sexo masculino celibatários. Três dos homens eram sacerdotes.

⁷³ SERRÃO, José Vicente – “O Quadro Humano”. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. IV. Lisboa: Editorial Presença, 1998, pp. 43-47.

⁷⁴ MAXWELL – *O Marquês de Pombal*, cit., pp. 54-55.

⁷⁵ Idade média do primeiro casamento para as mulheres era superior a 25 anos e para o homem era de 27 anos. LEBRUN; François – *A vida conjugal no Antigo Regime*. Lisboa: Edições Rolim, 1980, pp. 38-40.

⁷⁶ MOREIRA; Maria João Guardado – “O Século XVIII”. RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.) – *História da População Portuguesa*. Edições Afrontamento, 2009, pp. 247-248 et 277. Cf. LEBRUN – *A vida conjugal no Antigo Regime*, cit., p. 37.

⁷⁷ Consultar o gráfico 4, no anexo II.

O crescimento da população portuguesa revelou-se desigual de região para região. O Minho foi a região onde se verificou o maior aumento do número de habitantes, enquanto que no Alentejo se verificou o crescimento mais débil. Quanto à Beira, província da qual Coimbra era a cidade mais importante, a população cresceu de acordo com os padrões médios e manteve-se como a região mais equilibrada, ao longo da centúria⁷⁸.

A mortalidade era elevada, marcada por um ciclo de vida curto e instável, de uma esperança média de vida que se situaria entre os vinte e cinco e os trinta anos. Surto epidémicos flagelavam as populações, dando origem a anos em que se verificaram crises de mortalidade. Esta realidade regrediu na Europa, mas não nas Penínsulas Ibérica e Itálica. Habitualmente, as crianças e os jovens eram os mais afetados, justificando uma esperança de vida baixa à nascença e nos primeiros anos de vida⁷⁹.

Pierre Chaunu afirma que na Europa, apesar de ser um período de vitórias modestas, a esperança média de vida aumentou devido à promoção tímida da educação, aumento de comunicações entre pessoas e da circulação de cereais na Europa⁸⁰. A mortalidade infantil também recuou, particularmente na realidade inglesa, não pelo avanço ao nível da medicina, mas pelo cumprimento de regras elementares de higiene e bom-senso, no final da centúria⁸¹.

Coimbra era, em 1758, uma das cidades mais importantes de Portugal. Dão-nos bem conta deste facto as Memórias Paroquiais desse ano. A cidade organizava-se em nove freguesias⁸², a saber: São João de Santa Cruz, São Cristóvão, São João de Almedina, São Pedro, Santa Justa, São Tiago, Salvador, Sé e São Bartolomeu. Juntas, com exceção da freguesia de São João de Santa Cruz, por não existirem dados referentes ao ano mencionado, estas freguesias somavam um total de 2 985 fogos e de 10 206 habitantes. A Sé era a freguesia mais populosa, enquanto São João de Almedina registava o menor número de residentes⁸³.

Em Portugal, a segunda metade da centúria começou de forma conturbada. A já referida crise económica, o terramoto de 1755, bem como a guerra com a Espanha, foram

⁷⁸ SERRÃO – “O Quadro Humano”. MATTOSO – *História de Portugal*. Vol. IV, cit., pp. 48-53. Cf. MOREIRA – “O Século XVIII”. RODRIGUES (coord.) – *História da População Portuguesa*, cit., pp. 257-264.

⁷⁹ MOREIRA – “O Século XVIII”. RODRIGUES (coord.) – *História da População Portuguesa*, cit., p. 249. Cf. LEBRUN – *A vida conjugal no Antigo Regime*, cit., pp. 132-133.

⁸⁰ CHAUNU, Pierre – *A Civilização da Europa das Luzes I*. Lisboa: Editorial Presença, 1995, pp. 145-147.

⁸¹ *Idem*, *ibidem*, p. 152.

⁸² No século XVIII, não havia qualquer distinção entre as palavras freguesia e paróquia, significando ambas o mesmo. No entanto, o termo paróquia não era utilizado pelos párocos, mas sim o de freguesia.

⁸³ Consultar o gráfico I, do anexo II. CAPELA, José Viriato - *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória/Universidade do Minho, 2011, p. 719. Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Dicionário Geográfico de Portugal*, Tomo II, nº 349, Memória paroquial de Coimbra, 1758, pp. 2371-2400.

três fatores consideráveis que puseram termo à vida de uma considerável parte da população lusa. A juntar-se a estes fatores, entre os anos de 1758 e 1768, verificaram-se maus anos de colheitas e, conseqüentemente, escassez de recursos, instabilidade nos preços e dificuldades no comércio e fundos do Estado, inseridos numa crise mercantil e atlântica⁸⁴.

Em Coimbra, a mortalidade subiu ao longo de todo o período do reinado de D. José, tendo-se verificado um pico de mortalidade no ano de 1770, com 479 óbitos registados, face aos 346 apurados em 1765 e 412 em 1775. Confirmou-se uma estagnação não significativa entre 1755 e 1760, com 328 e 324 óbitos respetivamente. A taxa de mortalidade infantojuvenil também aumentou, principalmente a partir de 1760 – ano em que se encontrava em 19,1% -, tendo registado uma quebra significativa em 1770 (18,5%) face a 1765 (30,9%), mas disparado para os 54,6% do total de óbitos, em 1775. Nos anos de 1750 e 1755 a mortalidade infantil situou-se entre os 15,2% e os 14,9%. Parece-nos que entre os anos de 1750 e 1760, a mortalidade infantil foi muito baixa, pelo que suspeitamos que poderá haver alguma omissão das fontes relativamente à morte dessas crianças⁸⁵. Outra dificuldade e insuficiência nesta questão deriva do facto de quando os párocos utilizam os termos “criança”, “menor” ou “anjinho” e não indicam as idades dos defuntos, não sabemos a que faixa etária da população pertencem. Recordamos que, na idade moderna, denominavam-se anjinhos as crianças de idades inferiores a sete anos, nas prerrogativas eclesiásticas, por se considerar que estas não pecavam até então. Juridicamente, considerava-se menor todo o indivíduo com idade inferior aos vinte e cinco anos⁸⁶. A mortalidade infantil em Portugal enquadrava-se nos valores europeus, nesta época⁸⁷.

Como já referimos, houve um fator determinante na (in)estabilidade face à morte: os surtos epidémicos. Norberta Amorim constatou que no Minho a mortalidade era mais baixa que noutras zonas do reino, o que pode significar que as populações dispunham de melhores condições de sobrevivência relativamente a tipo de alimentação, clima e menor incidência de mortalidade epidémica devido ao povoamento disperso⁸⁸.

A mortalidade era ciclicamente mais expressiva em dois momentos do ano: um invernal e um estival. Todos os anos se morria das mesmas causas, nos mesmos meses e os mesmos grupos etários e sociais. No inverno a morte era provocada pelo frio, escassez de

⁸⁴ MOREIRA – “O Século XVIII”. RODRIGUES (coord.) – *História da População Portuguesa*, cit., pp. 254-256.

⁸⁵ Consultar gráfico 2, no anexo II.

⁸⁶ BLUTEAU, D. Rafael – *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, I t., 1789, p. 73.

⁸⁷ MOREIRA – “O Século XVIII”. RODRIGUES (coord.) – *História da População Portuguesa*, cit., p. 268.

⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 267.

alimentos, dando origem a infeções de tipo bronco-pulmonar nos indivíduos de idade, mal agasalhados e mal nutridos. Na época estival, sobretudo entre julho e setembro, atingindo o seu auge em agosto, testemunhava-se aquilo a que alguns designaram por *massacre dos inocentes*. As vítimas, como sugere o nome, eram maioritariamente crianças. À enfermidade juntavam-se os preços especulativos e a escassez de produtos básicos, tornando inevitável o aumento da mortalidade em todas as idades. As doenças de pele eram frequentes (furúnculos, sarna e outras), embora não fossem necessariamente mortais. O mês de junho era habitualmente o que registava menos mortes⁸⁹. Portugal viveu dois anos de crise de mortalidade geral que se inserem no período da amostra: 1753 e 1762 (febre tifoide)⁹⁰.

Em Coimbra, confirma-se a alta mortalidade no outono e inverno, normalmente de outubro a fevereiro; e na primavera e verão havia dois picos: um em maio e outro em julho. O que significa que para Coimbra não se comprova a realidade verificada no resto do reino. O mês de maio era, tendencialmente, de crescimento da mortalidade devido à fome causada pela escassez de recursos. Nesta altura do ano já não havia cereais da colheita anterior nem havia ainda da nova. O mês com menos mortes era março, e o pico do massacre anual dos inocentes não se verificava em agosto, sendo este um mês de quebra de mortalidade, verificado todos os anos, exceto em 1770. O único ano que contraria este ciclo é o de 1775 em que se verificou baixa mortalidade no inverno e uma mortalidade muito elevada nos meses de maio, junho e julho⁹¹. Em Coimbra, parece que o ciclo padrão anual de mortalidade é antecipado em todos os meses, pelo que tal se poderá relacionar com as condições climáticas da região e escassez de produtos. O ano de 1775 revelou-se totalmente atípico! A baixa mortalidade no inverno pode traduzir que esta estação foi excepcionalmente mais temperada. Quanto ao pico de mortalidade exorbitante no verão, apontamos como situação mais provável uma epidemia deflagrada à escala local ou regional.

3.1.2. A distinção na vida e na morte

A sociedade de Antigo Regime regeu-se por um sistema complexo de organização social e política. Subjugada a uma visão corporativa, toda a estrutura social remetia para uma ordem universal, imutável, pretendida por Deus, vivida e representada por corpos sociais. A ordem universal compunha-se pela união perfeita entre a realidade natural e sobrenatural

⁸⁹ MOREIRA – “O Século XVIII”. RODRIGUES (coord.) – *História da População Portuguesa*, cit., p. 269.

⁹⁰ *Idem, ibidem*, pp. 273-275.

⁹¹ Consultar os quadros 1, 2, 3, 4, 5 e 6 e o gráfico 3, no anexo II.

das pessoas e das coisas. Todos caminhavam para um só fim: a salvação prometida e contemplada nos textos bíblicos e pregada pela Igreja. O Deus criador e redentor era um só⁹².

O rei era a cabeça dum corpo místico, incontestável e promotor do direito, numa sociedade onde todos eram necessários e ninguém era dispensável. O monarca representava a unidade deste corpo e cada parte tinha a sua função específica, dependendo da justiça do soberano para prevalecer. A sociedade complexificava-se através de instâncias intermédias que congregavam este corpo. A ordem social moderna apresentava-se como natural, orgânica e incontestada. Só nos finais do século XVIII, com o triunfo das conceções individualistas da sociedade surgiram novas ideias e formas de comportamento⁹³.

Esta estrutura ajuda-nos a compreender a importância que tinha na sociedade a prática dos bons costumes em profunda comunhão com a mensagem evangélica. Com esta visão, Hespanha cria um paralelismo perfeito da sociedade setecentista com o corpo místico anunciado por São Paulo na carta aos Romanos⁹⁴.

Neste contexto, a Igreja e as instituições de caridade ganhavam grande poder junto das populações, pois eram o baluarte e o garante do alcance da salvação e da tão desejada vida eterna. Podemos afirmar que Deus era a herança do homem e da mulher modernos, como se clamava nos salmos do Antigo Testamento⁹⁵.

O Concílio de Trento (1545-1563) influenciou decisivamente as práticas e quotidianos da sociedade, pela ênfase que imprimiu no disciplinamento e vigilância da experiência religiosa e do comportamento dos fiéis⁹⁶. Trento considerou fundamental aquilo que Jean Delumeau caracterizou como um profundo «esforço para remodelar os fiéis»⁹⁷. Daí a aposta na catequese, nas missões e na pregação como meios eficazes de difusão e interiorização do credo católico no seio das populações. A liturgia foi alterada, bem como a arte, com a finalidade de transmitir a mensagem evangélica que Trento considerava conveniente. José Pedro Paiva afirma, para além disto, que «procurou-se que as populações interiorizassem a ética cristã e adotassem comportamentos individuais e sociais conciliáveis

⁹² HESPAHNA, António; XAVIER, Ângela – “A Representação da Sociedade e do Poder”. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. IV. Lisboa: Editorial Presença, 1998, cit., pp. 114-115.

⁹³ *Idem, ibidem*, p. 115.

⁹⁴ Rm 12, 3-21.

⁹⁵ Sl 16, 5.

⁹⁶ PAIVA, José Pedro – “A receção e aplicação do concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas”. GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coord.) – *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas. Olhares novos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa. Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 16.

⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 17.

com os preceitos do cristianismo»⁹⁸. Estávamos, portanto, diante dum processo de sistematização seletiva de comportamentos e práticas reguladoras.

Neste período, foi determinante o papel dos párocos que Trento tratou de moldar como pastores exemplares das comunidades locais. O clero passara a ser visto como guardião das almas e pai orientador dos leigos, distinguindo-se destes pelo seu comportamento, formação e trajas envergados⁹⁹.

As paróquias eram os núcleos territoriais mais pequenos de Portugal. Estas imprimiam a identidade individual das pessoas pela sua naturalidade. Assim, a formulação desta naturalidade era concebida através duma rede territorial eclesiástica. À Igreja cabia ainda o controlo da residência e do parentesco, bem como o registo da população ao nível paroquial. Os registos de batismo, casamento e óbito dão-nos provas de que a ação da Igreja junto das populações ia muito para além de questões religiosas e comportamentais.

Com efeito, o pároco era a manifestação mais visível da autoridade. Ao pároco conduziam-se as crianças recém-nascidas. Diante do pároco constituíam-se novas famílias, pela via matrimonial. Era o pároco o responsável por acompanhar os homens e mulheres nos últimos momentos das suas vidas e de lhes dar sepultura. Por fim, controlava os comportamentos pela administração dos sacramentos, na qual a confissão tinha um papel decisivo. A comunhão era também um sacramento indispensável à boa conduta cristã, bem como os demais sacramentos que deveriam ser procurados regularmente por todos os paroquianos. Destacamos, ainda, as visitas pastorais como um fator preponderante na vida quotidiana das populações, bem como o Tribunal do Santo Ofício, apesar destes não estarem sob tutela dos párocos¹⁰⁰.

Os registos de batismo, casamento e óbito eram responsabilidade exclusiva dos pastores das igrejas locais. Centremo-nos nos registos de óbito pois são esses que têm relevância para o tema que estamos a abordar. Não havia uma norma estipulada para a sua formulação, pelo que os párocos assentavam aquilo que achavam mais importante. Era imprescindível apenas o nome do defunto, a data do seu falecimento e a informação acerca da administração dos últimos sacramentos¹⁰¹. Observamos que os registos dos defuntos contêm sempre o nome de um parente próximo. Para o caso de ser casado ou viúvo, o

⁹⁸ PAIVA – “A receção e aplicação do concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspetivas”. cit., p. 18.

⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 17. Cf. MULLETT, Michael – *A Contra-Reforma*. Lisboa: Gradiva. 1985, pp. 26-30.

¹⁰⁰ CARVALHO, Joaquim Ramos de – “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna”. MATTOSO, José (dir.) – *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores, 2011, pp. 32-33. 36.

¹⁰¹ Constituía a confissão, sagrado viático (comunhão) e extrema unção.

nome do cônjuge vinha sempre referenciado. No caso dos solteiros, particularmente as crianças, o pároco optava por registar o nome dos pais dos falecidos.

Na nossa amostra temos de ressaltar que detetámos registos de óbito repetidos. Quando os paroquianos eram inumados na igreja doutra freguesia, os registos eram duplicados, isto é, assentava registo o pároco do defunto e o pároco da freguesia que recebia o corpo. Mas esta situação é totalmente atípica. Dos 35 *intercâmbios de defuntos* de uma paróquia para outra, apenas 11 registos foram duplicados. Situação que exigiu redobrada atenção na aferição destes casos concretos.

A população reconhecia a importância da administração dos sacramentos na hora da morte, pelo que não havia necessidade de o clero fazer menção a estes¹⁰². No entanto, este aspeto não estava dependente apenas do zelo do pároco, mas sim da manifestação dos fiéis ao avisarem os seus pastores a tempo de serem ungidos¹⁰³. Com efeito, sempre que o pároco conseguia administrar todos os sacramentos a um moribundo, regra geral assentava da seguinte forma: «faleceu da vida presente com todos os sacramentos»¹⁰⁴. Note-se bem a expressão «vida presente» que exprime a profunda crença numa vida posterior à morte, defendida pela doutrina católica. Os sacramentos eram administrados em casa do moribundo, aonde o pároco se dirigia.

No entanto, nem sempre o pároco conseguia administrar todos os sacramentos, ainda que chegasse antes do óbito. No dia 27 de fevereiro de 1760, faleceu Francisca da Rainha Santa «com o sacramento da santa unção tam somente porque andando de pe ficou sem falla té morrer»¹⁰⁵. Acidentes e motivos de doença são as justificações mais usuais dadas pelos párocos para fundamentarem a não administração de todos os sacramentos.

Mas existiam, também, casos em que o pároco não chegava a tempo. No dia 14 de setembro de 1765, na freguesia de Salvador, João Francisco «falleceu sem sacramentos por não chamarem a tempo»¹⁰⁶. Esta situação explicava, em alguns casos, o facto de se morrer sem sacramentos, bem como quando o óbito ocorria de noite, estando a pessoa sozinha, ou quando o paroquiano era encontrado morto. No dia 26 de junho de 1755, na freguesia de São Bartolomeu, faleceu Maria de Jesus, solteira e «naó recebeo os sacramentos por a

¹⁰² LEBRUN; François – “As Reformas: devoções comunitárias e piedade individual”. ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) – *História da vida privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*. Vol. 3. Porto: Círculo de Leitores, 1990, p. 87.

¹⁰³ PAIVA – “A receção e aplicação do concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspetivas”, cit., p. 69.

¹⁰⁴ Arquivo da Universidade de Coimbra (doravante AUC), Paróquia de Santa Cruz – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1707-1795)*, p. 26.

¹⁰⁵ AUC, Paróquia da Sé Nova – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1746-1774)*, p. 61.

¹⁰⁶ AUC, Paróquia de São Salvador – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1719-1854)*, p. 94.

acharem morta com humas facadas»¹⁰⁷. No dia 4 de dezembro de 1760, Ana do Espírito Santo, da freguesia da Sé, não recebeu os sacramentos «por se achar morta pela manhã no meio da Ponte de Santa Clara»¹⁰⁸.

Situação singular ocorreu na freguesia da Sé, no dia 30 de janeiro de 1760, quando Domingos Duarte «reputando-se em seu juízo perfeito se não quis confessar»¹⁰⁹. O cura André de Sousa decidiu não lhe administrar os sacramentos.

Finalmente, os párocos omitiam a administração de sacramentos nos registos de óbito das crianças menores de sete anos, por se entender que estavam dispensadas de tal prerrogativa. Verificou-se uma exceção na atuação do pároco de Salvador, o Prior João de Aguiar, que não fez referência alguma aos sacramentos nos seus assentos dos anos de 1755 e 1760. O ano de 1775 foi o único em que o número de registos sem referência à administração de sacramentos (53%) superou o número de registos daqueles que tinham recebido todos os sacramentos (38%). Relembramos que este foi o ano em que a taxa de mortalidade infantil foi muito alta. Em todos os anos, o número dos que não receberam sacramento algum foi o menos expressivo, facto que traduz o esforço dos párocos na prática e administração de sacramentos, bem como na firme crença da sua importância para a salvação das almas¹¹⁰.

Quanto à política de inumações, é notória a preferência pelo sepultamento dos paroquianos no solo da sua igreja paroquial. Este comportamento era comungado por párocos e paroquianos. Pelo lado dos párocos porque cobravam mais dinheiro a quem fosse enterrado fora da sua igreja paroquial, havendo exceções em que o pároco escrevia no registo que não cobraria nada. Do lado dos paroquianos, porque os mais ricos e os que testavam preferiam a sua igreja paroquial como sua última morada terrestre. Um estudo recente concluiu que também os irmãos da Ordem Terceira de São Francisco de Coimbra, falecidos entre 1707 e 1785, preferiram as igrejas paroquiais como sua última morada terrestre¹¹¹.

No adro, regra geral, ficavam inumados os mendigos, presos e, por vezes, pobres e crianças. Nos cruzeiros das igrejas tinham lugar as pessoas mais importantes e com mais

¹⁰⁷ AUC, Paróquia de São Bartolomeu – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1708-1774)*, p. 181.

¹⁰⁸ AUC, Paróquia da Sé Nova – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1746-1774)*, cit., p. 69.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 66.

¹¹⁰ Consultar os gráficos 5, 6, 7, 8, 9 e 10, no anexo II.

¹¹¹ SILVA, Ana Margarida Dias da – “Beati mortui qui in Domino moriuntur: atitudes perante a morte e locais de sepultura dos irmãos franciscanos seculares da cidade de Coimbra (1707-1785)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 16, 2016, pp. 233-235.

posses¹¹². Maria Josefa, viúva, da freguesia de São Cristóvão, falecida no dia 17 de maio de 1755, foi enterrada no cruzeiro de cima da igreja paroquial. Tinha feito testamento e foi a única a beneficiar de tal privilégio nesse ano¹¹³.

Quem testava conseguia com mais facilidade ser enterrado fora da Igreja paroquial, no caso de assim o ter manifestado. O chão das igrejas da cidade era disputado por todos, correspondendo o lugar que conseguiam à ordem social a que pertenciam. Quanto mais importantes, mais perto do altar-mor, numa gradação que descia até à porta do templo. As elites da cidade não escolhiam, como última morada, igrejas fora da malha urbana.

O local de inumação correspondia, desta forma, ao estrato que se ocupava no reino dos vivos. Quem tinha possibilidade de escolher requeria lugares onde se acreditava ter maior benefício espiritual, isto é, perto do altar-mor e das imagens dos santos. Estes locais traduziam um acréscimo de esperança na salvação¹¹⁴.

O estudo alargado que fizemos no espaço cronológico e toponímico permitiu-nos aferir três princípios orientadores desta política levada a cabo pelos párocos. Primeiro fator a considerar era a dimensão da freguesia, sendo notável a maior dispersão de locais de enterramento nas mais populosas. É o caso da maior freguesia em número de habitantes – a Sé – onde a taxa de ocupação do solo paroquial oscilou entre os 35%, em 1760, e os 51%, em 1775. Quando assim acontecia, as casas religiosas eram os locais escolhidos. Nas freguesias mais pequenas, como era o caso de São Cristóvão, São João de Almedina e Salvador, as inumações eram todas realizadas nas suas igrejas paroquiais, deslocando para casas religiosas apenas os paroquianos que assim o expressavam em vida através do testamento, ou de mera manifestação de vontade a que o pároco, consoante a sua flexibilidade, poderia aceder ou não. Este era o segundo fator, ou seja, a consideração da última vontade dos paroquianos. O último fator a ter em conta era a administração que o próprio clero levava a cabo em cada paróquia.

Embora raramente, nem sempre os párocos referiam o local de inumação das crianças na sua freguesia. A notícia da morte de uma criança era recebida em festa, anunciada pelos sinos a repicar. A justificação deste comportamento compreende-se por se considerar que as crianças, até aos sete anos, não sabiam distinguir o bem do mal. Logo não pecavam. Uma vez que não pecavam, significa que entravam imediatamente no céu,

¹¹² ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – “O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas na época moderna”. *Comunicação e Cultura*, nº 10, 2010, p. 106.

¹¹³ AUC, Paróquia de Sé Velha – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1732-1796)*, p. 59.

¹¹⁴ ARAÚJO – “O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas na época moderna”, cit., p. 106.

tornando-se “anjos”. Alguns párocos usam mesmo este termo para identificar, nos registos, o falecimento de uma criança na sua freguesia. Mas para que isto acontecesse desta forma era necessário que estas crianças fossem batizadas¹¹⁵.

O facto de não serem batizados alterava completamente o comportamento da comunidade. O batismo era essencial para alcançar a salvação e, por isso, muitas parteiras batizavam as crianças quando pressentiam que estas não resistiriam muitas horas após o parto. Quando os recém-nascidos pereciam sem batismo, não só lhes era vedada a entrada no céu como não eram sepultados em solo sagrado sob a proteção dos santos. Estas crianças eram enterradas na habitação dos pais e, no meio rural, eram, com frequência, enterradas debaixo da porta do forno. Acreditava-se que o forno lhes daria luz, uma vez que no limbo estavam condenados à escuridão. Por vezes, o quintal da casa também servia como espaço de inumação para estas crianças. Apenas as mães das crianças não batizadas podiam manifestar sentimentos emocionais justificadamente. Os pais das crianças batizadas tinham um “anjo” no céu¹¹⁶.

A referência aos enterramentos noturnos só aparece em 1770. Neste ano, há registo de dois enterros deste tipo, ambos realizados a crianças. Em 1775, o número eleva-se para os oito, tendo sete ocorrido para inumar crianças. As autoridades eclesiásticas não aprovavam este tipo de rituais depois do sol posto, no entanto não o impediam¹¹⁷. Todos os enterramentos noturnos ocorreram na freguesia da Sé e, em todos o pároco registou que a ação havia sido aprovada por despacho do provisor da diocese ou mesmo do próprio bispo.

Não deixa de ser curioso que a maioria esmagadora de enterramentos noturnos se tenha feito a crianças, quando em Lisboa eram as elites que mais recorriam a estas manifestações que eram sempre raras e particularmente aparatosas¹¹⁸.

O mesmo se pode afirmar quando nos deparamos com a referência à utilização de caixões¹¹⁹. Só a partir de meados da centúria é que as elites começaram a aderir a esta prática. Já os estratos mais baixos continuaram a recorrer à tumba da Misericórdia, até ao século XIX. Em Coimbra, o uso dos caixões foi residual, verificando-se um aumento exponencial a partir de 1765. É importante frisar que foram as crianças, mais uma vez, que

¹¹⁵ ALMEIDA, Francisca Pires de – “Felizes os que morrem «anjinhos»: batismo e morte infantil em Portugal (séculos XVI-XVIII)”. *Erasmus. Revista de História bajomedieval y moderna*, 2, 2015, pp. 44-49.

¹¹⁶ *Idem, ibidem*, pp. 51-52.

¹¹⁷ ARAÚJO, Ana Cristina – *A morte em Lisboa. Atitudes e representações. 1700-1830*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997, p. 232.

¹¹⁸ ARAÚJO – *A morte em Lisboa. Atitudes e representações. 1700-1830*, cit., p. 233. Consultar o gráfico II, no anexo II.

¹¹⁹ Consultar gráfico II, no anexo II.

mais foram inumadas em caixões a partir desta data. Evidentemente, não ignoramos que estes menores eram descendentes de pessoas abastadas¹²⁰.

Em caixão ou na tumba, os cadáveres eram transportados até ao local da inumação de forma descoberta, mantendo-se à vista de todos. A exposição do corpo morto fazia parte duma ostentação necessária e querida pela mentalidade barroca¹²¹.

3.1.3. As instituições da cidade e a morte

Numa sociedade onde a morte assumia um papel central no quotidiano das populações, como era o caso de Portugal, as instituições eclesiásticas e de caridade assumiram relevância singular. Coimbra contava, no reinado de D. José I, com quatro casas religiosas masculinas e quatro femininas, vinte colégios pertencentes a ordens religiosas regulares, seculares e ordens militares, bem como uma Misericórdia e uma Ordem Terceira de São Francisco.

Para além destas instituições afirmavam-se as irmandades. Segundo a memória paroquial de 1758, eram dezoito e tinham sede nas igrejas sede de freguesia da cidade¹²². As irmandades garantiam a assistência aos seus irmãos *post mortem*, bem como vários benefícios espirituais. A adesão a estes organismos minimizava o temor pela morte, tornando-as atrativas¹²³.

A capela de Nossa Senhora da Piedade, em Celas, não era sede paroquial, no entanto, albergava duas irmandades. Esta tinha forte importância no burgo de Celas, pertencente à freguesia da Sé. Detinha um sacrário para «administrar o sagrado viático aos enfermos do dito suburbio»¹²⁴. Fora das igrejas das freguesias, esta capela foi a que serviu de última morada para mais defuntos (89 ao todo), ultrapassando outras capelas, conventos e colégios da cidade.

Só o Convento de São Francisco da Ponte, situado na margem sul do rio, no burgo de Santa Clara, se aproximou deste número, tendo acolhido 74 defuntos. Significa isto que estes dois espaços, situados nos burgos próximos da cidade, tinham um papel decisivo na

¹²⁰ ARAÚJO – *A morte em Lisboa. Atitudes e representações. 1700-1830*, cit., p. 233.

¹²¹ *Idem, ibidem*, p. 233.

¹²² Todas as igrejas paroquiais da cidade tinham Irmandades do Santíssimo Sacramento. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Dicionário Geográfico de Portugal*, Tomo II, nº 349, Memória Paroquial de Coimbra, 1758, cit.

¹²³ SILVA – “Beati mortui qui in Domino moriuntur: atitudes perante a morte e locais de sepultura dos irmãos franciscanos seculares da cidade de Coimbra (1707-1785)”, cit., p. 218.

¹²⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Dicionário Geográfico de Portugal*, Tomo II, nº 349, Memória Paroquial de Coimbra, 1758, cit., p. 2377.

assistência à morte das populações da periferia. Em Celas, a freguesia da Sé contava ainda com a colaboração do Mosteiro de Celas para dar sepultura aos que ali morriam. Por fim, também a capela de São Sebastião das Torres e o Colégio de São José dos Marianos tinham um papel relevante na política de inumações nos subúrbios da cidade.

No dia 29 de novembro de 1760, o pároco da Sé, o cura José Gomes Ribeiro relatou problemas na transladação do corpo de João Fernandes, morador do burgo de Celas, «que por impedimento não veio enterrar na sua Igreja da Se por nam quererem vir os Irmãos da Misericórdia em busca do corpo ao arco do castelo donde estava na tumba da Irmandade de S. Sebastiam e Senhora da Piedade de Selas e por não poder esperar para o outro dia se foi sepultar onde fica»¹²⁵.

A Misericórdia não transportava os defuntos para lá dos limites urbanos¹²⁶. Eram as irmandades que tinham de assegurar esse transporte até às portas da cidade e entregar o corpo à Misericórdia. A indisponibilidade da Misericórdia, neste dia, fez com que o cadáver de João Fernandes fosse inumado na igreja do Mosteiro de Celas.

Na malha urbana, já referimos que a preferência de inumação recaía nas igrejas das freguesias e imediações destes espaços, isto é, adros e claustros. Ressalvamos que os párocos de São Tiago referem inumações no claustro da igreja, onde enterravam alguns defuntos que haviam perecido no Hospital Real. Ora acontece que não há registo da existência de claustro algum na igreja de São Tiago, pelo que acreditamos que os párocos se referiam ao claustro do Hospital Real¹²⁷.

Na igreja do convento de São Domingos encontravam-se algumas sepulturas de irmandades, como era o caso das do Senhor Jesus e de Nossa Senhora do Rosário. Tal fator contribuiu para alguma afluência de enterramentos neste local. Na chamada rua de Santa Sofia¹²⁸ abriam as portas a enterramentos o colégio de São Pedro dos Terceiros e o colégio do Carmo, principalmente.

Os colégios que se situavam fora da baixa da cidade, e principalmente, os da alta, acolhiam as elites, enquanto a capela do seminário recebia os cónegos da Sé. O colégio de Santa Rita recebeu apenas um defunto no dia 17 de abril de 1775. Tratava-se de D. Ana Maria Joaquina, da freguesia de São Cristóvão. Era casada com o Dr. Álvaro Antunes das

¹²⁵ AUC, Paróquia da Sé Nova – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1708-1774)*, cit., p. 69.

¹²⁶ LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850)*. Vol. 2. Viseu: Palimage Editores, 2000, p. 119.

¹²⁷ CORREIA, Virgílio; GONÇALVES, António Nogueira – *Inventário artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Lisboa: Academia nacional de Belas Artes, 1947.

¹²⁸ Hoje, rua da Sofia.

Neves, Lente Jubilado na cadeira de prima em Medicina¹²⁹. Situação semelhante verificou-se no colégio da Santíssima Trindade que acolheu unicamente Manuel Mendes de Sousa Carvalheiros, Professo da Ordem de Cristo, falecido no dia 10 de maio de 1765, onde tinha a sua capela¹³⁰. O colégio de São Boaventura do Bairro Alto, acolheu somente dois defuntos em 1775: - Maria Teresa do Nascimento, da freguesia de Santa Justa, no dia 5 de dezembro de 1775, casada com Feliciano Figueiredo que exercia um cargo no Santo Ofício¹³¹; e José, menor da freguesia de São Pedro, falecido no dia 15 de dezembro de 1775¹³². Para os casos dos colégios de Santo António da Estrela e Santo António da Pedreira elaborámos um gráfico com dados relevantes que nos ajudam a perceber a proveniência social dos defuntos lá inumados. Em ambos os colégios, metade dos inumados eram pessoas com posses, nobres e clérigos. Em Santo António da Pedreira, metade dos defuntos havia feito testamento, já no outro colégio apenas 27,7% o fizeram¹³³.

Os registos são, geralmente, omissos quanto ao papel das irmandades nos funerais, apesar de ser conhecida a sua participação ativa nestes momentos. Já a Misericórdia é referida apenas pelo pároco de Santa Justa, no ano de 1755. Segundo o Prior Manuel dos Reis Leitão, nesse ano, os enterramentos feitos por esta instituição foram seis num total de cinquenta e quatro registados. Todos eles tiveram lugar no adro da Igreja de Santa Justa, o que expressa a assistência preferencial da Misericórdia aos mais desfavorecidos da cidade¹³⁴.

As Misericórdias prestavam uma ampla assistência à morte, tanto material como espiritual, para além de terem poder para mandar celebrar missas pelos defuntos, através da contratação de sacerdotes para o efeito. Asseguravam também, gratuitamente, os funerais de elementos de famílias pobres. Algumas Misericórdias chamavam-lhes «enterros por amor de Deus». Segundo Maria Antónia Lopes, as Misericórdias tornaram-se «agências funerárias» com o monopólio desta ação, desde 1593. Facto que lhes permitiu canalizar os rendimentos dos funerais de espetáculo barroco e sumptuosidade dos ricos para custear os enterramentos dos irmãos e suas famílias e dos pobres¹³⁵.

¹²⁹ AUC, Paróquia de Sé Velha – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1732-1796)*, p. 97.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 80.

¹³¹ AUC, Paróquia de Santa Justa – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1723-1794)*, p. 211.

¹³² Era filho do Dr. João Coelho da Fonseca. AUC, Paróquia de São Pedro – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1757-1808)*, p. 91.

¹³³ Consultar o quadro 7 e o gráfico 12, no anexo II.

¹³⁴ AUC, Paróquia de Santa Justa – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1723-1794)*, cit. Cf. LOPES – *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850)*. Vol. 2, 2000, 119-131.

¹³⁵ LOPES, Maria Antónia – *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009, p. 58.

O alvará de 14 de fevereiro de 1617 estabeleceu que, em Coimbra, apenas a Misericórdia e a Universidade tinham autorização para possuir tumbas destinadas ao transporte dos mortos. No entanto, o acréscimo de conflitos entre a Misericórdia e a Ordem Terceira, sobre a formalidade dos funerais dos irmãos terceiros, levou à publicação do alvará de 4 de junho de 1745 que concedeu autorização à Ordem Terceira de São Francisco de Coimbra para ter um esquife próprio¹³⁶.

A Misericórdia de Coimbra teria na sua posse duas tumbas. Uma destinava-se aos irmãos e respetivos cônjuges, bem como àqueles que a solicitassem, consoante autorização e pagamento devidos. A outra tumba era usada nos enterros comuns. Maria Antónia Lopes aferiu que a Irmandade estava presente nos funerais dos Irmãos, e nos funerais ordinários (quer os pagos quer os gratuitos, no caso dos pobres) integravam onze Irmãos que se distribuíam neste serviço por turnos mensais: quatro para transportar a tumba, quatro para as tochas, dois para os brandões e um de condição nobre para a bandeira. Era, ainda, obrigatória a presença do escrivão ou do seu substituto e do mordomo do mês¹³⁷.

Os pobres, sem relevância social, eram vistos como seres acarinhados por Deus. Desta forma, tornavam-se úteis aos olhos dos ricos, na hora da sua morte. Esta relação levava à convergência de interesses dos dois lados. Os pobres rezavam pelos ricos para que estes alcançassem a remissão dos seus pecados e a purificação das suas almas, abreviando a sua permanência no Purgatório. Pela esmola dos ricos, os pobres sobreviviam às exigências do mundo dos vivos. A esmola era encarada pelos ricos como uma forma de alcançar inúmeros benefícios espirituais. A esmola libertava e redimia. Esta dinâmica inseria-se numa economia de salvação que envolvia toda a comunidade cristã, congregando mortos e vivos em torno de uma causa comum¹³⁸.

Concluimos este capítulo fazendo referência à morte nos hospitais, recolhimentos e prisões da cidade. À época, Coimbra tinha três hospitais: Hospital Real, Hospital da Convalescência¹³⁹ e Hospital de São Lázaro. O último assistia enfermos com lepra e outras doenças dermatológicas. O número de enfermos que faleceram nos três hospitais foi muito reduzido, tendo oscilado entre os 6,2%, em 1750, e os 3,6%, em 1775, facto que contraria o

¹³⁶ SILVA – “Beati mortui qui in Domino moriuntur: atitudes perante a morte e locais de sepultura dos irmãos franciscanos seculares da cidade de Coimbra (1707-1785)”, cit., p. 225.

¹³⁷ LOPES – *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850)*. Vol. 2, cit., p. 119.

¹³⁸ ARAÚJO – “O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas na época moderna”, cit., pp. 107-108. Cf. LOPES, Maria Antónia – “Os pobres, os ricos e a caridade na literatura religiosa portuguesa dos séculos XVII, XVIII e XIX”. *Erasmus. Revista de História bajomedieval y moderna*, 3, 2016, pp. 83-87.

¹³⁹ O Hospital Real e o Hospital da Convalescência funcionaram inicialmente no mesmo edifício.

comportamento atual da nossa sociedade¹⁴⁰. Nos dois recolhimentos de Coimbra, o Recolhimento do Paço do Conde e o Recolhimento das Orfãs¹⁴¹, apenas se registaram três óbitos, no total da amostra. Todos eles ocorreram no recolhimento da Paço do Conde, em 1765 e 1775.

As cadeias eram cinco: a cadeia da Portagem, dois aljubes (um pertencente ao Bispo e outro ao mosteiro de Santa Cruz), os cárceres do tribunal do Santo Ofício e a cadeia da Universidade¹⁴². No aljube a mortalidade era irrelevante, tendo chegado a ser nula nos anos de 1750, 1760 e 1775. Situação semelhante confirmou-se nos cárceres do Santo Ofício. Na cadeia da Portagem, apesar de se terem registado mortes em todos os anos da amostra, também não se revelou significativa. A percentagem de falecimentos neste local oscilou entre os 0,5% em 1775 e os 4,0%, em 1770, ano em que houve um pequeno pico de mortalidade que se concentrou nos primeiros dois meses desse ano¹⁴³.

3.1.4. A prática testamentária

A redação das últimas vontades era, na época moderna, um dos procedimentos mais relevantes nas atitudes tomadas perante a morte. No entanto, não era uma prática generalizada, estando reservada, essencialmente, àqueles que tinham posses. Filipa Pais, viúva de João Ferreira, falecida a 10 de setembro de 1750, na freguesia de São Cristóvão, «não fes testamento por ser pobre»¹⁴⁴. Esta forma de justificar a não elaboração da redação das últimas vontades foi assim mencionada por alguns párocos.

A referência ao ato de testar está presente nos registos de todos os párocos. Pelos dados alcançados concluímos que, durante o reinado de D. José, a prática testamentária decresceu, paulatinamente. Em 1750, 8,3% dos defuntos haviam testado. Em 1775, já apenas 2,6% da população procedeu a este ato¹⁴⁵. Em Lisboa, em 1700, apenas 9% a 10% dos indivíduos faleciam com testamento. Em 1790, a população testamentária encontrava-se nos 8%¹⁴⁶. Confrontando estes dados de Lisboa com os de Coimbra, constatamos que aqui a

¹⁴⁰ OSSWALD, Walter – *Sobre a Morte e o Morrer*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013, p. 23.

¹⁴¹ O primeiro estava sob alçada episcopal, enquanto o segundo era tutelado pela Misericórdia. LOPES, Maria Antónia – *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009, p. 100.

¹⁴² LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850)*. Vol. I. Viseu: Palimage Editores, 2000, p. 524.

¹⁴³ Consultar gráfico 13, no anexo II.

¹⁴⁴ AUC, Paróquia de Sé Velha – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1732-1796)*, cit., p. 49.

¹⁴⁵ Consultar o gráfico 14, no anexo II.

¹⁴⁶ ARAÚJO – *A morte em Lisboa. Atitudes e representações. 1700-1830*, cit., pp. 44-46.

produção testamentária era mais baixa e que na capital da Província da Beira esfriou mais rapidamente do que na capital do reino.

Ressalvamos que estes dados têm origem nos registos paroquiais e não em fontes notariais, pelo que os testamentos identificados não refletem os anos em que foram redigidos, mas em que entraram em vigor, por consequência do falecimento dos testadores. Todos os párocos registaram a prática testamentária. Por vezes, deparámo-nos com a referência a algumas disposições feitas que não considerámos testamentos.

Pelo testamento, o testador dispunha de seus bens, direitos e obrigações. Mas o ato de testar estava submetido à legislação. Assim, apesar da liberdade de testar, admitida pelas Ordenações Filipinas, de 1603, o testador deparava-se com a imposição de limitações e condições para a elaboração do testamento¹⁴⁷.

Primeiramente, é necessário referir que nem todos estavam habilitados a testar. As Ordenações não habilitavam os que sofriam de doença mental, surdez ou mudez. No entanto, os surdos e mudos, que não o fossem de nascença, podiam testar. De igual modo, estavam privados de fazer testamento «o varão menor de quatorze annos, ou a femea menor de doze»¹⁴⁸, o herege ou apostata, o escravo, o religioso professo, o pródigo ou o condenado à morte. As Ordenações previam que os condenados «possão fazer seus testamentos, para em eles sómente tomarem suas terças, e disporem dellas, distribuindo-as em tirar pelos Captivos, casar orphãs, fazer esmollas aos Hospitales, mandar dizer Missas, e para concerto, e refazamento dos Mosteiros, e Igrejas»¹⁴⁹. Esta exceção não era aplicável aos condenados por crimes de heresia, traição ou sodomia¹⁵⁰.

Encontrámos, na nossa amostra, apenas um preso que morreu com testamento. Estava na cadeia da Portagem quando faleceu, no dia 5 de junho de 1765. João Vaz nomeou a sua irmã, Maria de Abrantes, testamenteira. Foi enterrado na Igreja de São Bartolomeu¹⁵¹ e não no adro desta igreja, como aconteceu à maioria dos presos da Portagem lá falecidos (88,6%).

O medo aterrador da condenação eterna e o desejo ardente de participar no banquete celeste fez com que grandes fortunas do reino se comesçassem a desmoronar. No ato de testar, muitos instituía legados pios em vez de disporem os bens a favor dos seus herdeiros. Mas quando existiam herdeiros forçados, os testadores só podiam apenas dispor

¹⁴⁷ ARAÚJO – *A morte em Lisboa. Atitudes e representações. 1700-1830*, cit., pp. 271-272.

¹⁴⁸ *Ordenações Filipinas*, liv. 4, tit. 81. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, p. 908.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 911.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 911. Cf. ARAÚJO – *A morte em Lisboa. Atitudes e representações. 1700-1830*, cit., p. 272.

¹⁵¹ AUC, Paróquia de São Bartolomeu – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1708-1774)*, cit., p. 212.

da terça dos seus bens. Para além da diminuição de riqueza das grandes famílias, a instituição de legados usando bens imóveis tornava-os inalienáveis e sob a guarda da Igreja, que era a entidade que detinha a guardiania das almas.

Em 1749, D. Luís da Cunha denunciou tal realidade no seu Testamento Político. Segundo os cálculos deste grande visionário e diplomata do rei D. João V, a Igreja já detinha, à data, um terço dos territórios do reino. Esta realidade lesava fortemente o Estado, atendendo que as propriedades pertencentes à Igreja estavam isentas da tributação de impostos por parte da coroa. Este facto não contribuía para a segurança e defesa do Estado e estava em oposição velada ao interesse do reino¹⁵². D. Luís da Cunha advertiu para a tendência crescente desta realidade, pois a Igreja «virá a possuir não só a terça parte do reino, como acima digo, mas mais de a metade, porque os confesores abrem as portas do Céu aos que na hora da morte deixam, ou às suas Ordens ou às suas Igrejas, o que têm, privando assim aos seus sucessores do que naturalmente deviam herdar»¹⁵³.

Sebastião José de Carvalho e Melo não poupou esforços para regular a legislação testamentária e o direito sucessório. Com o seu ímpeto reformador, Pombal legislou impondo mais condições e contrariando a relativa liberdade do ato de testar. As leis mais importantes relativas a esta matéria foram as de 17 de agosto de 1761, 4 de fevereiro de 1765, 25 de junho de 1766, 9 de setembro de 1769, e os alvarás de 20 de agosto de 1774 e de 31 de janeiro de 1775¹⁵⁴.

Primeiramente, Pombal parecia estar preocupado apenas com a nobreza e bens que estavam concentrados nesta. Pela lei de 1766, a disposição dos legados pios foi condicionada. Passou a ser imposta a doação a parentes religiosos dos testadores em tenças vitalícias de alimentos, proibindo heranças em dinheiro ou demais bens materiais. Declarou, ainda, nulas as nomeações de religiosos para executores testamentários¹⁵⁵. A preservação do património das famílias e a desamortização eclesiástica eram os objetivos destas medidas. A lei de 9 de setembro de 1769 alargou as disposições neste caminho, reafirmando e impedindo a doação de propriedades à Igreja e restringindo a instituição de capelas¹⁵⁶, possibilitando maior disposição de bens, hereditários e adquiridos, a agnados e cognados, até ao quarto grau¹⁵⁷. Para além disto, proíbe-se a instituição da alma por herdeira, ou seja, a herança não poderia

¹⁵² SILVA, Abílio Diniz – *Testamento Político de D. Luís da Cunha*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2013, p. 54.

¹⁵³ *Idem, ibidem*, pp. 111-112.

¹⁵⁴ ARAÚJO – *A morte em Lisboa. Atitudes e representações. 1700-1830*, cit., p. 274.

¹⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 275.

¹⁵⁶ Entenda-se por esta palavra bens de mão-morta consignados a obras pias.

¹⁵⁷ ARAÚJO – *A morte em Lisboa. Atitudes e representações. 1700-1830*, cit., p. 275.

ser aplicada integralmente para sufrágios, mas apenas a reserva de um legado sujeito a condições¹⁵⁸. A alma, enquanto entidade jurídica, perdia o seu poder. Para além disto, os testadores passaram a poder dispor apenas da terça parte da terça a favor de obras pias, nunca podendo exceder os quatrocentos mil réis¹⁵⁹.

A lei de 9 de setembro de 1769 permitia a criação de capelas apenas em dinheiro corrente e era necessária a consulta prévia ao Desembargo do Paço. Esta ordem nunca foi derogada. Isto significa que, excetuando os morgadios, deixou de ser possível fazer amortização de terras em Portugal. Foram reduzidos os encargos pios nas capelas que existiam, até então, ao máximo de um décimo do seu rendimento líquido e procedeu-se à extinção de capelas de valor diminuto (inferior a cem mil reis anuais no Reino e a duzentos mil reis em Lisboa e Estremadura). Todas as capelas devolutas ou a devolver à Coroa passariam a estar livres dos seus encargos, o que significa que a Coroa não assumia encargos pios¹⁶⁰.

Pela provisão de 3 de julho de 1769 já se havia clarificado a proibição de bens de mão-morta, quer por eclesiásticos quer por seculares, isto é, a de possuírem ou adquirirem bens de raiz sem licença régia, posteriores a 1640¹⁶¹. Destaque ainda para a lei da Boa Razão, de 18 de agosto de 1769 que anulou a primazia do direito romano e canónico na legislação portuguesa e coroou a razão como senhora da justiça¹⁶².

A intensa atividade legislativa referente ao ato de testar causou impacto na sociedade. Constatamos que este será um dos fatores mais relevantes que justifica o comportamento da população, neste período. Em Coimbra, o número de testadores do sexo masculino (47%) foi ligeiramente menor ao do sexo feminino (52%). Em 2% dos registos os nomes dos testadores estavam ilegíveis.

Quanto à distribuição de testamentos pelas freguesias os dados revelaram-se surpreendentes. Uma vez que associamos os testamentos à riqueza, e temos vários indicadores de que esta se concentraria nas freguesias da alta da cidade, não contávamos que as percentagens mais altas se verificassem nas da baixa. É certo que a percentagem mais alta da prática testamentária se verificou em São João de Almedina, freguesia da alta e menos populosa da cidade. Outras, como a Sé e São Pedro, poderão ter sido penalizadas nesta

¹⁵⁸ LOPES, Maria Antónia – “A intervenção da Coroa nas instituições de proteção social de 1750 a 1820”, *Revista de História das Ideias*, n.º 29, Coimbra, 2008, p. 142.

¹⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 143.

¹⁶⁰ *Idem, ibidem*, pp. 143-144.

¹⁶¹ LOPES – “A intervenção da Coroa nas instituições de proteção social de 1750 a 1820”, cit., pp. 141-142.

¹⁶² *Idem, ibidem*, p. 141.

contagem por englobarem vastas zonas periféricas e rurais. Observemos a Tabela I com os dados confirmadores do que afirmamos.

Tabela I – Percentagem de testamentos por freguesia (1750-1777).

Freguesias	Testamentos (%)
Salvador	5,1%
Santa Cruz	3,2%
Santa Justa	7,0%
São Bartolomeu	7,6%
São Cristóvão	6,2%
São João de Almedina	7,7%
São Pedro	2,7%
São Tiago	6,9%
Sé	4,1%

Quanto à inumação solicitada pelos testadores, 57% optaram por querer ficar na sua igreja paroquial, enquanto 6% escolheram a igreja de outra paróquia. Preferência pelos colégios e conventos da cidade tiveram 33% dos testadores, tendo sido o colégio de São Pedro dos Terceiros o mais escolhido (7%). Estamos a ter em conta apenas números absolutos sem atender a outros fatores como a totalidade de defuntos que acorreram a estes espaços de inumação e as suas proveniências sociais. Por isso, não podemos tirar conclusões precipitadas quanto aos locais preferidos pelas elites, entre os colégios e conventos.

Como já tínhamos afirmado, apesar da importância atribuída aos testamentos, muitas pessoas não dispunham das últimas vontades por escrito, nomeadamente os mais abastados. A legislação cerrada de Pombal e o advento das Luzes foram tornando, paulatinamente, esta prática irrisória.

3.2. ...à didatização.

3.2.1. Planificação da aula

A morte é uma realidade incontornável, presente no quotidiano dos homens, desde a sua existência. Como seres finitos que somos, deparamo-nos e questionamo-nos com este facto irrefutável. Ao longo da História, a humanidade refletiu e tomou as suas opções de crença, pensamento, vivência e ação perante a morte. Como referimos na introdução, os programas de História, na atualidade, não excluem o tratamento da temática, mas também não o estimulam, optando por uma abordagem suave e efémera¹⁶³.

Também é um facto que a exploração deste tema nas escolas é defendida por uns e criticada por outros. Duas tendências antagónicas que expressam a não consensualidade face à presença do estudo da morte nas escolas. Há, por um lado, quem advogue que a morte, entre outras realidades, atitudes e valores, deve ser abordada em contexto de sala de aula, integrando um projeto de formação plena que leva o aluno a alargar horizontes e a saber interagir de forma mais ativa na sociedade em que se insere. Maria da Conceição Azevedo é uma das defensoras desta visão, afirmando que a educação para a morte é promotora duma educação para a vida, na medida em que quanto melhor o ser humano conhecer a sua realidade e limites, com mais ferramentas se apetrechará para compreender e aceitar a sua natureza. É na medida em que o ser humano se conhece que melhor enfrentará e integrará todas as dimensões do seu ser¹⁶⁴.

Outros há que reservam estes temas para a esfera da vida privada e familiar, defendendo uma aprendizagem assente nos saberes científicos e nos conteúdos programáticos das disciplinas, com uma ausência quase total de abordagem de valores e atitudes. Maria Helena Damião, entre outros, insere-se nesta linha de pensamento, reportando aos pais e à sociedade a educação para a cidadania e para os valores, e demitindo a escola de tal tarefa. Esta deve, através dos professores, centrar-se na transmissão do conhecimento¹⁶⁵.

¹⁶³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - *Programa de História. Plano de organização do ensino-aprendizagem*. Lisboa: Departamento da Educação Básica, vol. II, 1999. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – *Programa de História A*. Lisboa: Departamento do Ensino Secundário, 2002. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – *Programa de História B*. Lisboa: Departamento do Ensino Secundário, 2001.

¹⁶⁴ AZEVEDO, Maria da Conceição – “Valores culminantes: Educação para a morte/Educação para a vida”. *Revista portuguesa de pedagogia*, 40-2, 2006, pp. 159-183.

¹⁶⁵ DAMIÃO, Maria Helena; FESTAS, Maria Isabel – “Necessidade e responsabilidade de ensinar”. FORMOSINHO, Maria; BOAVIDA, João; DAMIÃO, Maria Helena (coord.) – *Educação. Perspetivas e desafios*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013, pp. 231-240.

Ambas as posições são válidas e apresentam prós e contras. Na primeira perspectiva, a escola é-nos apresentada como uma instituição inserida na sociedade que procura oferecer uma educação tão abrangente quanto possível, extravasando em larga escala a transmissão dos saberes e conteúdos científicos, presentes nos currículos. A verdade é que todas as pedagogias apresentam valores na sua fundamentação. Educar, gerar e viver interligam-se, logo não podem ser indiferenciadas no processo de aprendizagem. Assim, nenhum agente educativo pode expungar, totalmente, da sua tarefa a promoção da análise de valores que poderão vir a suportar o projeto futuro de muitos¹⁶⁶. Esta posição pode levar a uma integração maior da escola nos mais variados meios em que se insere, obrigando esta a estar sempre atenta e preparada para enfrentar novos desafios. Corre o risco de interferir na esfera privada dos alunos, de cair na tentação de se tornar num meio de doutrinação e de atenuar o papel fundamental da família e primeiro na educação das novas gerações.

Por outro lado, se a escola servir apenas para transmitir conteúdos programáticos, pode incorrer no risco de se afastar da sua missão de preparar os seus alunos para um futuro pleno. Além disso, corre o risco de que estes assuntos se convertam em não assuntos, por incapacidade ou limitação dos ambientes familiares e sociais multifacetados em que se encontram os nossos alunos.

Talvez a solução seja conseguir atingir uma convergência de posições. A História dá um contributo inestimável nesta matéria. Como ciência social e humana que é, não se inibe perante a abordagem de atitudes e mentalidades. A História foi construída por homens e mulheres e, por esta razão, demitir esta ciência social e humana da abordagem de realidades, valores e de comportamentos, constitui uma desumanização desta e uma descaracterização e inutilização conseqüente da mesma. A História existe porque existe vida, morte, intelecto, memória, divergências e convergências, mentalidades e atos. É esta realidade e certeza que justificam a existência e o estudo da História.

É imbuídos nesta crença e visão que consideramos a abordagem do tema da morte importante para uma abertura face ao tratamento desta e para uma compreensão mais lata perante muitas manifestações e comportamentos verificados na atualidade. Apenas através do conhecimento podemos compreender e lidar com as realidades e desafios com que nos deparamos, diariamente.

Aqui chegados, após toda a investigação desenvolvida e explanada, ao longo deste trabalho, torna-se claro que conjugámos o ensino da História com o tratamento da temática

¹⁶⁶ AZEVEDO – “Valores culminantes: Educação para a morte/Educação para a vida”, cit., pp. 160-163.

da morte, inseridos no âmbito local. Todo o trabalho visa a conjugação de uma ampla abordagem, respondendo a vários apelos feitos aos professores de História, na atualidade, e que já tivemos oportunidade de clarificar, anteriormente.

Tudo o que trabalhámos até aqui contribuiu ativamente para a preparação da nossa abordagem na sala de aula. Começámos por inserir a morte no Antigo Regime no programa de História B, do 10º ano de escolaridade. Ao falarmos aos nossos alunos, no Módulo 2, no ponto 1. “O Antigo Regime: estratificação social e poder absoluto”, mais concretamente no 1.2. “A sociedade de ordens: uma estratificação assente no privilégio e garantida pelo absolutismo régio de direito divino”, inserimos o nosso tema. Tal como constatámos na primeira parte do capítulo 3, a distinção social, no Antigo Regime, estava presente tanto na vida como na morte. Foi precisamente esta conexão que levou à redação do sumário, e à iniciação da elaboração da planificação da aula¹⁶⁷.

Principiámos a preparação desta aula de 150 minutos, tendo elaborado a respetiva planificação, que se encontra no anexo¹⁶⁸. Por percebermos que este tema era alheio aos nossos alunos, sentimos a necessidade de fazer uma abordagem teórica mais prolongada, antes de promovermos uma abordagem mais prática. Iniciámos esta tendo recorrido à atualidade e à idealização de uma abordagem aos comportamentos perante a morte, começando no presente e retrocedendo até ao século XVIII. Através deste exercício de recuo no tempo procurámos contextualizar os alunos na matéria, para que estes se apercebessem que, ao longo dos tempos, a forma como encaramos as realidades que nos rodeiam são suscetíveis de diferentes interpretações e atitudes/reações.

De seguida, achámos pertinente abordar a questão da mortalidade na demografia setecentista, apresentado já os resultados da investigação científica afetos a esta parte. Daqui passámos a preparar uma abordagem à importância que a morte detinha, no Antigo Regime, e à questão da distinção social. Por fim, como a turma a quem iríamos lecionar é de ciências socioeconómicas, considerámos útil falar dos testamentos, peças-chave que moviam riqueza e, conseqüentemente, afetavam a economia da época. Já tivemos oportunidade de referir, anteriormente, que não analisámos testamentos durante a realização do presente trabalho, mas apenas as referências que a estes são feitas nos registos de óbito e na legislação, isto é, nas Ordenações Filipinas. Atendendo ao facto da questão testamentária ter muitos termos próprios, decidimos elaborar uma ficha informativa que fornecemos aos alunos, com uma

¹⁶⁷ Consultar anexo III relativo à Planificação da aula.

¹⁶⁸ Consultar anexo III relativo à Planificação da aula.

abordagem objetiva e clara¹⁶⁹.

Para valorizar a parte mais expositiva da aula, recorreremos a vários elementos que acreditámos serem enriquecedores da abordagem didática. Elaborámos um *PowerPoint*¹⁷⁰, por onde conduzimos a apresentação. Procurámos representações artísticas da época alusivas ao tema, tendo optado pela análise, feita pelo docente, da obra de El Greco, “o enterro do conde de Orgaz”. Também decidimos reproduzir, em aula, a peça musical de Wolfgang Amadeus Mozart – “Lacrimosa”. Através destas, procurámos “materializar” o sentimento expressado por estas sociedades transatas perante a morte. Por fim, uma vez que transcrevemos previamente os registos de óbito, decidimos fazer uma visita virtual ao site do Arquivo da Universidade de Coimbra, onde se encontram digitalizados os registos de óbito que trabalhámos. Este momento tinha como finalidade a interação dos alunos com a fonte em bruto. Como precaução, guardámos em formato *JPEG*, no nosso computador, as digitalizações de alguns registos, questão que consideramos importante pois, por vezes, falham as ligações à internet.

No segundo momento da aula e tendo em consideração a implementação duma dinâmica construtivista, criámos a atividade “Oficina de História” que tinha como objetivo o tratamento, em aula, de fontes historiográficas – registos de óbito recolhidos durante a investigação científica – por parte dos alunos. Para isto, decidimos organizar a atividade da seguinte forma: primeiramente, seleccionámos três freguesias de Coimbra (Santa Cruz, São Cristóvão e São João de Almedina) e um ano (1755) e destinámos a atividade a trabalho de grupo, tendo dividido a turma em três grupos de três alunos.

A composição dos grupos e a atribuição das freguesias a estes ficou ao nosso cargo, de modo a potencializar o máximo rendimento dos alunos, em aula, de acordo com as capacidades de cada um, criando um ambiente de concentração e entreaajuda mais eficazes. De seguida, seleccionámos nove registos de óbito de cada freguesia e ano indicados e procedemos à sua transcrição/didatização¹⁷¹.

Posteriormente, elaborámos uma ficha de orientação da atividade¹⁷² que seria entregue a todos os alunos. A atividade estaria distribuída em quatro momentos. Antes de mais, cada aluno tinha de entrar em contacto com a fonte, individualmente, cabendo, a cada um, a análise de três registos de óbito. Teriam de retirar desta uma série de elementos

¹⁶⁹ Consultar anexo III relativo à Prática testamentária.

¹⁷⁰ Consultar anexo III relativo ao *PowerPoint* “A distinção na vida e na morte – a morte no Antigo Regime: o caso de Coimbra, Portugal”.

¹⁷¹ Consultar anexo III relativo às fichas dos Registos de óbito.

¹⁷² Consultar anexo III relativo à ficha de orientação da “Oficina de História”.

relevantes (freguesia, data do registo, nome do defunto, estado conjugal, ofício, administração de sacramentos, local de enterramento, idade, testamento e outras informações que considerassem relevantes), indicados na referida ficha de orientação. Esta primeira fase constituía o início da construção do conhecimento histórico. Através do contacto com as fontes transcritas, os alunos procederiam à aquisição de conhecimento.

No segundo momento, os alunos eram convidados a partilhar e discutir os resultados da análise individual. A este seguir-se-ia um terceiro momento de redação escrita, em grupo, de uma composição onde conciliariam a matéria teórica apreendida com os resultados práticos obtidos, através da análise de fontes que efetuaram. Para isto, tinham itens organizados em questões, aos quais tinham de atender para elaborarem a redação. Deste modo, nestes momentos, os alunos aplicariam os conhecimentos adquiridos na fase anterior e na exposição da matéria, construindo, a partir desses dados, novo conhecimento histórico.

O último momento do trabalho era o mais ambicioso: o trabalho de campo. Os alunos foram desafiados a fotografar dois locais que relacionassem, diretamente, com a morte no Antigo Regime, na cidade de Coimbra. Cada fotografia teria de vir acompanhada de respetiva legenda onde constasse a seguinte informação: identificação (onde foi tirada), descrição (dizer onde é) e explicação (dizer o que levou o aluno a fotografar o local escolhido). Para auxiliar esta atividade, tivemos o cuidado de ir, previamente, a um posto do turismo de Coimbra adquirir mapas da cidade, que em aula distribuímos aos alunos e, com eles, assinalámos os locais mais relevantes onde se poderiam dirigir. Nesta última fase da atividade, os alunos eram desafiados a utilizar os conhecimentos para aplicá-los a novas situações. Esta dinâmica foi preparada porque lemos sobre a aula oficina e achámos que era uma boa estratégia a colocar em prática.

3.2.2. Concretização da aula

Lecionámos a nossa aula de acordo com a planificação que havíamos elaborado, escrupulosamente. Tínhamos consciência de que a aula seria diferente e, por isso, desconhecíamos qual viria a ser a interação dos alunos com algumas dinâmicas previstas.

A aula iniciou-se de forma ordeira, com a redação do sumário e posteriores considerações iniciais. As dinâmicas foram implementadas e decorreu tudo da forma prevista. Apesar da preparação cuidada e atenta, a exposição veio a revelar-se muito morosa, tendo ocupado os primeiros 100 minutos da aula. A turma não desmobilizou, no entanto, à exceção de um aluno cujo comportamento já seria, previsivelmente, o de

desestabilização. A dinâmica deste primeiro momento da aula foi bem recebida por parte dos alunos. Talvez isto tivesse acontecido por estes estarem mais habituados a este tipo de aulas expositivas.

Após o intervalo de 10 minutos, contemplado no horário, retomámos os trabalhos com a concretização da atividade “Oficina de História” que havia sido explicada nos últimos minutos da primeira parte da aula. Como é característico de atividades de grupo, a turma teve mais tendência para a dispersão, tendo nós circulado, constantemente, pela sala para esclarecer as várias dúvidas que foram surgindo. A atividade foi realizada com êxito, tendo os alunos correspondido plenamente e com empenho ao que lhes fora solicitado. Autorizámos a conclusão da redação da composição em casa, fator que fez com que estas tivessem passado a adquirir um carácter mais pessoal do que de grupo.

Distribuámos os mapas da cidade de Coimbra e explicámos em que constava o trabalho de campo. Curiosamente, percecionámos que esta proposta não foi muito bem acolhida pelos alunos, porque estes não estão habituados a ter uma postura mais ativa e participativa nas aulas, tal como já atrás havíamos referido. Apesar de não ter havido qualquer manifestação explícita e evidente. Não obstante, a tarefa foi cumprida apesar de, posteriormente, termos adiado a data limite de entrega dos trabalhos, por solicitação dos alunos.

Indubitavelmente, todo o trabalho empreendido na investigação científica possibilitou uma preparação, investimento e empenho maiores, da parte do professor, em aula. Pela investigação científica, o professor familiariza-se com os temas e proporciona novas abordagens e reflexões acerca dos mesmos. Por este motivo, defendemos atrás que o professor deve ser sempre um apaixonado pelo conhecimento.

3.2.3. Resultados práticos

Após reflexão e avaliação póstuma da aula, consideramos que ficámos satisfeitos com as dinâmicas implementadas e com os resultados desta, no geral. No entanto, decidimos proceder à apreciação de alguns aspetos aprazíveis e não aprazíveis que destacamos. Primeiramente, queremos notar a abordagem do tema da morte na sala de aula e como a receção deste foi bem aceite pelos alunos. Os mesmos consideraram que a morte, nos nossos dias, não é um *tabu*, mas é, não raras vezes, um não assunto, tendo mostrado, desta forma, vontade de abordarem mais temas que são afetos ao nosso quotidiano e que, naturalmente, estão imbuídos de uma envolvimento histórica.

Evidencia-se, também, o resultado esperado para a maioria das dinâmicas previstas, à exceção do trabalho de campo, como já tivemos oportunidade de referir. Foi grande o entusiasmo dos alunos no momento em que fizemos a visita virtual ao arquivo e tentámos ler os registos de óbito diretamente da fonte. Foi desafiante para eles. Cremos que foi um momento extremamente aprazível da aula. Também a “Oficina de História” constituiu um momento favorável à aprendizagem construtivista, onde os alunos puderam trabalhar em grupo e construir História, tendo posto em prática o que retiveram da parte expositiva da aula. Este aspeto ficou bem comprovado nas redações escritas. Atendamos a dois exemplos que demonstram a capacidade dos alunos em analisar aquilo que lhes era pedido e apresentar um texto onde evidenciam a capacidade de construir conhecimento histórico.

“Os meses do ano onde se deram mais falecimentos foram Março, Julho e Dezembro, sendo o género feminino mais afetado, sendo que todos eram solteiros à exceção de uma, que era viúva. Sempre que possível eram administrados todos os sacramentos, sendo que muitas das vezes as mortes eram inesperadas, não sendo administrados os sacramentos.

A maior parte dos óbitos era da população do 3º estado, pois estavam mais expostos às epidemias, ao frio, fome e pobreza, sendo que estes eram inumados longe do altar, lugar onde só as classes elevadas podiam ser inumadas. Os testamentos não eram frequentes pois o povo não tinha bens que justificasse e quem tinha estava com dívidas superiores ao património.”

Aluno B, grupo 2 (Freguesia de São João de Almedina)

“Após uma análise cuidada às certidões de óbito consegui observar que o mês em que houve mais falecimentos na Freguesia de São Cristóvão foi o mês de Maio. Deparei-me ainda que nos falecimentos predominavam pessoas do sexo masculino, na maioria as pessoas são casadas e aquando da morte há administração de todos os sacramentos, geralmente. Numa forma geral as pessoas pertenciam ao 3º estado e por isso eram sepultadas abaixo do cruzeiro, quase ninguém fazia testamentos. Reparei ainda que o pároco da altura era o Prior Nicolau da Silva Santos.”

Aluno F, grupo 3 (Freguesia de São Cristóvão)

Temos de destacar, também, que considerámos a parte expositiva longa demais. Talvez a abordagem à questão da mortalidade na demografia merecesse uma reflexão mais sucinta e objetiva. Na questão testamentária, e bem, optámos por não tratar a questão da legislação.

Relativamente ao trabalho de campo, consideramos que foi uma ideia bastante interessante, pelo facto de que colocaria os alunos em contacto direto com a História local, fazendo-os explorar a cidade. Nesta parte, os efeitos já não foram os esperados, não tendo os resultados da pesquisa fotográfica alcançado o fim aguardado. Uma reflexão póstuma levou-nos a crer que uma visita de estudo à Igreja de Santa Cruz ou ao Arquivo da Universidade de Coimbra, monitorizada pelo docente, talvez se tivesse afirmado como uma dinâmica mais profícua. Este é um dos muitos casos, em didática, em que se encontra uma boa dinâmica na teoria, mas que se revela menos eficaz na sua operacionalização. Precisamente porque esta tarefa implica muito mais atividade por parte dos alunos, facto que precisaria ser trabalhado desde o início do ano, e enquanto professores estagiários, não tivemos oportunidade de praticar. Talvez uma atividade destas inserida numa prática continuada tivesse outro efeito, mesmo tendo em conta que este grupo de alunos era, habitualmente, muito pouco ativo e participativo.

4. Conclusão

Falar de educação é prática corrente, na atualidade. Na sociedade, todos somos convidados a assumir o nosso papel nesta matéria. É inquestionável, na nossa perspectiva, o papel e relevância cimeiros dos pais na educação dos seus filhos. Cabe a estes a responsabilidade de educar, apesar da contarem com o auxílio da escola e da sociedade para o fazerem.

A escola é a instituição, por excelência, vocacionada para a promoção e transmissão do conhecimento. Deve, no entanto, promover um conhecimento em constante atualização e impulsionar um ensino que abranja todas as valências e prepare as novas gerações para a vivência plena da cidadania, na sociedade em que estão inseridos.

A razão de existir da sala de aula é o saber, indiscutivelmente. Deste modo, é pelo conhecimento que os discentes alcançam competências. E é através destas que conseguem continuar a aprender e a aprofundar a sua perícia. É por esta razão que o aluno é tanto mais potenciado quanto o saber a que tem acesso for mais geral e abrangente. Assim, todos os instrumentos de aprendizagem devem ser postos em prática para que este fim seja alcançado.

Os programas curriculares e as metas estipuladas, os trabalhos de casa e a avaliação contínua, onde estes estão inseridos, são meios imprescindíveis para atingir e garantir o êxito das novas gerações no futuro, a par de uma educação que culmina com a obtenção plena, por parte dos alunos, de uma capacidade de intervenção ativa e plena na sociedade através do conhecimento e do espírito crítico. Toda a ação da escola deve encaminhar-se para este fim e, para isto acontecer, não nos podemos cingir à transmissão de conteúdos, mas promover dinâmicas que nos levem a viver a nossa cidadania em pleno.

A peça-chave de todo este mecanismo escolar são os professores. São estes os detentores do conhecimento. São eles que ensinam. Também por este motivo, os professores devem ter uma formação exigente e devem reger-se por normas comuns de atuação que lhes permitam responder de forma coesa e firme aos desafios que lhes são, hoje, apresentados.

A História e os professores desta disciplina têm um papel fundamental em tudo o que foi dito até agora. À historiografia deve caber a função de apresentar uma visão da realidade, tanto quanto for possível, promovendo o debate entre os alunos e dando-lhes sempre instrumentos científicos para manterem uma discussão salutar acerca dos incontáveis temas que a História estuda, relacionando-os sempre com a atualidade. É diversa

a abordagem que os países da Europa fazem à História. Em Portugal, os estudos centrados nos saberes disciplinares concretos e no pensamento dos alunos estão em curso. Também várias são as formas de ensinar História. De forma mais conservadora ou mais construtivista, é claro que está a haver um esforço por se alterar a maneira de ensinar, em Portugal. Hoje, os alunos devem ser convidados a construir muito mais o seu saber, sempre com o auxílio dos professores que os acompanham. A análise e interpretação de fontes históricas constituem um fator essencial e determinante neste processo de aprendizagem. Estas e outras metodologias levarão, seguramente, os alunos a alcançarem os objetivos que referimos em cima.

O ano de estágio revelou-se essencial no âmbito deste mestrado como forma de começar a pôr em prática todos os conhecimentos alcançados em anos anteriores e desmistificar muitos desafios associados à nossa futura profissão de consagração à docência. O Colégio da Rainha Santa Isabel, instituição que tão bem nos acolheu, imprimiu em nós uma experiência pedagógica muito rica e única, que se revelará preciosa, futuramente. As turmas onde exercemos a prática letiva constituíram um desafio pedagógico pela sua heterogeneidade. Este fator exigiu de nós uma grande predisposição para atuar de formas diferentes perante as mais variadas situações. As atividades promovidas pelo núcleo constituíram uma mais-valia na nossa formação e experiência que o estágio nos proporcionou.

Da parte da investigação científica, fundamental a um professor de qualquer disciplina, também retirámos algumas conclusões. O reinado de D. José I afirmou-se como um reinado de mudança. Pela ação do seu Primeiro Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, um novo Portugal começou a surgir. Perceber os comportamentos da sociedade perante a morte é um ato aliciante e desafiador. E como as formas de ver a morte são várias, ainda que no mesmo espaço e no mesmo tempo, os indivíduos comportam-se de variadas maneiras perante a mesma realidade. Analisar os registos de óbito transmitiu-nos certezas quanto à importância e autoridade que os párocos detinham no seio das comunidades que pastoreavam. Apesar da sua fidelidade a Trento que os uniformizava, o seu temperamento e *modus vivendi* davam-lhes algum espaço de manobra para se distinguirem uns dos outros e se afirmarem como pastores.

A sua ação nas comunidades foi fundamental para a uniformização de costumes e práticas perante a morte. A administração dos últimos sacramentos, a relação com os fiéis, a política de inumação que levavam a cabo e aquilo que mais relevavam perante a morte,

contribuíram para a edificação e consolidação de tradições e costumes anteriores à existência destes. Apesar dos seus esforços, nem todos iam sacramentados para as sepulturas. Ideia interessante, como tantas outras, que necessita duma desconstrução generalista e massificada da História, que não nos permite muitas vezes transmiti-la como uma ciência humana que verdadeiramente é. Generalizar os temas, reduzir as mentalidades e os comportamentos a apenas uma forma de pensar, em cada época, desumaniza a História. O ser humano é um criador nato de ideias e de formas de estar, ser e fazer que o levam a manifestar-se perante as realidades que o envolvem de formas variadas. É inegável a importância dos sacramentos, na hora da morte. Referimo-nos tanto aos últimos sacramentos como ao batismo, no caso dos defuntos recém-nascidos.

Entre 1750 e 1777, a mortalidade aumentou, em Coimbra. Verifica-se, no entanto, uma disparidade face à morte entre as nove freguesias da cidade nos vários anos da nossa amostra. A mortalidade infantil ganhou expressão, particularmente nos últimos anos do reinado do monarca.

Foi surpreendente estudar a mortalidade ao longo deste período e perceber que os ciclos e picos de mortalidade anuais não se inserem nos moldes do resto de Portugal. Facto que nos obrigou a levantar hipóteses para fundamentar os dados com que nos deparámos. O mesmo aconteceu quanto à distribuição de testadores pelas freguesias da cidade. Apesar disto, relembramos que a maioria das pessoas com posses não testava, sendo uma prática muito restrita e absolutamente voluntária, apesar de estar devidamente regulamentada por lei, regulamentação esta que foi muito alterada durante este reinado e levou à aceleração do processo de abandono da prática testamentária.

O estudo feito à política de inumações permitiu-nos concluir que párocos e paroquianos preferiam que a sua última morada terrestre fosse no solo da sua igreja paroquial, tendo havido, também, algumas exceções. A vasta oferta de casas religiosas, quer mosteiros e conventos, quer colégios, levou à dispersão das inumações na cidade. Ainda bem que assim foi, pois muitas igrejas paroquiais, devido à sua área, não tinham capacidade de resposta para o número de enterramentos que todos os anos se verificavam. Algumas capelas e casas religiosas dos subúrbios acabaram por desempenhar um papel fundamental neste processo, evitando a sobrelotação das igrejas paroquiais intramuros.

Enterramentos noturnos e a utilização de caixões constituíram-se práticas muito raras, apesar de terem aumentado nos últimos anos da amostra analisada. O curioso é que

quer num caso quer noutro, as crianças falecidas eram as protagonistas. Esta realidade contraria o cenário vivido em Lisboa.

Misericórdias e irmandades eram imprescindíveis na assistência às populações perante a chegada constante da morte. A Misericórdia da cidade era responsável pelo transporte dos defuntos desde as suas casas até aos seus locais de inumação. Nos subúrbios, esta ação era exercida pelas irmandades. Tanto os pobres como os mais abastados beneficiavam da tumba da Misericórdia. Hospitais e cadeias, eram locais onde se morria pouco. O hospital não tinha conotação que hoje lhe é atribuída, pelo que não nos devemos admirar com a percentagem de mortes, nesta época, nos três hospitais da cidade. No entanto, perante a morte, quer pobres, quer crianças, quer presos ou mendigos, na maioria das vezes, eram inumados nos adros das igrejas paroquiais pois não tinham posses para mais ou não lhes era conferido o direito social a entrarem nos templos.

A prática testamentária revelou-se também uma surpresa, tendo ficado muito abaixo da verificada em Lisboa, e tendo decrescido ininterruptamente e com acentuação. Também foi surpresa a prática testamentária em cada freguesia, sendo de esperar que as freguesias da chamada alta da cidade tivessem maior relevância nesta matéria. Na Sé, mas particularmente em São Pedro, a área rural contígua à área urbana destas freguesias fez com que a percentagem desta prática baixasse, tendo ficado muito aquém do esperado.

Por tratar, e como potenciais investigações futuras, ficaram o aprofundamento dos *stati* sociais da cidade, distribuído pelas suas nove freguesias. Seria interessante trabalhar, estatisticamente, os dados relativos à viuvez e casamento, bem como aos solteiros. Ir mais longe quanto à ação religiosa dos mosteiros, conventos, colégios e até da Universidade perante a morte. Estudar os rituais e a tipologia da assistência destas instituições apresentar-se-ia como um trabalho muito aliciante. A par destas, aferir o mesmo em relação à Misericórdia e às irmandades, apesar de estas instituições já estarem bastante mais estudadas. Por aprofundar ficou também a questão das prisões e dos hospitais. Por fim, seria interessante comparar tudo o que foi estudado com outras cidades ou vilas do reino, para o mesmo período de tempo. Outras para além de Lisboa, que aqui foi chamada à colação em várias questões abordadas.

Indubitavelmente, todo o trabalho empreendido na investigação científica possibilitou uma preparação, investimento e empenho maiores, da parte do professor, em aula. Pela investigação científica, o professor familiariza-se com os temas e proporciona novas abordagens e reflexões acerca dos mesmos. Também pudemos pôr em prática uma série de

estratégias, em sala de aula, que promoveram uma aprendizagem mais eficaz por parte dos alunos, cremos. Através da aula oficina, operacionalizámos uma tarefa de construção do conhecimento histórico, concretizada em três fases: aquisição de conhecimento, aplicação de conhecimento e utilização desse conhecimento em novas situações.

Esta experiência pedagógica leva-nos a uma consciencialização multifacetada do tema da morte. Apercebemo-nos que demonstrámos aos alunos que os comportamentos atuais estão inscritos num processo de constante atualização de formas de estar da Humanidade perante tudo o que a envolve. É cada vez mais importante que tomemos toda a consciência disto: antes da nossa existência e dos nossos contemporâneos, outros viveram e imprimiram as suas atitudes na sociedade em que peregrinaram. O mesmo acontecerá com as gerações póstumas.

O contacto com as fontes, em aula, revelou-se uma mais-valia, no processo de aprendizagem porque envolveu os alunos, de uma forma mais prática, na construção do conhecimento, fomentando neles o desenvolvimento de competências de “elaborar e comunicar, com correção linguística e de forma criativa, sínteses de assuntos estudados”¹⁷³ tão desejável ver atingida no final do ensino secundário.

Por outro lado, julgamos que a exposição de matéria poderia ter ocorrido de forma mais sucinta e condensada. O trabalho de campo, que tinha como objetivo o contacto direto com a História local, não foi bem sucedido. Aqui, pensamos que há um caminho a ser desbravado que se prende com a forma como os professores dinamizam atividades e a forma como os discentes percecionam as mesmas. Tudo o que foge ao procedimento dito normal é passível de ser mal recebido. A solução, na nossa perspetiva, passa por pensar em novas estratégias mais diversificadas que imprimam dinâmica e imprevisibilidade pela diversidade das tarefas. Mais uma vez, esta forma de estar exige um trabalho contínuo, muitas vezes ao longo do ano letivo, para conseguirmos encontrar o seu reflexo na mudança de atitudes dos alunos.

Destacamos o contributo que a investigação científica em educação, acerca do ensino na atualidade, do papel dos professores e do ensino da História nos proporcionaram para alcançarmos novas perspetivas e formas de estar e operacionalizar estratégias na sala de aula.

A reflexão efetiva acerca desta aula refletir-se-á no futuro pois, na verdade, a conclusão deste mestrado não representa o fim de nada mas antes o início de algo novo nos

¹⁷³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – *Programa de História A*, cit., p. 7.

nossos percursos profissionais. A experiência e a busca incessante do conhecimento encarregar-se-ão de nos fazer trilhar novos caminhos.

Anexos

Anexo I - Plano Individual de Formação

Ao iniciar o ano letivo de 2016-2017, no âmbito do estágio pedagógico do Mestrado em Ensino de História, eu, Filipe Miguel de Andrade Campos, procedi à elaboração do plano individual de formação, expressando o que pretendo fazer durante este ano. Distribuirei as atividades pelas valências dispostas no Projeto Educativo do Colégio da Rainha Santa Isabel, onde estou a realizar o referido estágio.

Relatório de Estágio:

Tema: A morte em Coimbra. Mortalidade no reinado de D. José e as atitudes perante a morte. 1750-1777.

Pedagógica:

- Exercer a atividade docente numa turma de 9º ano e noutra de 10º ano, nas disciplinas de História e História B, respetivamente;
- Assistir a todas as aulas do orientador, do 9º ano e de 10º ano;
- Planificar e lecionar os tempos letivos previstos e exigidos pelo Plano Anual Geral de Formação (32 tempos de 50 minutos), e tantos quantos o professor orientador permitir para além destes;
- Elaborar matrizes, testes e respetivos critérios de correção;
- Fazer avaliação formativa;
- Corrigir testes;
- Utilizar todos os recursos que considere pertinentes, no âmbito da sala de aula, com a finalidade de promover uma aprendizagem dinâmica e eficaz;
- Explorar o potencial bibliográfico da biblioteca do Colégio e colocar os discentes em relação com os materiais que lá estão disponíveis;
- Criação de um banco de documentos cinematográficos – *Filmes com História*;
- Organizar as primeiras olimpíadas de História;
- Participar na organização da atividade *simulação de investimentos*, prevista para o 9º e 10º anos;
- Participação no concurso da UNESCO sobre o tema: *Humanidades*;

- Estar presente nas aulas de apoio às turmas de 9º ano e 10º ano que acompanho;
- Didatizar o tema do relatório e aplicá-lo;
- Organizar visitas de estudo ao Museu Nacional Machado de Castro e a vários espaços da cidade, promovendo o contacto dos alunos com a história nacional e local.
- Organização/participação ativa nas visitas de estudo programadas pelo departamento de ciências humanas e sociais do Colégio, para o 9º ano e 10º ano;
 - Visita de estudo à cidade de Lisboa – 9º ano (24 de fevereiro);
 - Visita de estudo à cidade do Porto – 10º ano (28 de abril).
- Disponibilidade para participar nas atividades programadas pelo departamento de ciências humanas e sociais do Colégio.
- Contribuir ativamente para a minha integração na comunidade escolar que me acolhe, observando, para isso, o Plano Anual de Atividades do Colégio.
- Participar passivamente em algumas das várias reuniões que são realizadas no âmbito escolar, consoante a autorização do orientador e da Direção do Colégio.

Pessoal:

- Procurar promover sempre a formação humana e cristã dos discentes que me são confiados.
- Educar para o saber ser, saber estar e saber fazer.

Social:

- Participação nas atividades extracurriculares do Colégio de teor social, sendo estas:
 - Peddy-paper – 75.º Aniversário do Colégio (1 de outubro);
 - Dia da Comunidade Educativa (5 de novembro);
 - Campanha do Banco Alimentar Contra a Fome (26 e 27 de novembro);
 - Ceia de Natal e Convívio da Comunidade Escolar (21 de dezembro);
 - Acompanhamento a uma instituição de solidariedade social.
- Ajudar os alunos a prepararem-se para a vida em sociedade, utilizando as várias matérias abordadas em sala de aula para promover reflexões acerca da atualidade e do presente em que vivemos.

- Organizar conferências/debates acerca de assuntos atuais ou relevantes.
 - Migrações e Holocausto;
 - Coimbra.

Religiosa:

- Ajudar os alunos na sua formação cristã, promovida pelo Colégio, e dinamizar a consciencialização da importância da observância dos valores humanos no seu quotidiano presente e futuro.
- Participar em atividades promovidas pelo Conselho Pastoral do Colégio, que são orientadas para o fim contemplado na alínea anterior:
 - Encontro de Reflexão – 12.º ano (7 e 8 de outubro);
 - Vigília de Oração – celebrações da comunidade educativa (4 de novembro);
 - Celebração Litúrgica do Advento (15 de dezembro);
 - Reflexão, Eucaristia, Ceia de Natal e Convívio da Comunidade Escolar (21 de dezembro);
 - Encontro de Reflexão – 10.º ano (13 e 14 de janeiro);
 - “(H)ora com Jesus” 12.º ano (25 de janeiro);
 - “(H)ora com Jesus” 10.º ano (15 de março);
 - Celebração Litúrgica da Quaresma (3 de abril).

Artística e Cultural:

- Consciencializar os alunos para a importância da preservação cultural e artística;
- Sensibilizar os alunos para a questão da preservação do património;
- Promover a expansão dos horizontes culturais dos discentes através da investigação e aprofundamento do tema cultural – “Água, fonte de vida”.
- Participação ativa na preparação da exposição da Mostra Cultural;
- Participação em atividades de cariz cultural, previstas no Plano Anual de Atividades do Colégio:
 - Sarau de Natal (16 de dezembro);
 - Mostra Cultural (19 a 21 de abril);
 - Mostra de Artes Visuais (15 a 18 de maio).

Anexo II – Gráficos e tabelas¹⁷⁴

Gráfico I - Distribuição da População pelas freguesias da cidade, por fogos e pessoas (1758).

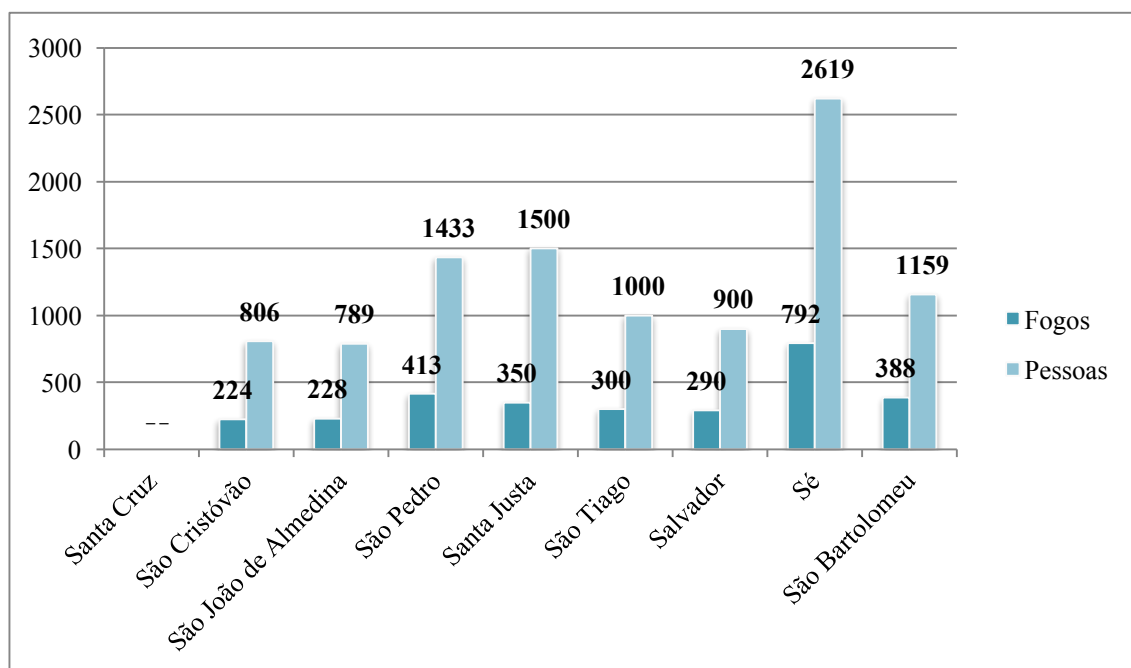
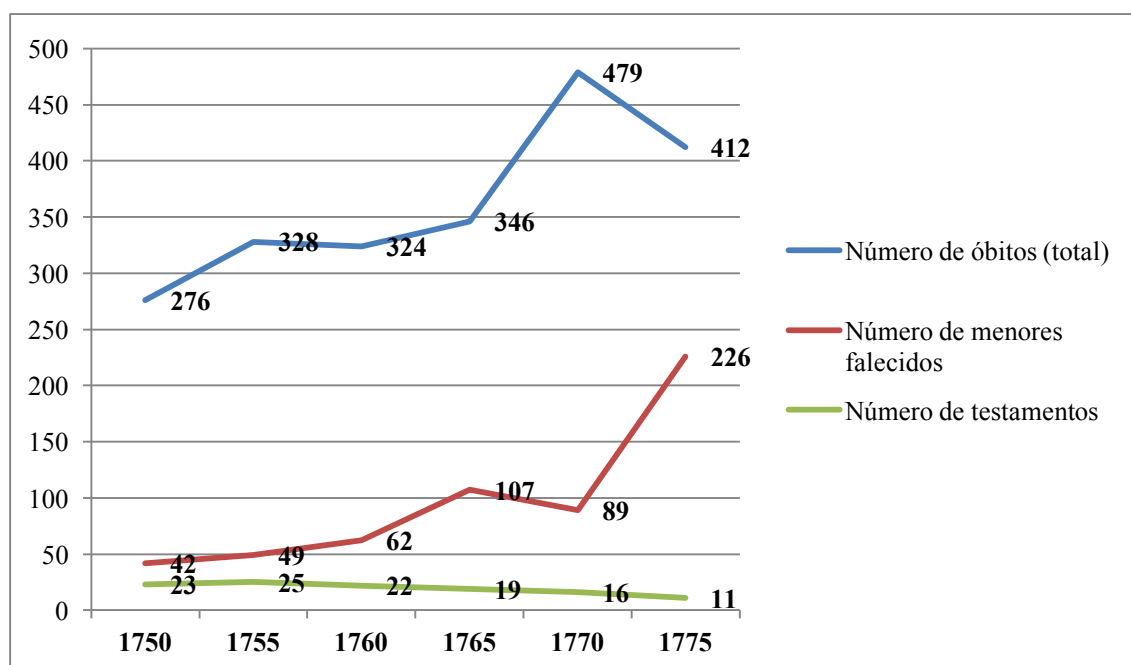


Gráfico 2 - Evolução anual de óbitos, óbitos de menores e número de testamentos.



¹⁷⁴ Fontes: gráfico I - Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Dicionário Geográfico de Portugal*, Tomo II, n.º 349, Memória paroquial de Coimbra, 1758, pp. 2371-2400. Restantes – AUC, livros de registo de óbitos das nove freguesias da cidade.

Quadros 1, 2, 3, 4, 5 e 6 – Distribuição mensal dos óbitos.

1750

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TOTAL
Santa Cruz	2	1	1	1	2	2	4	2	4	4	3	7	33
São Cristóvão	3	1	0	1	0	1	1	3	2	2	1	1	16
São João Almedina	0	0	0	2	0	0	0	0	1	1	1	1	6
São Pedro	1	3	7	3	1	2	2	1	3	4	6	3	36
Santa Justa	5	0	3	7	1	3	5	5	4	7	9	5	54
São Tiago	7	0	0	5	7	2	2	0	3	2	0	3	31
Salvador	2	1	3	0	1	1	1	1	1	1	3	2	17
Sé	6	3	3	5	1	2	7	4	5	3	6	8	53
São Bartolomeu	1	3	2	1	2	3	4	1	1	3	5	4	30
TOTAL	27	12	19	25	15	16	26	17	24	27	34	34	276

1755

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TOTAL
Santa Cruz	4	4	1	1	2	5	8	1	9	4	3	3	45
São Cristóvão	1	2	0	0	3	1	3	0	3	0	0	2	15
São João Almedina	1	2	3	1	1	0	3	1	1	0	1	2	16
São Pedro	6	1	0	2	3	2	1	3	3	4	1	1	27
Santa Justa	8	3	5	4	3	8	4	6	5	0	6	7	58
São Tiago	7	2	2	2	8	4	2	5	2	1	6	3	44
Salvador	3	1	0	0	4	0	2	2	1	1	0	3	17
Sé	6	4	4	5	10	3	6	2	4	2	1	8	55
São Bartolomeu	4	1	4	5	10	6	0	3	3	1	8	5	50
TOTAL	40	20	19	20	44	29	29	23	31	13	26	34	328

1760

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TOTAL
Santa Cruz	2	2	2	7	4	1	4	5	1	4	7	8	47
São Cristóvão	2	3	1	0	1	0	2	2	2	2	3	4	22
São João Almedina	1	2	0	1	4	1	2	2	1	5	0	2	21
São Pedro	1	3	1	0	0	4	4	0	4	0	6	1	24
Santa Justa	9	5	6	7	1	2	7	7	11	9	10	9	83
São Tiago	3	2	0	6	0	0	6	0	5	2	0	3	27
Salvador	3	1	0	0	0	0	3	0	0	1	0	2	10
Sé	10	6	3	2	3	2	3	3	4	5	6	8	55
São Bartolomeu	2	2	4	1	0	2	2	4	5	3	5	5	35
TOTAL	33	26	17	24	13	12	33	23	33	31	37	42	324

1765

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TOTAL
Salvador	2	1	2	0	1	0	1	2	2	2	0	3	16
Santa Cruz	1	3	2	3	5	3	11	4	6	3	3	1	45
Santa Justa	1	5	1	3	3	2	5	5	9	3	5	5	47
São Bartolomeu	6	7	3	2	2	3	1	2	1	5	1	1	34
São Cristóvão	1	2	2	1	3	1	1	1	1	1	1	0	15
São João Almedina	1	1	1	0	2	3	6	4	1	2	3	1	25
São Pedro	3	5	1	3	3	5	3	4	5	5	3	1	41
São Tiago	5	0	4	3	8	4	7	5	0	4	3	3	46
Sé	7	7	3	6	4	5	9	8	7	5	7	9	77
TOTAL	27	31	19	21	31	26	44	35	32	30	26	24	346

1770

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TOTAL
Santa Cruz	2	4	4	4	2	4	1	3	6	3	7	8	48
São Cristóvão	1	1	3	2	3	2	0	4	3	0	1	1	21
São João Almedina	1	3	0	2	1	3	2	1	3	3	2	1	22
São Pedro	3	4	1	5	0	6	2	3	4	6	5	6	45
Santa Justa	4	5	7	6	7	4	3	5	3	4	10	6	64
São Tiago	3	4	4	1	6	2	2	10	6	11	2	8	59
Salvador	1	3	1	0	8	5	3	3	2	4	3	3	36
Sé	10	11	6	10	10	4	10	13	10	10	7	17	118
São Bartolomeu	18	13	2	1	4	1	4	2	5	5	9	2	66
TOTAL	43	48	28	31	41	31	27	44	42	46	46	52	479

1775

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TOTAL
Santa Cruz	5	3	7	3	9	10	14	6	3	0	4	2	66
São Cristóvão	0	1	0	1	0	1	2	2	0	0	0	1	8
São João Almedina	3	0	1	1	3	0	2	0	0	0	3	1	14
São Pedro	3	2	0	4	8	0	16	5	6	1	1	1	47
Santa Justa	3	4	5	4	6	15	3	11	3	4	2	3	63
São Tiago	1	3	10	8	12	16	6	2	3	2	4	1	68
Salvador	1	5	4	4	3	2	0	0	2	0	0	1	22
Sé	5	5	7	3	18	17	7	4	11	8	9	8	102
São Bartolomeu	1	2	2	2	1	1	5	1	1	1	2	3	22
TOTAL	22	25	36	30	60	62	55	31	29	16	25	21	412

Gráfico 3 - Distribuição mensal dos óbitos.

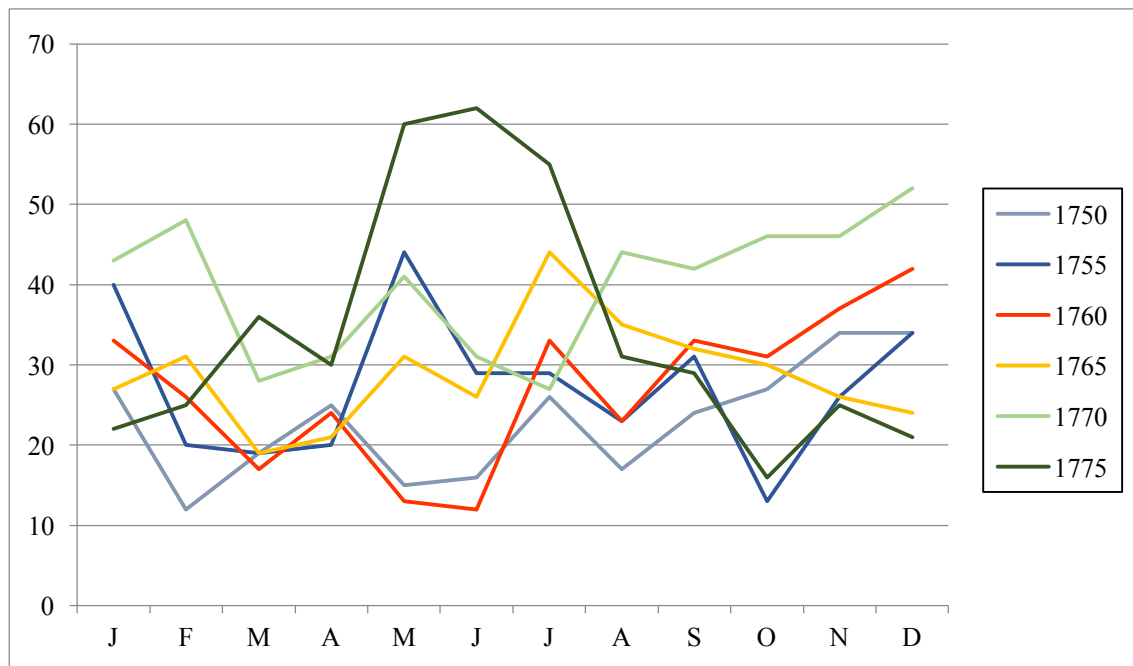


Gráfico 4 – Taxa de celibato definitivo na Paróquia de Santa Cruz (%).

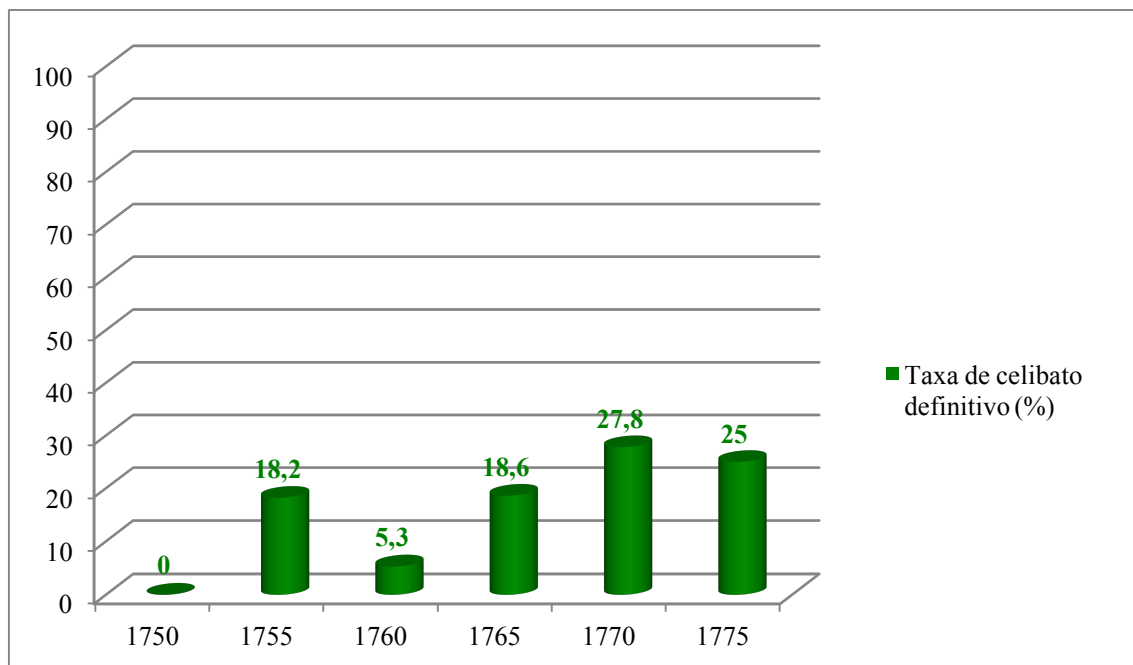
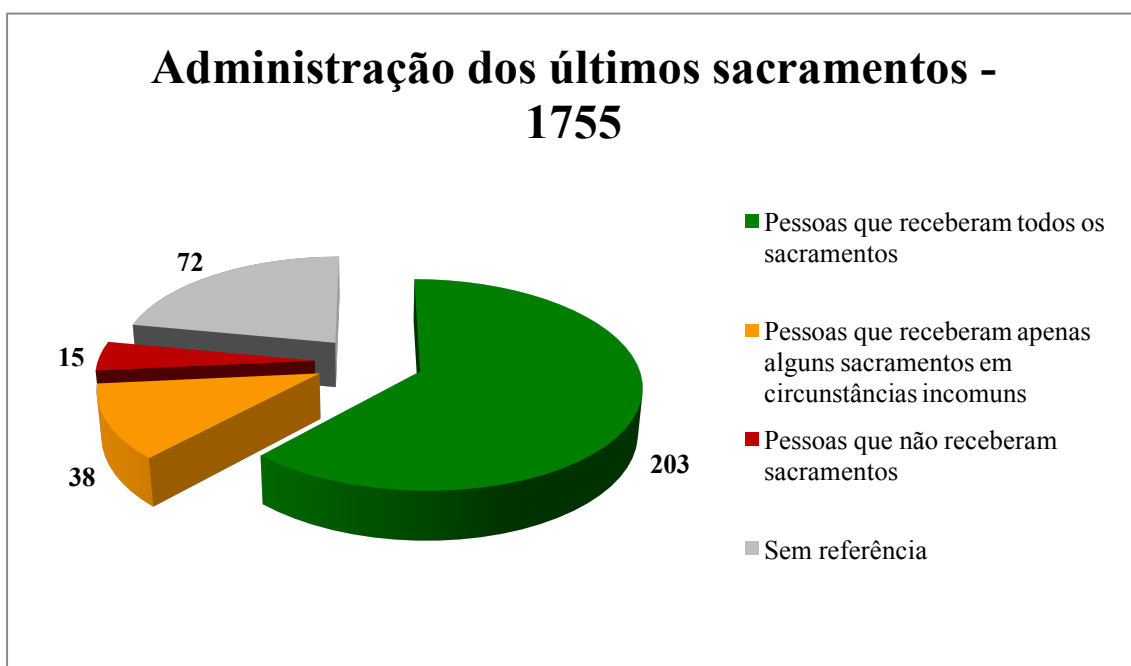
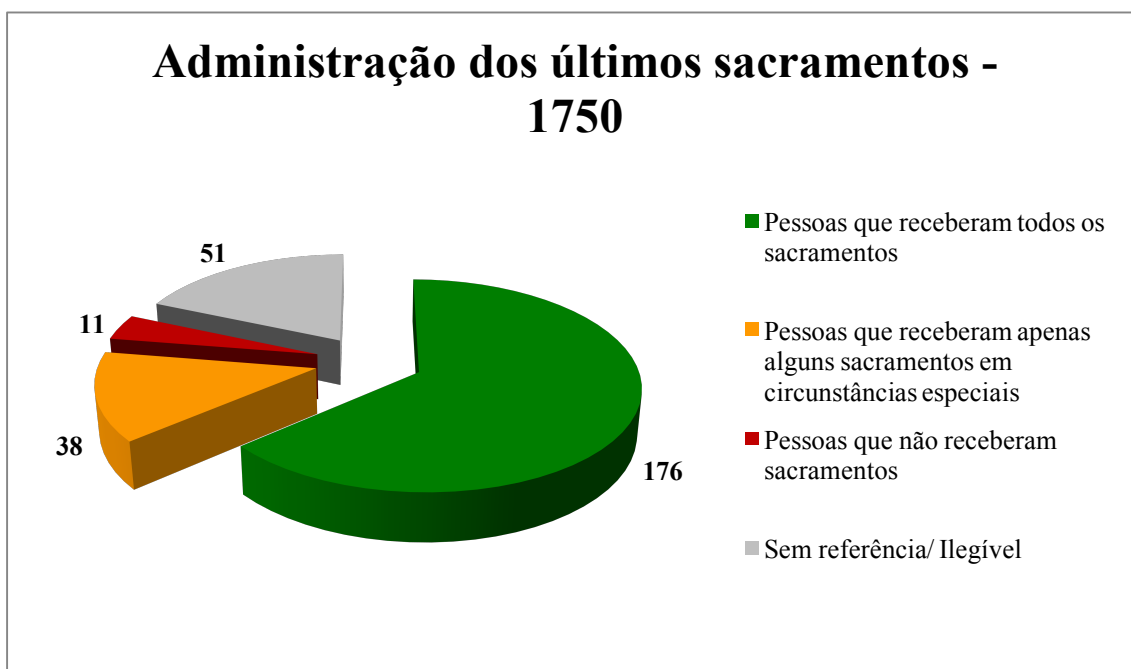
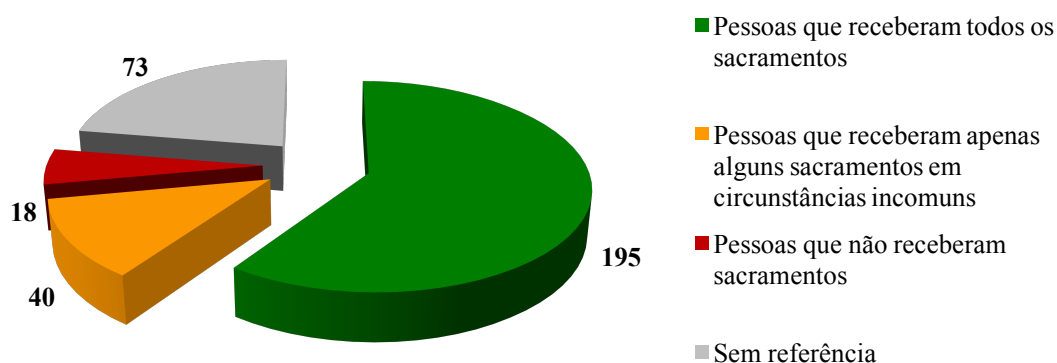


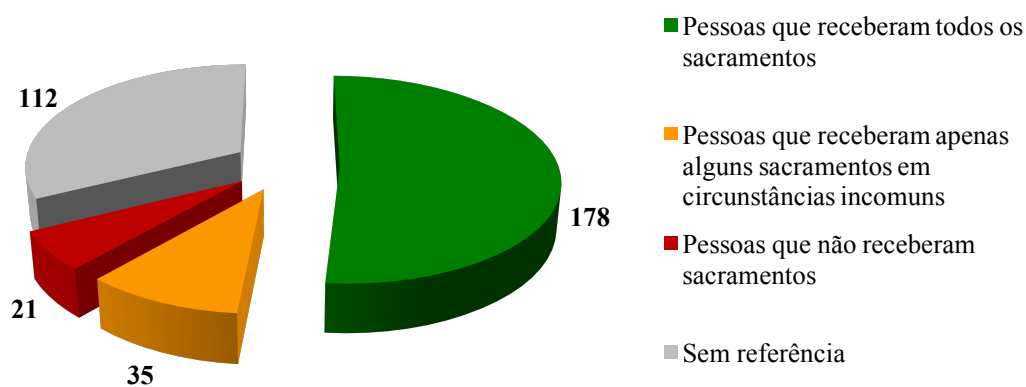
Gráfico 5, 6, 7, 8, 9 e 10 - Administração dos últimos sacramentos. Evolução anual.



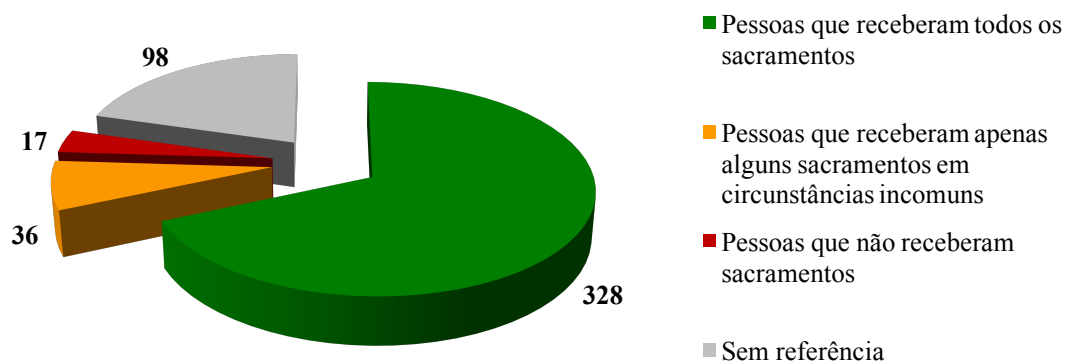
Administração dos últimos sacramentos - 1760



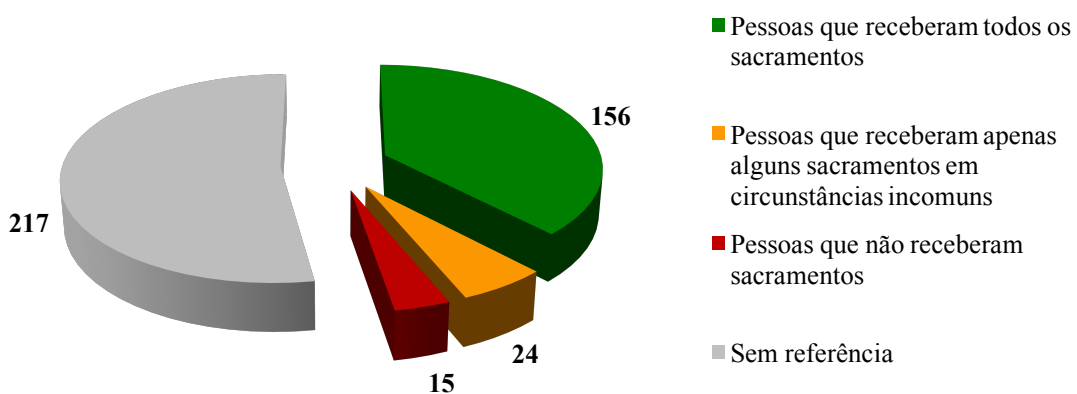
Administração dos últimos sacramentos - 1765



Administração dos últimos sacramentos - 1770



Administração dos últimos sacramentos - 1775



Quadro 7 – Locais de sepultura.

Locais de inumação	1750	1755	1760	1765	1770	1775	TOTAL
Igrejas das freguesias	201	244	260	261	377	313	1656
Mosteiro de Santa Clara (a-Velha)	-	-	-	-	-	-	0
Mosteiro de Celas	7	4	5	15	1	1	33
Convento de Sant'Ana	-	-	-	-	1	-	1
Convento das Carmelitas	1	2	-	4	-	1	8
Convento de São Domingos	7	9	6	2	4	-	28
Convento de São Francisco da Ponte	10	12	13	10	10	19	74
Convento de Sto António dos Olivais	1	2	2	1	-	2	8
Colégio das Artes	-	-	-	-	-	-	0
Colégio de São Tomás	-	-	-	-	-	-	0
Colégio de N. S. da Graça	-	-	-	-	-	-	0
Colégio de São Bernardo	-	-	-	-	-	-	0
Colégio de Tomar	-	-	-	-	-	-	0
Colégio de São Pedro dos Terceiros	5	2	5	12	8	6	38
Colégio do Carmo	-	2	1	3	2	3	11
Colégio da Sapiência	-	-	-	-	-	-	0
Colégio de São Jerónimo	-	-	1	1	-	-	2
Colégio dos cônegos de São João	-	-	-	-	-	-	0
Colégio da Santíssima Trindade	-	-	-	1	-	-	1
Colégio de São Boaventura (rua da Sofia)	-	-	-	-	-	-	0
Colégio de São Boaventura do Bairro Alto	-	-	-	-	-	2	2
Colégio de Santa Rita	-	-	-	-	-	1	1
Colégio de Santo António da Estrela	-	4	7	-	4	3	18
Colégio de Santo António da Pedreira	1	1	-	-	2	2	6
Colégio de São José dos Marianos	2	2	5	2	8	5	24
Colégio de São Bento	3	2	3	8	2	-	18
Colégio dos Militares	-	-	-	-	-	-	0
Colégio Pontifício de São Pedro	-	-	-	-	-	-	0
Colégio de São Paulo	-	-	-	-	-	-	0
Capela de N. S. da Piedade	5	10	5	5	36	28	89
Igreja dos Terceiros de São Francisco	-	7	2	-	-	-	9
Capela de São Sebastião das Torres	4	1	2	3	-	1	11
Capela da Adémia	-	2	-	-	2	2	6
Capela do Bordalo	-	1	1	-	1	1	4
Igreja do Paço do Conde	-	-	-	1	-	1	2
Cemitério do Hospital de São Lázaro	1	6	2	3	5	6	23
Capela do Hospital de São Lázaro	-	1	-	-	-	-	1
Claustro do Hospital	7	1	-	-	3	7	18
Capela particular (quinta da Várzea)	-	-	-	-	1	-	1
Igreja de Condeixa	1	-	-	-	-	-	1
Igreja de Antanol	-	-	-	-	-	1	1
Igreja de Cernache	-	-	1	1	2	1	5
Igreja de Castelo Viegas	1	1	-	-	-	-	2
Igreja da Pedrulha	-	-	-	1	1	2	4
Não refere/ilegível	19	12	3	12	9	4	59
TOTAIS	276	328	324	346	479	412	2165

Gráfico 11 – Inumações em caixões e enterramentos noturnos.

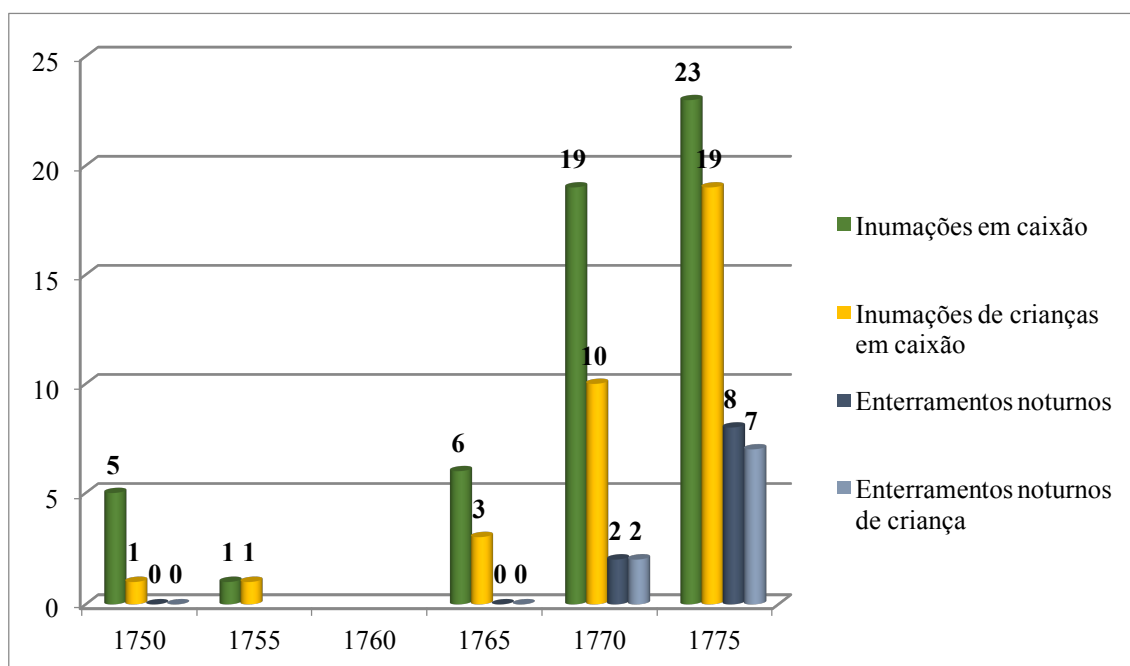


Gráfico 12 – Inumações nos Colégios de Santo António da Estrela e de Santo António da Pedreira: distribuição por género e proveniência social dos defuntos.

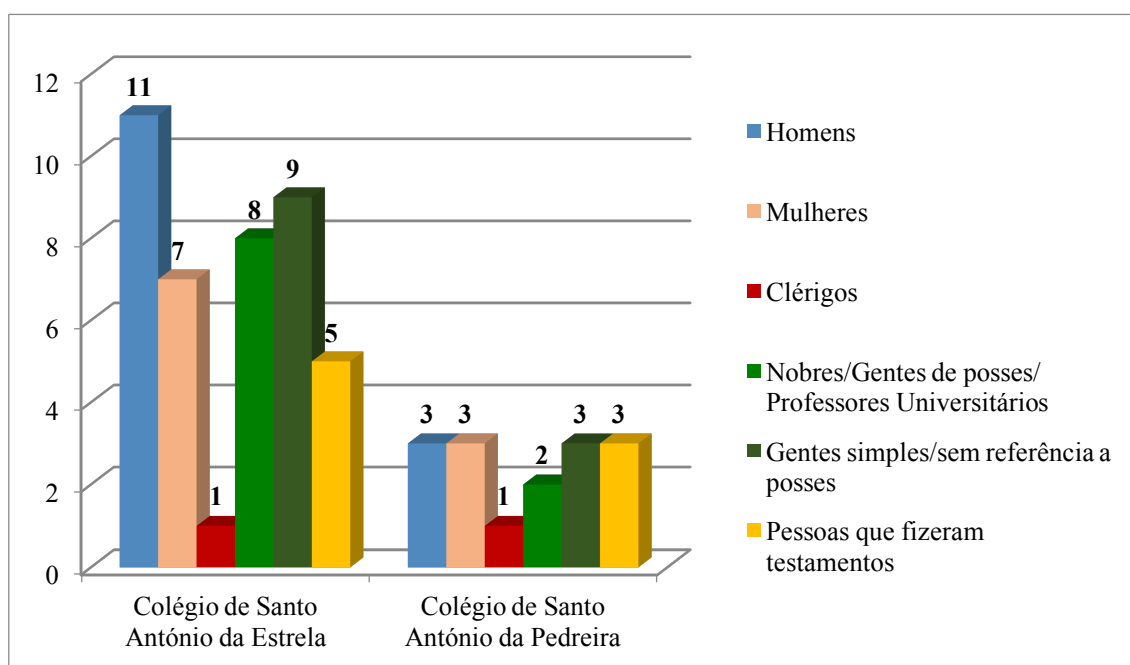


Gráfico 13 – Mortes nas cadeias, recolhimento e hospitais da cidade.

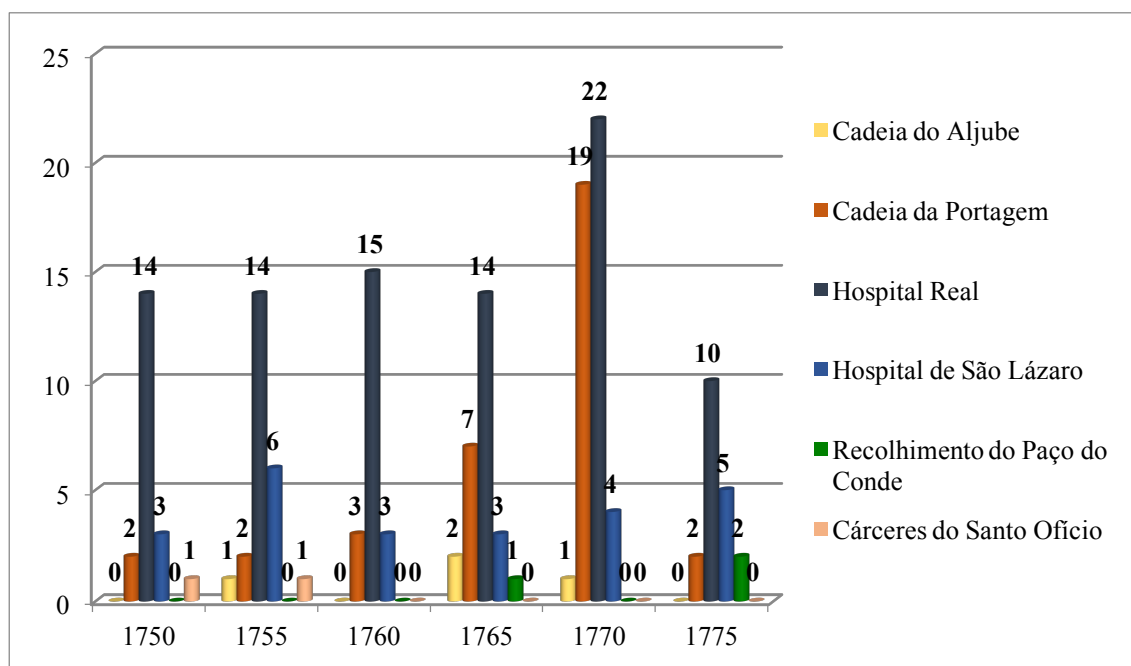
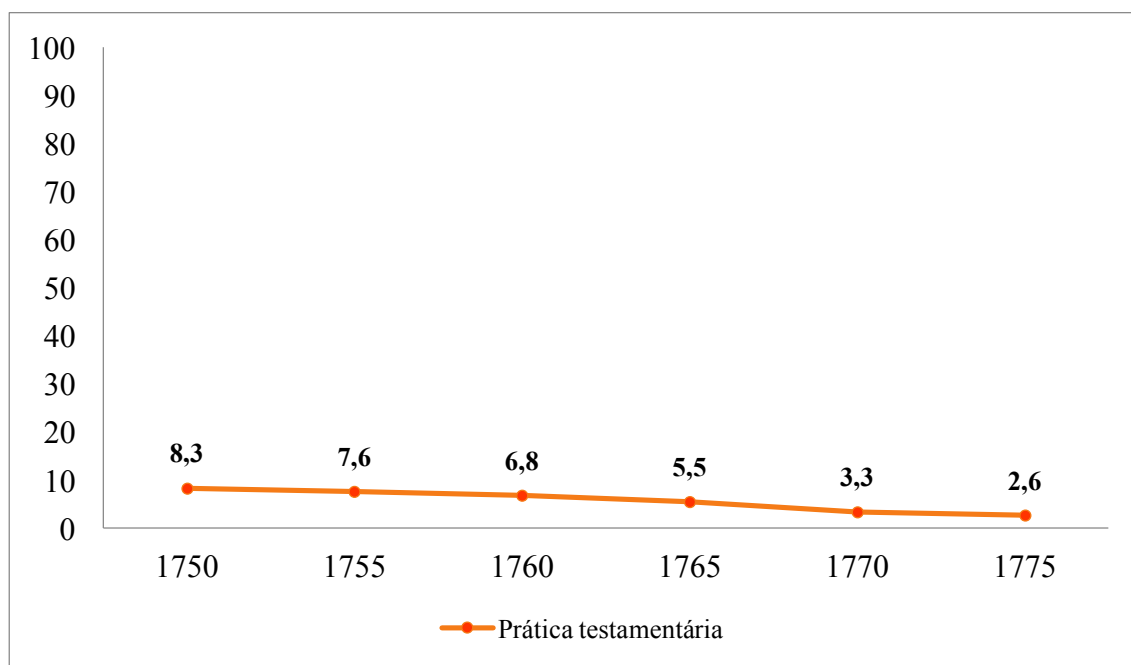



Gráfico 14 – Evolução da prática testamentária (%).



Anexo III – Planificação e recursos da aula

		Planificação de aula			Ano letivo 2016-2017
					Sumário: A distinção na vida e na morte. A morte no Antigo Regime na Europa e em Portugal: o caso de Coimbra. Realização de um trabalho de grupo prático de análise de registos de óbito, de três freguesias da cidade de Coimbra, do século XVIII.
Ano	10º	Módulo	Do Antigo Regime à Afirmção do Liberalismo.		
Turma	B				
Professor orientador	Paulo Alexandre de Bandarra e Lavoura	Aula	50, 51 e 52	Unidade	
Professor estagiário	Filipe Miguel de Andrade Campos	Data	16 de novembro		
Disciplina	História	Duração	150 min.	Subunidade	A sociedade de ordens: uma estratificação assente no privilégio e garantida pelo absolutismo régio de direito divino.

Objetivos	Conteúdos	Conceitos	Estratégias	Recursos	Avaliação
Indicar rituais e atitudes perante a morte desde a	As manifestações perante a morte têm-se evidenciado na História das sociedades como	Tumba, esquife A legítima Legado pio Capela Testador	Redação do sumário. Recorrendo ao diálogo vertical e horizontal, o docente inicia a aula, acerca de um tema peculiar e de tratamento incomum em sala de aula. O docente começa por mostrar alguns livros científicos de História da Morte,	<ul style="list-style-type: none"> • Diálogo vertical e horizontal; • <i>PowerPoint</i>. • Textos, gráficos e tabelas, por mim elaborados, fruto da minha investigação pessoal acerca 	Formativa oral Participação e parte escrita do trabalho de grupo solicitado.

<p>sociedade atual até à de Antigo Regime.</p> <p>Indicar as causas e os picos de mortalidade cíclica anuais, em Portugal.</p>	<p>uma prática corrente e em constante mutação. Desde o tempo do esplendoroso barroco que Philippe Ariès identificou três formas generalizadas do Homem ocidental se comportar perante a morte: a morte de si próprio (Antigo Regime); a morte do outro (Século XIX - romantismo) e a morte interdita (atualidade).</p> <p>O século XVIII português inscreveu duas tendências demográficas distintas. A partir da década de trinta em diante, a população portuguesa terá crescido ainda que registando um ritmo lento. Na segunda metade da centúria, Portugal terá acompanhado o crescimento populacional europeu numa posição intermédia, superior ao da Alemanha, Espanha, Itália e Holanda. A mortalidade era elevada, marcada por um ciclo de vida curto e instável, de uma esperança média de vida que se situaria entre os vinte e cinco e os trinta anos. Surtos</p>	<p>Testamenteiro</p> <p>Redator</p> <p>Universal herdeira</p>	<p>introduzindo o tema. De seguida, estabelece diálogo com os alunos acerca da forma como a morte é vista hoje, como foi vista pelo romantismo e pelo barroco. Através de exemplos de pinturas e da música (Requiem de Mozart) o docente mostra algumas expressões que marcaram cada um destes tempos.</p> <p>O docente recorre ao <i>PowerPoint</i>, como principal suporte para lecionar a aula, uma vez que a matéria, apesar de estar inserida no programa, não é abordada no manual. Por esta razão, o docente reforça o teor da coluna dos conteúdos desta tabela e presta redobrada atenção aos apontamentos que os alunos fazem. O docente recorre à projeção de várias tabelas e gráficos para exemplificar o que vai explicando.</p>	<p>do tema;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Imagens; • <i>Requiem</i> de Mozart; • Excerto do <i>Retiro Espiritual para cada mez.</i> • Excerto do <i>Testamento Político</i> de D. Luís da Cunha; • Registos de óbito selecionados; • Ficha de interpretação dos registos de óbito; • Ficha informativa sobre a prática testamentária; • Mapas da cidade de Coimbra (turismo); • Questionário de aferição acerca da temática e atividade abordadas na 	
--	---	---	--	--	--

<p>Compreender o papel e a importância do clero na questão da</p>	<p>epidémicos flagelavam as populações, dando origem a anos em que se verificaram crises de mortalidade. Esta realidade regrediu na Europa, mas não nas Penínsulas Ibérica e Itálica. A mortalidade era ciclicamente mais expressiva em dois momentos do ano: um invernal e um estival. Todos os anos se morria das mesmas causas, nos mesmos meses e os mesmos grupos etários e sociais. No inverno a morte era provocada pelo frio, escassez de alimentos, dando origem a infeções de tipo bronco-pulmonar nos indivíduos de idade mal agasalhados e mal nutridos. Na época estival, sobretudo entre julho e setembro, atingindo o seu auge em agosto, testemunhava-se aquilo a que alguns designaram por <i>massacre dos inocentes</i>. As vítimas, como sugere o nome, eram maioritariamente crianças.</p> <p>O clero estava presente na vida quotidiana das pessoas, através do pároco a este competia:</p>		<p>O docente dá continuidade à projeção dos conteúdos presentes no <i>PowerPoint</i> para</p>	<p>aula.</p>	
---	--	--	---	--------------	--

<p>morte.</p> <p>Comparar a distinção social que é feita na morte e na vida, pela sociedade de Antigo Regime.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Administrar a freguesia; • Fazer batizados, casamentos e funerais; • Administrar os últimos sacramentos (e os restantes); • Dar enterramento aos defuntos, acompanhando-os à sua última morada; • Zelar pela Igreja, espaço de inumação; • Celebrar missas pelas almas dos defuntos. <p>As inumações eram feitas de preferência na igreja paroquial, havendo exceções. Os mais ricos e os que testavam preferiam a sua igreja paroquial como sua última morada terrestre. No adro, regra geral, ficavam inumados os mendigos, presos e, por vezes, pobres e crianças. Nos cruzeiros das igrejas tinham lugar as pessoas mais importantes e com mais posses nas freguesias. O chão das igrejas da cidade, era disputado por todos, correspondendo o lugar que conseguiam à ordem social a que pertenciam. Quanto mais importantes, mais</p>		<p>lecionar a matéria. Recorre ao excerto de um manual de retiros espirituais para explicar a importância da Salvação eterna para esta sociedade de Antigo Regime.</p> <p>Para além da utilização do recurso do <i>PowerPoint</i>, o docente recorre a exemplos e curiosidades para tornar o processo de aprendizagem mais fácil.</p>		
---	---	--	---	--	--

	<p>perto do altar-mor. Contrariamente, quanto mais pobres, mais perto da porta do templo seriam inumados. As elites da cidade não escolhiam, como última morada, igrejas fora da malha urbana. A dimensão da freguesia, a consideração pela última vontade dos paroquianos e a administração que o clero levava a cabo, determinavam a “política” de inumações.</p> <p>Numa sociedade onde a morte assumia um papel central no quotidiano das populações, como era o caso de Portugal, as instituições eclesásticas e de caridade assumiram relevância singular. As Misericórdias prestavam uma ampla assistência à morte, tanto material como espiritual, para além de ter poder para mandar celebrar missas pelos defuntos, através da contratação de sacerdotes para o efeito; asseguravam também, gratuitamente, os funerais de elementos de famílias pobres. Algumas Misericórdias chamavam-lhes «enterros por</p>				
--	---	--	--	--	--

<p>Avaliar a importância dos testamentos, nesta época.</p>	<p>amor de Deus». As Misericórdias tornaram-se «agências funerárias» com o monopólio desta ação. Facto que lhes permitiu canalizar os rendimentos dos funerais de espetáculo barroco e sumptuosidade dos ricos para custear os enterramentos dos irmãos e suas famílias e dos pobres.</p> <p>A redação das últimas vontades era, na época moderna, um dos procedimentos mais relevantes nas atitudes tomadas perante a morte. No entanto, não era uma prática generalizada, estando reservada essencialmente aqueles que tinham posses. Pelo testamento, o testador dispunha de seus bens, direitos e obrigações. O medo aterrador da morte eterna e o desejo ardente de participar no banquete celeste fez com que grandes fortunas do reino se comesçassem a desmoronar. No ato de testar, muitos instituíam legados pios em vez de disporem os bens a favor dos</p>		<p>O docente entrega e analisa em conjunto com os alunos uma ficha informativa sobre a prática testamentária.</p>		
--	--	--	---	--	--

<p>Aplicar os conteúdos lecionados</p>	<p>seus herdeiros. A situação começou a tornar-se preocupante. Para além da diminuição de riqueza das grandes famílias, a instituição de legados usando bens imóveis tornava-os inalienáveis e sob a guarda da Igreja, que era a entidade que detinha a guardiania das almas. Em 1749, D. Luís da Cunha denunciou tal realidade no seu Testamento Político. Segundo os cálculos deste grande visionário e diplomata do rei D. João V, a Igreja já detinha à data um terço dos territórios do reino. Esta realidade lesava fortemente o Estado, atendendo que as propriedades pertencentes à Igreja estavam isentas da tributação de impostos por parte da Coroa.</p>		<p>O docente apresenta o excerto do <i>Testamento Político</i> de D. Luís da Cunha que comprova os que está explanado na tabela dos conteúdos.</p> <p>Lecionada a matéria, o docente solicita um trabalho de grupo na sala de aula em que os discentes devem analisar registos de óbito das freguesias de São João de Santa Cruz, São João de Almedina e São Cristóvão, de 1755. Cada</p>		
--	--	--	---	--	--

			discente recebe uma lista de registos de óbito, uma folha de interpretação. Prevê-se que haja partilha entre todos no fim de cada grupo realizar o seu trabalho. Os alunos realizarão um trabalho de campo com auxílio dos conhecimentos adquiridos na aula e de um mapa da cidade de Coimbra (do turismo) que o Professor entregará no final desta.		
--	--	--	--	--	--

Bibliografia	<p>ARAÚJO, Ana Cristina – <i>A morte em Lisboa. Atitudes e representações. 1700-1830</i>. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.</p> <p>ARIÈS, Philippe – <i>Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média</i>. Lisboa: Editorial Teorema, 2010.</p> <p>ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) – <i>História da vida privada. Do Renascimento ao Século das Luzes</i>. Vol. 3. Porto: Círculo de Leitores, 1990.</p> <p>CARVALHO, Joaquim Ramos de – “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna”. MATTOSO, José (dir.) – <i>História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna</i>. Maia: Círculo de Leitores, 2011.</p> <p>GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coord.) – <i>O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas. Olhares novos</i>. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa. Universidade Católica Portuguesa, 2014.</p> <p>HESPANHA, António; XAVIER, Ângela – “A Representação da Sociedade e do Poder”. MATTOSO, José (dir.) – <i>História de Portugal</i>. Vol. IV. Lisboa: Editorial Presença, 1998.</p> <p>LOPES, Maria Antónia – <i>Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850)</i>. Vol. 2. Viseu: Palimage Editores, 2000.</p> <p>LOPES, Maria Antónia – <i>Proteção Social em Portugal na Idade Moderna</i>. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.</p> <p>MOREIRA; Maria João Guardado – “O Século XVIII”. RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.) – <i>História da População Portuguesa</i>. Edições Afrontamento, 2009.</p> <p>SERRÃO, José Vicente – “O Quadro Humano”. MATTOSO, José (dir.) – <i>História de Portugal</i>. Vol. IV. Lisboa:</p>
---------------------	--

Editorial Presença, 1998.

SILVA, Abílio Diniz – *Testamento Político de D. Luís da Cunha*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2013.

Fontes:

Arquivo da Universidade de Coimbra, Paróquia de Almedina – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1747-1803)*.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Paróquia de Santa Cruz – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1707-1795)*.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Paróquia de Sé Velha – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1732-1796)*.

Arquivo Historiográfico do Colégio da Rainha Santa Isabel, Oficina de Miguel Rodrigues – *Retiro Espiritual para hum dia de cada mez*, 1773.



Prática testamentária

Definições/conceitos:

Testador: aquele que testa.

Tabelião: escrivão público. Em linguagem atual, é considerado o equivalente a um notário.

Testamenteiro: pessoa que ficava encarregada de fazer cumprir tudo o que estava escrito no testamento, após a morte do testador.

Testamento Cerrado (ou místico): declaração de últimas vontades, escrita pelo testador ou por um particular a seu rogo e mantido em segredo. Depois de redigido era cosido, lacrado e entregue a um tabelião, que antes procedia à sua aprovação na presença de testemunhas. O testamento só era aberto após a morte de quem havia testado (testador).

Testamento Aberto: era elaborado, normalmente, pelo tabelião no seu livro de notas. Era feito na presença do testador e de testemunhas que firmavam o ato. Quando o testador não soubesse ler, o testamento tinha de ser ditado às testemunhas. Após a morte do testador, este judicialmente aberto e publicado.

Testamento Nuncupativo (ou de viva voz): era lavrado à beira da morte, na presença de número maior de testemunhas. Só era válido se o testador morresse naquela altura. Portanto, caso o testador superasse aquele momento de tribulação física, tinha de fixar solenemente, por escrito, as suas últimas vontades.

A legítima: parte a que se tinha direito por herança.

Legado pio: o que o testador deixa para bem da sua alma.

Capela: era o conjunto de bens e rendas perpetuamente consagrados a um fim devocional e assistencial. Como não podiam ser alienados nem alterado o seu objetivo, eram também conhecidos como **bens de “mão-morta”**.

Universal herdeira: o testador podia fazer da sua alma herdeira de todos os seus bens. Assim, a alma era dotada de estatuto jurídico, no Antigo Regime. Com a instituição do primado da razão, o Marquês de Pombal aboliu esta prerrogativa legal.

A redação das últimas vontades era, na época moderna, um dos procedimentos mais relevantes nas atitudes tomadas perante a morte. Não era uma prática generalizada, estando reservada essencialmente àqueles que tinham posses. O medo aterrador da condenação eterna e o desejo ardente de participar no banquete celeste fez com que grandes fortunas do reino se

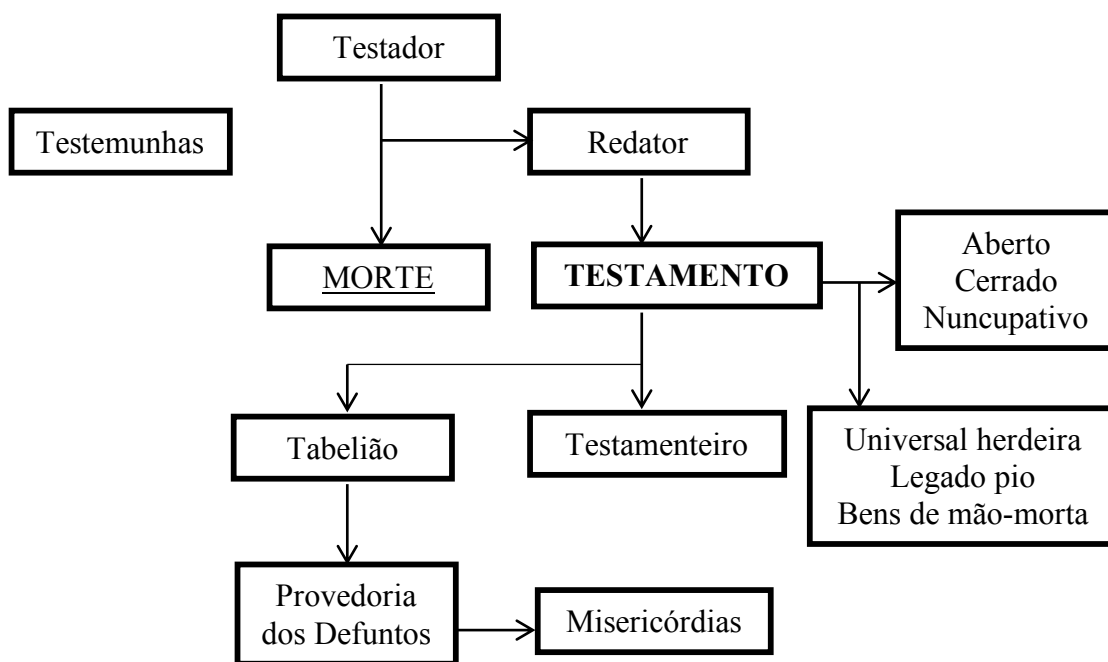
começassem a desmorrar. No ato de testar, muitos instituíam legados pios em vez de disporem os bens a favor dos seus herdeiros.

Para além da diminuição de riqueza das grandes famílias, a instituição de legados usando bens imóveis tornava-os inalienáveis porque a vontade dos defuntos só podia ser alterada pela Igreja, que era a entidade que detinha a guardiania das almas.

Em 1749, D. Luís da Cunha denunciou tal realidade no seu *Testamento Politico*. Segundo os cálculos deste grande visionário e diplomata do rei D. João V, a Igreja já detinha, à data, um terço dos territórios do reino. Esta realidade lesava fortemente o Estado, atendendo que as propriedades pertencentes à Igreja estavam isentas da tributação de impostos por parte da Coroa. A advertência que este faz ao rei acerca desta realidade é esclarecedora:

“De que se segue, que pelo decurso do tempo, virá (o Clero) a possuir não só a terça parte do reino, como acima digo, mas mais de a metade, porque os confessores abrem as portas do Céu aos que na hora da morte deixam, ou às suas Ordens ou às suas Igrejas, o que têm, privando assim aos seus sucessores do que naturalmente deviam herdar.”

Esquema síntese do processo de testar, no Antigo Regime





Registos de óbito da Freguesia de Santa Cruz – 1755

Arquivo Distrital de Coimbra, Paróquia de Santa Cruz – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1707-1795)*.

(1) Em vinte e três de janeiro de mil setecentos, cinquenta, e cinco faleceu da vida presente só com a extrema unção e *absoluto sub conditione*¹⁷⁵ por não estar capaz de receber o Sagrado Viático¹⁷⁶ Maria de São Bento solteira foi sepultada na Igreja dos Religiosos de São Domingos¹⁷⁷ em uma das sepulturas do senhor Jesus¹⁷⁸ para onde foi levada no esquife¹⁷⁹ da Ordem 3ª de São Francisco amortalhada no hábito da Senhora do Carmo e por baixo de São Francisco acompanhada desta colegiada de São João de Santa Cruz, de São Bartolomeu, de São Tiago e de Santa Justa, dos Religiosos de São Francisco e de São Pedro. Teria de idade 85 anos e por verdade fiz este que assinei
O Cura Francisco da Cruz

(2) Em quatro de fevereiro de mil setecentos e cinquenta e cinco faleceu da vida presente sem sacramentos por falecer de uma grande queda o Rev. Pe. João de Afonseca Rosa da vila de Aveiro, foi sepultado nesta Igreja de São João de Santa Cruz, por falecer em Santa Cruz aonde deu a dita queda teria de idade 40 anos e por verdade fiz este que assinei.
O Cura Francisco da Cruz

(3) Em vinte e oito de março de mil, setecentos, cinquenta e cinco faleceu da vida presente com todos os sacramentos António Rodrigues Alarcão meirinho¹⁸⁰ da cidade casado com Francisca Maria foi sepultado nesta freguesia de São João de Santa Cruz. Teria de idade 38 anos pouco mais ou menos, e por ser verdade fiz este que assinei era *ut supra*.
O Cura Francisco da Cruz

(4) Em dezoito de maio de mil setecentos e cinquenta e cinco faleceu da vida presente Josefa de idade de três anos era filha de Inácio Rodrigues foi sepultada nesta Igreja e por verdade fiz este que assinei.
O Cura Francisco da Cruz

(5) Em onze de junho de mil setecentos, cinquenta, e cinco faleceu da vida presente com todos os sacramentos Isabel Moran, natural de Salamanca Reino de Castela casada com Pedro

¹⁷⁵ Modo peculiar de administrar os sacramentos quando a pessoa já não tinha capacidade para responder ao sacerdote.

¹⁷⁶ Comunhão.

¹⁷⁷ Situa-se na rua da Sofia. É, atualmente, um centro comercial.

¹⁷⁸ Sepultura da Irmandade do Senhor Jesus.

¹⁷⁹ Sinónimo de tumba, é uma espécie de maca em que se conduzem defuntos à sepultura.

¹⁸⁰ Oficial de justiça.

Lucas de Granau, foi sepultada no adro desta Igreja de São João de Santa Cruz teria de idade trinta anos e por verdade fiz este que assinei.

O Cura Francisco da Cruz

(6)Em treze de junho de mil, setecentos, cinquenta, e cinco faleceu da vida presente com todos os sacramentos o Doutor José Coelho da Fonseca graduado em Medicina casado com D. Rosa Maria Joaquina, foi sepultada nesta Igreja de São João de Santa Cruz, teria de idade pouco mais ou menos 25 anos, e por verdade fiz este que assinei.

O Cura Francisco da Cruz

(7)Em quinze de junho de mil, setecentos, cinquenta e cinco faleceu da vida presente Teresa Ferreira solteira filha de Alexandre Ferreira desta freguesia. Administrei-lhe todos os sacramentos e foi sepultada no Colégio de Nossa Senhora do Carmo¹⁸¹, teria de idade pouco mais ou menos vinte e oito anos, e por verdade fiz este que assinei

O Cura Francisco da Cruz

(8)Em vinte e sete de julho de mil setecentos, cinquenta, e cinco faleceu da vida presente com todos os sacramentos Filipe Rodrigues Velho viúvo que ficou de Sebastiana Maria e segunda vez de Serafina Francisca foi sepultado nesta Igreja de São João de Santa Cruz, teria de idade 85 anos, e por verdade fiz este que assinei.

O Cura Francisco da Cruz

(9)Em o primeiro de setembro de mil setecentos, cinquenta, e cinco faleceu da vida presente uma criança de idade de nove meses chamada Inácio filho de Inácio Dinis, e de sua mulher Teresa, foi sepultado nesta Igreja e por ser verdade fiz este que assinei.

O Cura Francisco da Cruz

¹⁸¹ Mais conhecido por Colégio do Carmo, localiza-se na Rua da Sofia.



Registos de óbito da Freguesia de São João de Almedina - 1755

Arquivo Distrital de Coimbra, Paróquia de Almedina – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1747-1803)*.

(1) Aos trinta dias do mês de janeiro de mil setecentos e cinquenta e cinco anos faleceu da vida presente com todos os sacramentos Catarina da Costa solteira moradora na esquina dos Loios desta freguesia foi sepultada dentro da mesma, e não fez testamento. E por verdade fiz este assento que assinei dia mês e ano *ut supra*.

O Prior Joaquim de Moura Coutinho

(2) Aos quatro dias do mês de fevereiro de mil setecentos e cinquenta e cinco anos faleceu da vida presente sem sacramentos por morrer de acidente estando preso no Aljube¹⁸² Manuel Mendes Clérigo *in minoribus*¹⁸³ foi sepultado dentro da Igreja de S. João de Almedina E por verdade fiz este assento que assinei era *ut supra*.

O Prior Joaquim de Moura Coutinho

(3) Aos quatro dias do mês de março de mil e setecentos e cinquenta e cinco anos faleceu da vida presente com todos os sacramentos Manuel de Lemos morador na rua de S. João desta freguesia foi sepultado dentro da mesma, não fez testamento. E por verdade fiz este assento que assinei dia mês e ano *ut supra*.

O Prior Joaquim de Moura Coutinho

(4) Aos vinte e oito dias do mês de março de mil setecentos e cinquenta e cinco anos faleceu da vida presente com todos os sacramentos o Reverendo Doutor Domingos Lopes Pires morador na rua dos Penedos desta freguesia foi sepultado dentro da mesma e não fez testamento, só declarou o que devia e o que tinha e como não chegava para as dividas não fez testamento. E por ser verdade fiz este assento que assinei; dia mês e ano *ut supra*.

O Prior Joaquim de Moura Coutinho

¹⁸² Cadeia do Bispo.

¹⁸³ Clérigo com as ordens menores do sacerdócio.

(5) Aos cinco dias do mês de julho de mil setecentos e cinquenta e cinco anos faleceu da vida presente com todos os sacramentos Miguel Pais, qual se recolhia no forno da rua do Forno, e vivia de esmolas, não fez testamento foi sepultado no adro da Igreja. E por verdade fiz este assento que assinei era *ut supra*.

O Prior Joaquim de Moura Coutinho

(6) Aos vinte e três dias do mês de julho de mil setecentos e cinquenta e cinco anos faleceu da vida presente com todos os sacramentos Ursula, solteira, criada de Caetano José boticário¹⁸⁴, morador na rua do Forno desta freguesia foi sepultada dentro da Igreja donde era freguesa; por ser verdade fiz este assento que assinei era *ut supra*.

O Prior Joaquim de Moura Coutinho

(7) No primeiro dia do mês de novembro de mil setecentos e cinquenta e cinco faleceu da vida presente com o sacramento da extrema unção por não ser de idade para mais Francisca solteira, filha de Maria Teresa viúva, moradora na rua dos Estudos; foi sepultada dentro da Igreja de São João. Por ser verdade fiz este assento que assinei dia mês e ano *ut supra*.

O Prior Joaquim de Moura Coutinho

(8) Aos dez dias do mês de dezembro de mil setecentos e cinquenta e cinco faleceu da vida presente sem sacramentos, porque morreu de repente, Maria, solteira, moça de servir, criada de Isabel Soares, moradora no largo da feira, foi sepultada dentro da Igreja de São João, e por verdade fiz este assento que assinei. Coimbra era *ut supra*.

O Prior Joaquim de Moura Coutinho

(9) Aos doze dias do mês de dezembro de mil setecentos e cinquenta e cinco anos faleceu da vida presente com todos os sacramentos D. Catarina Ribeiro da Costa viúva foi sepultada no cruzeiro¹⁸⁵ da Igreja de S. João de Almedina, e não fez testamento. E por verdade fiz este assento que assinei Coimbra hoje dia mês e ano *ut supra*.

O Prior Joaquim de Moura Coutinho

¹⁸⁴ Ofício que corresponde, nos nossos dias, ao de farmacêutico.

¹⁸⁵ Parte da igreja entre a capela-mor e a nave principal.



Registos de óbito da Freguesia de São Cristóvão – 1755

Arquivo Distrital de Coimbra, Paróquia de Sé Velha – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1732-1796)*.

(1) Aos 26 de janeiro de 1755 faleceu da vida presente José escravo de Manuel José (...) ¹⁸⁶ nesta universidade natural do Rio de Janeiro, não recebeu sacramentos pela morte ser repentina e não dar lugar. Jaz sepultado dentro desta Igreja do cruzeiro ¹⁸⁷ para baixo e se fez por sua alma um noturno e por verdade mandei fazer este assento dia *ut supra*.

O Prior Nicolau da Silva Santos

(2) Aos sete dias do mês de fevereiro de mil setecentos e cinquenta e cinco faleceu da vida presente com todos os sacramentos de bem morrer Bento Simões, natural do Lugar e freguesia da Cruz dos Morouços desta freguesia de São Cristóvão, casado que era com Catarina de São José, não fez testamento. Jaz sepultado nesta Igreja do cruzeiro para baixo, e por verdade fiz este assento que assinei dia mês, ano *ut supra*.

O Prior Nicolau da Silva Santos

(3) Aos dezassete dias do mês de maio de mil setecentos e cinquenta e cinco faleceu da vida presente com todos os sacramentos de bem morrer Maria Josefa viúva que ficou de José de Oliveira Correia desta freguesia. Fez testamento em que deixou seus bens a uma sua neta que está na cidade de Lisboa e por seu testamenteiro a João Rodrigues Coimbra, sapateiro desta freguesia. Jaz sepultada dentro desta Igreja do cruzeiro para cima por verdade fiz este termo que assinei dia mês era *ut supra*.

O Prior Nicolau da Silva Santos

¹⁸⁶ Refere um cargo da universidade, aparentemente.

¹⁸⁷ Parte da igreja entre a capela-mor e a nave principal.

(4) Aos dias 31 dias do mês de maio de 1755 faleceu da vida presente com todos os sacramentos de bem morrer Ana Rodrigues solteira que se diz ser natural da vila de Tentúgal criada que foi de Maria Josefa viúva que ficou de José de Oliveira Correia. Dispôs vocalmente pela sua alma os seus fatos que é o que tinha. Jaz sepultada nesta Igreja do cruzeiro para baixo e por verdade fiz este assento que me assinei dia mês era *ut supra*.

O Prior Nicolau da Silva Santos

(5) Miguel da Silva alfaiate faleceu da vida presente com todos os sacramentos de bem morrer aos 3 dias do mês de junho de 1755. Casado que era com Bernarda Maria, este defunto natural que era desta freguesia. Fez testamento em que deixou a sua mulher por testamenteira, universal herdeira de todos os seus bens. Jaz sepultado dentro desta Igreja do cruzeiro para baixo junto à porta principal, e por verdade fiz este assento que me assinei dia mês era *ut supra*.

O Prior Nicolau da Silva Santos

(6) Ao primeiro de julho de 1755 faleceu da vida presente com todos os sacramentos de bem morrer José da Silva tesoureiro desta Igreja de São Cristóvão casado que era com Josefa Maria não fez testamento. Jaz sepultado nesta Igreja do cruzeiro para baixo junto à capela de Nossa Senhora da Escada, e por ser verdade fiz este assento que me assinei dia mês era *ut supra*.

O Prior Nicolau da Silva Santos

(7) Aos três de Setembro de 1755 faleceu da vida presente com todos os sacramentos de bem morrer João Gomes alfaiate casado que era com Maria Joaquina, não fez testamento. Jaz sepultado nesta Igreja de São Cristóvão do Cruzeiro para baixo e por ser verdade mandei fazer este assento que assinei dia mês e ano *ut supra*.

O Prior Nicolau da Silva Santos

(8) Aos 25 de outubro de 1755 faleceu da vida presente António Carvalho viúvo com todos os sacramentos de bem morrer, o qual foi casado com Francisca do Salvador já falecida. Não fez testamento. Jaz sepultado nesta Igreja do cruzeiro para baixo e por ser verdade mandei fazer este assento que me assinei dia mês, ano *ut supra*.

O Prior Nicolau da Silva Santos

(9) Aos 4 dias de dezembro de 1755 faleceu da vida presente João Francisco da Luz casado com Joaquina dos Anjos com todos os sacramentos de bem morrer. Não fez testamento. Jaz sepultado nesta Igreja do cruzeiro para baixo, e por ser verdade mandei fazer este assento que assinei dia mês, e ano *ut supra*.

O Prior Nicolau da Silva Santos

OFICINA DE HISTÓRIA
Análise dos registos de óbito

Grupo I

Leia atentamente três registos de óbito. De seguida, analise os três registos de óbito que acabou de ler, individualmente.

Freguesia: _____

Registo nº: _____ Data: _____

Nome: _____ Sexo: _____

Est. Conj.: _____ Ofício: _____

Adm. de sacramentos: _____

local de enterramento: _____ Idade: _____ Testamento: _____

Outras informações que consideres relevantes: _____

Registo nº: _____ Data: _____

Nome: _____ Sexo: _____

Est. Conj.: _____ Ofício: _____

Adm. de sacramentos: _____

local de enterramento: _____ Idade: _____ Testamento: _____

Outras informações que consideres relevantes: _____

Registo nº: _____ Data: _____

Nome: _____ Sexo: _____

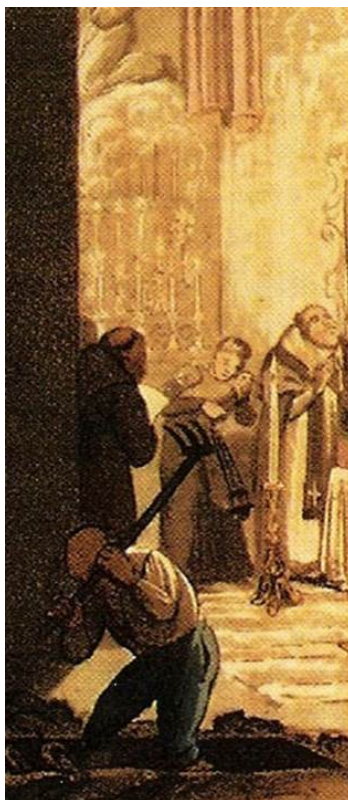
Est. Conj.: _____ Ofício: _____

Adm. de sacramentos: _____

local de enterramento: _____ Idade: _____ Testamento: _____

Outras informações que consideres relevantes: _____

História B



Módulo 2: Do Antigo Regime à Afirmação do Liberalismo.

A distinção na vida e na morte – a morte no Antigo Regime: o caso de Coimbra, Portugal.

16 de novembro de 2016

A morte: uma viagem no tempo



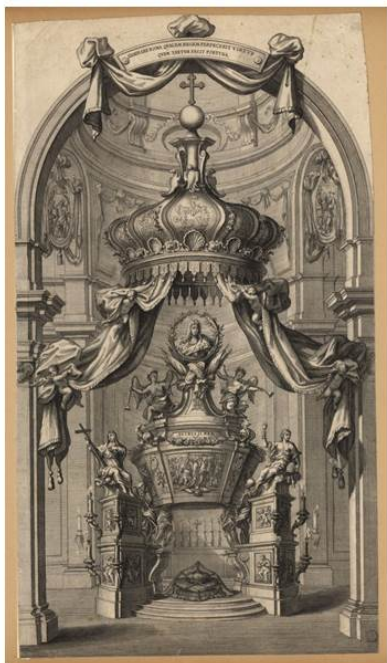
	No século XX e atualidade	No século XIX	No século XVIII
Sentimento predominante	Ocultação, fuga, vergonha	Rutura, perda inconsolável	Passagem para outra vida
Local para morrer	Hospital	Casa	Casa
Inumação	Cemitério/ cremação	Cemitério	Igreja
Sacramentos	Pouco importante	Importante	Importante
Religião	Acessória/ ausente	Presente	Presente
Crianças	Ausentes	Presentes	Presentes

A morte: uma viagem no tempo



Frank Holl –
Her first born,
1876.

A morte do rei – o espetáculo barroco





El Greco
*O enterro do conde de
Orgaz*
1587

Demografia e mortalidade setecentista



O século XVIII português inscreveu duas tendências demográficas distintas:

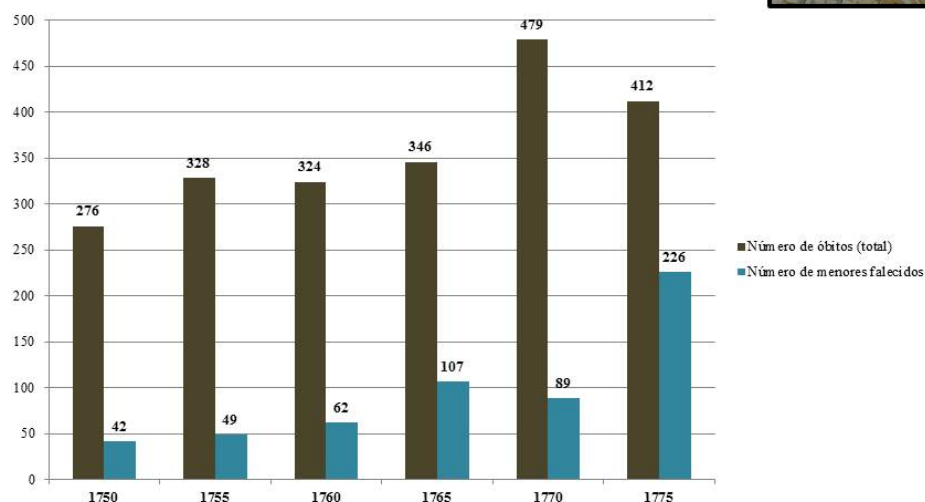
- Na primeira metade do século, a população cresceu de forma lenta.
- Na segunda metade da centúria, Portugal terá acompanhado o crescimento populacional europeu numa posição intermédia, superior ao da Alemanha, Espanha, Itália e Holanda.

Demografia e mortalidade setecentista



- A mortalidade era elevada, marcada por um ciclo de vida curto e instável, de uma esperança média de vida que se situaria entre os vinte e cinco e os trinta anos.
- Surtos epidémicos flagelavam as populações, dando origem a anos em que se verificaram crises de mortalidade. Esta realidade regrediu na Europa, mas não nas Penínsulas Ibérica e Itálica.
- A natalidade e a mortalidade eram muito elevadas.

Mortalidade em Coimbra (1750-1777)



Ciclo de mortalidade anual, em Portugal



Todos os anos se morria das mesmas causas, nos mesmos meses e os mesmos grupos etários e sociais.



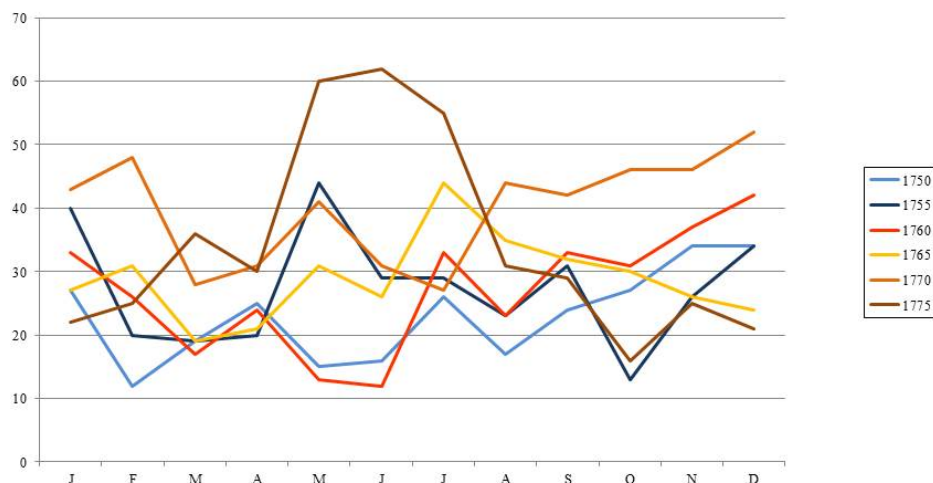
No inverno a morte era provocada pelo frio, escassez de alimentos, dando origem a infeções de tipo bronco-pulmonar nos indivíduos de idade, mal agasalhados e mal nutridos.

Ciclo de mortalidade anual, em Portugal



Na época estival, sobretudo entre julho e setembro, atingindo o seu auge em agosto, testemunhava-se aquilo a que alguns designaram por *massacre dos inocentes*. As vítimas, como sugere o nome, eram maioritariamente crianças.

Ciclo de mortalidade anual, em Coimbra



A finalidade do Homem: a Salvação



“Considera que Deus, tendo-nos criado só para O servir, quis por uma bondade singular, que não pudéssemos servi-Lo sem nos fazermos felizes eternamente. Ele mesmo quis ser a nossa felicidade eterna, criando-nos para a Sua glória, e como esta felicidade eterna nos é proposta como uma recompensa, toda a vida nos é concedida somente para a merecer”.

O clero e a morte



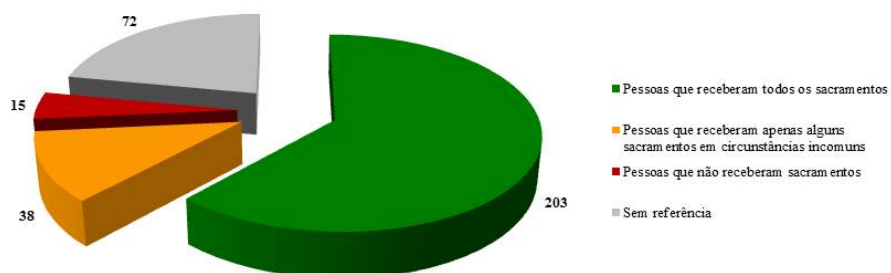
O clero estava presente na vida quotidiana das pessoas, através do pároco a este competia:

- Administrar a freguesia, responsabilizando-se pelo serviço litúrgico e por manter os bons costumes das populações;
- Fazer batizados, casamentos e funerais;
- Administrar os últimos sacramentos (e os restantes);
- Dar enterramento aos defuntos, acompanhando-os à sua ultima morada;
- Zelar pela Igreja, espaço de inumação;
- Celebrar missas pelas almas dos defuntos.

Administração dos últimos sacramentos, Coimbra (1755)



Administração dos últimos sacramentos - 1755



A distinção na vida e na morte



- As inumações eram feitas de preferência na igreja paroquial, havendo exceções.
- Os mais ricos e os que festavam preferiam a sua igreja paroquial como sua última morada terrestre.
- No adro, regra geral, ficavam inumados os mendigos, presos e, por vezes, pobres e crianças.
- Nos cruzeiros das igrejas tinham lugar as pessoas mais importantes e com mais posses nas freguesias.
- O chão das igrejas da cidade, era disputado por todos, correspondendo o lugar que conseguiam à ordem social a que pertenciam. Quanto mais importantes, mais perto do altar-mor. Contrariamente, quanto mais pobres, mais perto da porta do templo seriam inumados. As elites da cidade não escolhiam, como última morada, igrejas fora da malha urbana.

A distinção na vida e na morte



A “política” de inumações:

- A dimensão da freguesia;
- A consideração pela última vontade dos paroquianos;
- A administração que o clero levava a cabo.

A ação das Irmandades

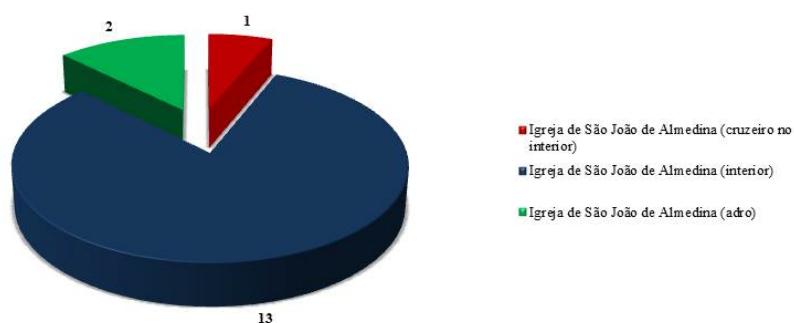


- As Misericórdias, mas também as confrarias e outras irmandades, prestavam uma ampla assistência à morte, tanto material como espiritual, para além de ter poder para mandar celebrar missas pelos defuntos; asseguravam também, gratuitamente, os funerais de elementos de famílias pobres. Algumas Misericórdias chamavam-lhes «enterros por amor de Deus». As Misericórdias tornaram-se «agências funerárias» com o monopólio desta ação.

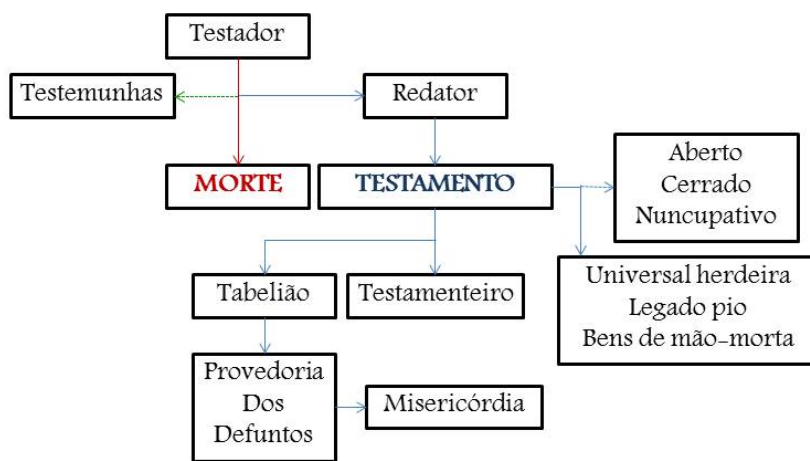
Distribuição de enterramentos na freguesia de São João de Almedina (1755)



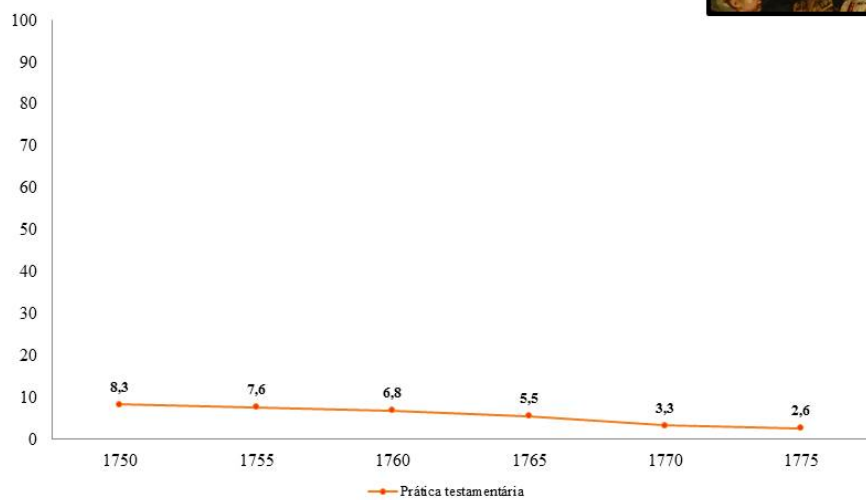
São João de Almedina - 1755



O ato de testar e conceitos



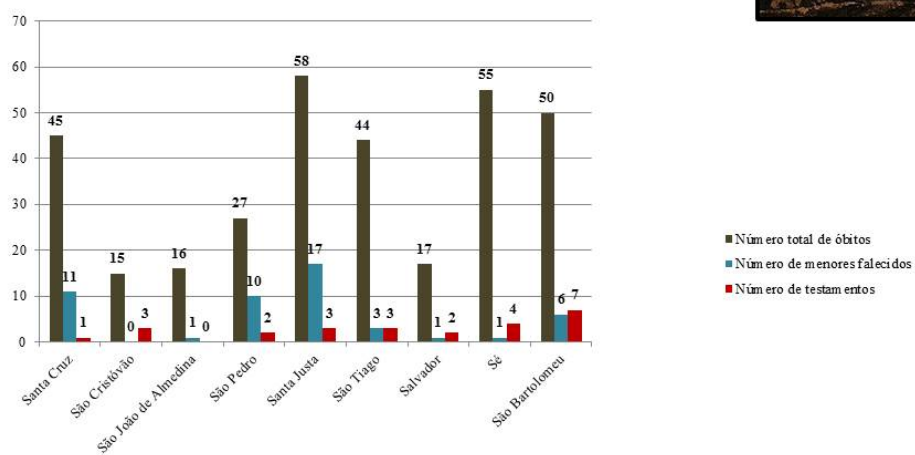
A prática testamentária, em Coimbra



Mapa de Coimbra, século XVIII



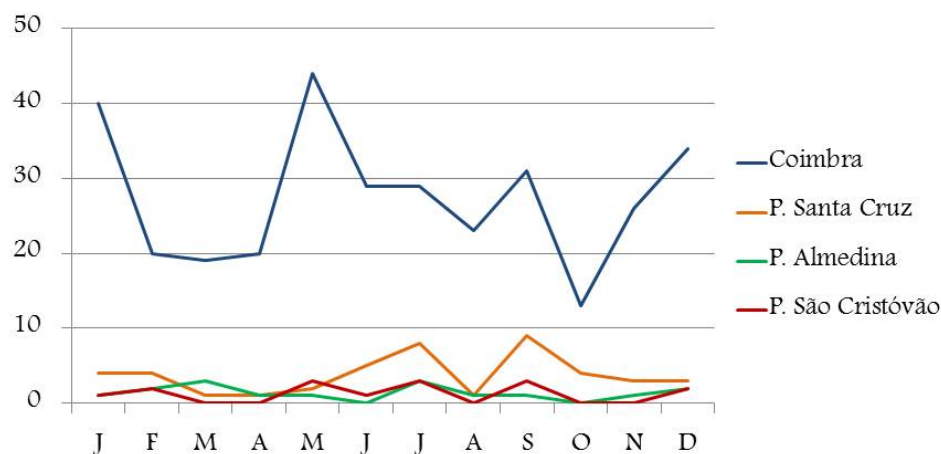
Dados de confrontação Freguesias de Coimbra (1755)



Dados de confrontação Freguesias de Coimbra (1755)



Meses de maior mortalidade



Dados de confrontação Freguesias de Coimbra (1755)



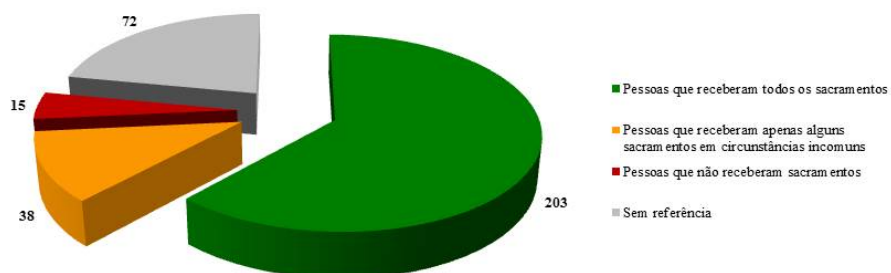
Géneros e estados conjugais

	Santa Cruz		São João de Almedina		São Cristóvão	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Solteiros	15	11	5	1	2	1
Casados	2	8	0	NR	2	7
Víúvos	6	3	2	NR	1	2
TOTAIS	23	22	7	9 (8 sem referência)	5	10

Administração dos últimos sacramentos, Coimbra (1755)



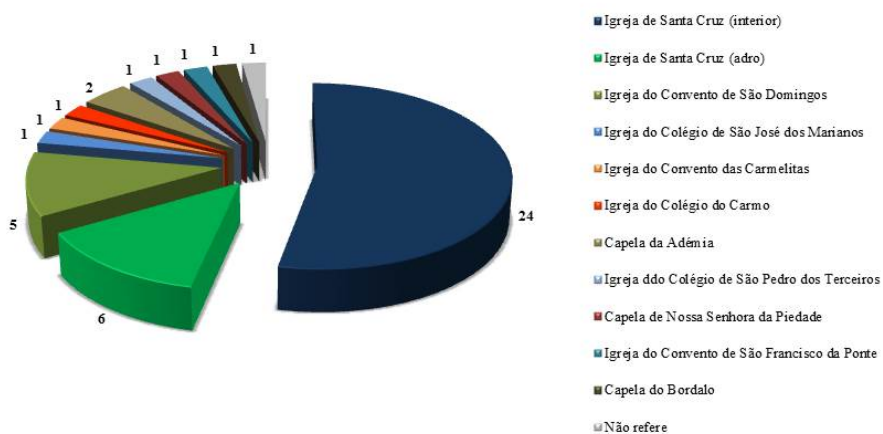
Administração dos últimos sacramentos - 1755



Distribuição de enterramentos na freguesia de Santa Cruz (1755)

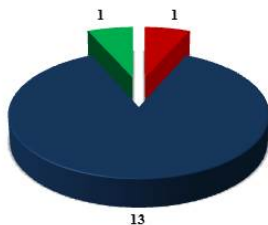


Santa Cruz - 1755



Dados de confrontação Freguesias de Coimbra (1755)

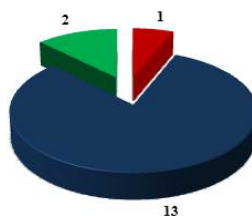
São Cristóvão - 1755



- Igreja de São Cristóvão (cruzeiro de cima)
- Igreja de São Cristóvão (cruzeiro de baixo)
- Igreja de São Cristóvão (adro)



São João de Almedina - 1755



- Igreja de São João de Almedina (cruzeiro no interior)
- Igreja de São João de Almedina (interior)
- Igreja de São João de Almedina (adro)

Atividade do Grupo IV – exemplo



Igreja de São Domingos, Lisboa.
Na imagem podemos observar uma tumba que servia para transportar os defuntos da sua casa até à Igreja, onde eram inumados. As tumbas pertenciam normalmente às Misericórdias locais ou a outras Irmandades.



Fontes e Bibliografia

Fontes

Fontes manuscritas

Arquivo da Universidade de Coimbra, Paróquia de Almedina – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1747-1803)*.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Paróquia de Santa Cruz – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1707-1795)*.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Paróquia de Santa Justa – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1723-1794)*.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Paróquia de São Pedro – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1704-1757)*.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Paróquia de São Pedro – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1757-1808)*.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Paróquia de São Salvador – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1719-1854)*.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Paróquia de São Tiago – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1714-1752)*.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Paróquia de São Tiago – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1752-1810)*.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Paróquia de Sé Velha – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1732-1796)*.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Paróquia da Sé Nova – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1746-1774)*.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Paróquia da Sé Nova – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1774-1780)*.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Paróquia de São Bartolomeu – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1708-1774)*.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Paróquia de São Bartolomeu – Coimbra, *Livro de Registo de óbitos (1774-1812)*.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Dicionário Geográfico de Portugal*, Tomo II, nº 349, Memória paroquial de Coimbra, 1758, pp. 2371-2400.

Fontes Impressas

Bíblia Sagrada

BLUTEAU, D. Rafael – *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1 t., 1789.

Ordenações Filipinas, liv. 4. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

Bibliografia

AFONSO, Isabel – “O manual escolar em educação histórica: conceções de alunos do ensino secundário”. *Educação Histórica: Perspetivas de Investigação Nacional e Internacional (XV Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)*, 2016.

ALMEIDA, Francisca Pires de – “Felizes os que morrem «anjinhos»: batismo e morte infantil em Portugal (séculos XVI-XVIII)”. *Erasmus. Revista de História bajomedieval y moderna*, 2, 2015.

ARAÚJO, Ana Cristina – *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

ARAÚJO, Ana Cristina – *A morte em Lisboa. Atitudes e representações. 1700-1830*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

ARAÚJO, Ana Cristina (coord.) – *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – “O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas na época moderna”. *Comunicação e Cultura*, nº 10, 2010.

ARIÈS, Philippe – *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Editorial Teorema, 2010.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) – *História da vida privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*. Vol. 3. Porto: Círculo de Leitores, 1990.

ARMSTRONG, Felicity; RODRIGUES, David – *A inclusão nas escolas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014.

AZEVEDO, Maria da Conceição – “Valores culminantes: Educação para a morte/Educação para a vida”. *Revista portuguesa de pedagogia*, 40-2, 2006.

BARCA, Isabel – “Aula oficina: do projeto à avaliação”. *Atas das quartas jornadas de educação histórica*, 2004.

- CAPELA, José Viriato - *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória/Universidade do Minho, 2011.
- CARVALHO, Joaquim Ramos de – “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna”. MATTOSO, José (dir.) – *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores, 2011.
- CHAUNU, Pierre – *A Civilização da Europa das Luzes I*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- CHAUNU, Pierre – *La mort à Paris, XVIe, XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris: Fayard, 1978.
- COLÉGIO DA RAINHA SANTA ISABEL – *Ideário, Projeto Educativo e Regulamento Interno*, 2015.
- CORREIA, Virgílio; GONÇALVES, António Nogueira – *Inventário artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Lisboa: Academia nacional de Belas Artes, 1947.
- CRATO, Nuno – *O “eduquês” em discurso direto. Uma crítica da Pedagogia Romântica e Construtivista*. Lisboa: Gradiva, 2006.
- DAMIÃO, Maria Helena – *Pré, inter e pós acção. Planificação e avaliação em pedagogia*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1996.
- ESPELAGE, Dorothy L.; LOPES, João A. – *Indisciplina na escola*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013.
- FORMOSINHO, Maria; BOAVIDA, João; DAMIÃO, Maria Helena (coord.) – *Educação. Perspetivas e desafios*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013.
- GASPAR, Maria Ivone; ROLDÃO, Maria do Céu – *Elementos de Desenvolvimento Curricular*. Lisboa: Universidade Aberta, 2007,.
- GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coord.) – *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas. Olhares novos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa. Universidade Católica Portuguesa, 2014.
- GUINOTE, Paulo – *Educação e Liberdade de Escolha*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014.
- HESPANHA, António; XAVIER, Ângela – “A Representação da Sociedade e do Poder”. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. IV. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- JESUS, Avelino Pereira – *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.
- JUSTINO – *Difícil é educá-los*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2010.
- JUSTINO, David – *No silêncio todos somos iguais*. Lisboa: Gradiva, 2005.

- KANT, Immanuel – *Sobre a Pedagogia*. Lisboa: edições 70, 2012.
- LAGARTO, Mariana; BARCA, Isabel – “O ensino da História no 3º ciclo: os professores entre as ideias e as práticas”. *Educação Histórica: Perspetivas de Investigação Nacional e Internacional (XV Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)*, 2016.
- LEBRUN; François – *A vida conjugal no Antigo Regime*. Lisboa: Edições Rolim, 1980.
- LEBRUN, François – *Les hommes et la mort en Anjou aux XVII et XVIII siècles*. Paris: La Haye, 1971.
- LOPES, Maria Antónia – “A intervenção da Coroa nas instituições de proteção social de 1750 a 1820”, *Revista de História das Ideias*, nº 29, Coimbra, 2008.
- LOPES, Maria Antónia – “Os pobres, os ricos e a caridade na literatura religiosa portuguesa dos séculos XVII, XVIII e XIX”. *Erasmus. Revista de História bajomedieval y moderna*, 3, 2016.
- LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850)*. Vol. 1. Viseu: Palimage Editores, 2000.
- LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850)*. Vol. 2. Viseu: Palimage Editores, 2000.
- LOPES, Maria Antónia – *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.
- MACEDO, Jorge Borges – *A situação económica no tempo de Pombal*. Lisboa: Gradiva, 3ª ed., 1989.
- MAGALHÃES, Olga – *Conceções de História e do Ensino da História*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.
- MARTINEZ GIL, Fernando – *Muerte y sociedade en la Españã de los Austrias*. Madrid: Siglo XXI de Españã Editores, 1993.
- MARTINS, Guilherme d’Oliveira (coord.) – *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação, 2017.
- MATTOSO, José (dir.) – *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores, 2011.
- MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. IV. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- MAXWELL, Kenneth – *O Marquês de Pombal*. Lisboa: Editorial Presença, 2ª ed., 2004.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - *Programa de História. Plano de organização do ensino-aprendizagem*. Lisboa: Departamento da Educação Básica, vol. II, 1999.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – *Programa de História A*. Lisboa: Departamento do Ensino Secundário, 2002.

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – *Programa de História B*. Lisboa: Departamento do Ensino Secundário, 2001.
- MOREIRA, Maria João Guardado – “O Século XVIII”. RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.) – *História da População Portuguesa*. Edições Afrontamento, 2009.
- MORGADO, José – *A qualidade na educação. Um desafio para os professores*. Lisboa: Editorial Presença, 2004.
- MULLETT, Michael – *A Contra-Reforma*. Lisboa: Gradiva. 1985.
- NUNES, João Paulo Avelãs – “A “boa propaganda”, a “má propaganda” e o ensino da história”. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIX, 2007.
- NUNES, João Paulo Avelãs - “Deontologia, desempenho profissional e utilidade social”. *O Ensino da História*, III Série, nº 32, Julho de 2008.
- NUNES, João Paulo Avelãs – “Ensino da História e exercício da cidadania”. *O Ensino da História*, III Série, nº 15, Outubro de 1999.
- NUNES, João Paulo Avelãs; RIBEIRO, Ana Isabel Sampaio – “A didática da História e o perfil do professor de História”. *Revista portuguesa de História*, t. XXXIX, 2007.
- OSSWALD, Walter – *Sobre a Morte e o Morrer*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013.
- PINTO, Helena – “Educação histórica e patrimonial”. *Educação Histórica: Perspetivas de Investigação Nacional e Internacional (XV Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)*, 2016.
- REIGADA, Tiago dos Santos – “Ensinar com a sétima arte – o espaço do cinema na didática da História”. *Educação Histórica: Perspetivas de Investigação Nacional e Internacional (XV Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)*, 2016.
- RIBEIRO, Gabriel Mithá – *O Ensino da História*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.) – *História da População Portuguesa*. Edições Afrontamento, 2009.
- ROLDÃO, Maria do Céu – *Estratégias de ensino: o saber e o agir do professor*. Gaia: Fundação Manuel Leão, 2009.
- SAVATER, Fernando – *O valor de educar*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006.
- SAVATER, Fernando; CASTILLO, Ricardo Moreno; CRATO, Nuno; DAMIÃO, Helena – *O valor de educar, o valor de instruir*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2010.

SERRÃO, José Vicente – “O Quadro Humano”. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. IV. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

SILVA, Abílio Diniz – *Testamento Político de D. Luís da Cunha*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2013.

SILVA, Ana Margarida Dias da – “Beati mortui qui in Domino moriuntur: atitudes perante a morte e locais de sepultura dos irmãos franciscanos seculares da cidade de Coimbra (1707-1785)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 16, 2016.

TRINDADE, Sara – *O passado na ponta dos dedos: o mobile learning no ensino da História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário*. Coimbra: FLUC, tese defendida no âmbito de doutoramento em Letras - História, 2015.

TRINDADE, Sara; CARVALHO, Joaquim Ramos de; CARVALHO, Ana Amélia – “O uso de tablets e do Itunes U na aprendizagem em História”. *Educação Histórica: Perspetivas de Investigação Nacional e Internacional (XV Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)*, 2016.

VOVELLE, Michel – *La mort et L'Occident de 1300 à nos jours*. Gallimard, 1983.